

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Jonas Migotto Filho

**REVISTA “REALIDADE” E DITADURA CIVIL-MILITAR: ANÁLISE  
DOS PERFIS DE LUIZ FERNANDO MERCADANTE SOBRE OS  
LÍDERES DO GOVERNO DITATORIAL (1966-1970)**

Santa Maria, RS  
2020

**Jonas Migotto Filho**

**REVISTA “REALIDADE” E DITADURA CIVIL-MILITAR: ANÁLISE DOS PERFIS  
DE LUIZ FERNANDO MERCADANTE SOBRE OS LÍDERES DO GOVERNO  
DITATORIAL (1966-1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

Orientador: Prof. Dr. José Martinho Rodrigues Remedi

Santa Maria, RS  
2020

Migotto Filho, Jonas  
Revista "Realidade" e Ditadura Civil-Militar: Análise dos perfis de Luiz Fernando Mercadante sobre os líderes do governo ditatorial (1966-1970) / Jonas Migotto Filho. 2020.  
140 p.; 30 cm

Orientador: José Martinho Rodrigues Remedi  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2020

1. Revista "Realidade" 2. Ditadura Civil-Militar 3. Perfil 4. Luiz Fernando Mercadante I. Remedi, José Martinho Rodrigues II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, JONAS MIGOTTO FILHO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

**Jonas Migotto Filho**

**REVISTA “REALIDADE” E DITADURA CIVIL-MILITAR: ANÁLISE DOS PERFIS  
DE LUIZ FERNANDO MERCADANTE SOBRE OS LÍDERES DO GOVERNO  
DITATORIAL (1966-1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

**Aprovado em 17 de março de 2020.**

---

**José Martinho Rodrigues Remedi, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Carlos Henrique Armani, Dr. (UFSM)**

---

**Leonardo Guedes Henn, Dr. (UFN)**

Santa Maria, RS  
2020

## AGRADECIMENTOS

No dia 5 de dezembro de 2017, desestimulado e com dor de ouvido há alguns dias, eu não quis levantar para a entrevista de defesa do projeto de mestrado na seleção para o PPGH da UFSM, mesmo depois de ter sido aprovado na prova escrita. Agradeço, primeiramente, à Kris por ter me chutado da cama e não ter me deixado desistir em nenhum momento dessa trajetória.

Agradeço à minha mãe e ao meu pai por todo o amor e o esforço que fizeram por mim. São a minha principal inspiração em tudo o que faço.

Este trabalho iniciou muito antes de pensar em escrever um projeto. Ele começou no dia em que o professor Paulo colocou o jornalismo literário na minha vida e reacendeu minha paixão pela área em que eu começava a me sentir deslocado. Foi com ele que conheci a revista Realidade, objeto desta pesquisa. O Paulo segue presente em cada linha que escrevo. E seguirá para sempre.

Agradeço ao meu orientador, professor José Remedi, por ter me acolhido, acreditado no meu projeto, proporcionado toda a segurança e tranquilidade para que eu desenvolvesse a dissertação, além de contribuir com seu admirável conhecimento para a realização desta pesquisa.

Aos professores e às professoras da UFN, muito obrigado, vocês também fazem parte da construção deste trabalho e da minha formação como historiador e como ser humano. Tenho profunda admiração por esta instituição, local onde sou verdadeiramente feliz e me sinto em casa.

Agradeço aos professores Leonardo Henn e Carlos Armani, membros da banca de qualificação de mestrado. Suas palavras foram revitalizantes e todas as considerações e contribuições foram essenciais para este trabalho, além de me ajudar a perceber a importância desta pesquisa.

Também agradeço aos meus colegas e às minhas colegas do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas da UFSM, pois foi com vocês que dividi grande parte dos meus dias durante a construção deste trabalho. Obrigado por todo o incentivo.

Por fim, agradeço aos demais professores do PPGH da UFSM e aos colegas, amigos e amigas que fiz ao longo desses dois anos de mestrado, pelas trocas de conhecimento e pelo companheirismo.

*Não me peça que eu lhe faça uma canção como se deve  
Correta, branca, suave, muito limpa, muito leve  
Sons, palavras, são navalhas  
E eu não posso cantar como convém  
Sem querer ferir ninguém*

Belchior

## RESUMO

### **REVISTA “REALIDADE” E DITADURA CIVIL-MILITAR: ANÁLISE DOS PERFIS DE LUIZ FERNANDO MERCADANTE SOBRE OS LÍDERES DO GOVERNO DITATORIAL (1966-1970)**

AUTOR: Jonas Migotto Filho

ORIENTADOR: José Martinho Rodrigues Remedi

O presente estudo, inserido na linha de pesquisa de Memória e Patrimônio do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, propõe uma análise de seis perfis publicados na revista Realidade entre os anos de 1966 e 1970: “Feliz aniversário Seu Artur”, “Êste é o Humberto”, “Um garôto chamado Artur”, “Dona Yolanda, a presidenta”, “Há um novo tempêro no poder” e “Êste é o presidente”. Escritos pelo jornalista Luiz Fernando Mercadante, os textos narram, de forma direta ou indireta, traços da vida dos três primeiros líderes do governo ditatorial do Brasil. Entendida neste trabalho como um dos palcos de disputa de memória, a imprensa ajudou a construir a imagem dos ditadores no período. Com base em Luiz Gonzaga Motta e John B. Thompson, será realizada uma análise crítica das narrativas, a fim de desvelar as estratégias de construção simbólica presentes nos textos e o seu caráter ideológico por representarem a sustentação do poder instituído pelo regime militar. Para isso, serão analisados também os três narradores envolvidos no processo de produção dos perfis: o veículo, o jornalista e o personagem perfilado, visto aqui de uma forma mais ampla, como o contexto político de cada momento da Ditadura Civil-Militar. Assim, pretende-se compreender também a tensão entre transgressão e conservação nas páginas de Realidade.

**Palavras-Chave:** Revista Realidade; Ditadura Civil-Militar; perfil; Luiz Fernando Mercadante

## ABSTRACT

### **“REALIDADE” MAGAZINE AND CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP: ANALYSIS OF THE PROFILES OF LUIZ FERNANDO MERCADANTE ABOUT THE LEADERS OF THE DITATORIAL GOVERNMENT (1966-1970)**

AUTHOR: Jonas Migotto Filho  
ADVISOR: José Martinho Rodrigues Remedi

The present study, inserted in the line of research of Memory and Patrimony of the Postgraduate Program in History of the Universidade Federal de Santa Maria, proposes an analysis of six profiles published in the “Realidade” magazine between the years 1966 and 1970: “Feliz aniversário Seu Artur”, “Êste é o Humberto”, “Um garôto chamado Artur”, “Dona Yolanda, a presidenta”, “Há um novo tempêro no poder” and “Êste é o presidente”. Written by the journalist Luiz Fernando Mercadante, the texts narrate, directly or indirectly, traces of the life of the first three leaders of Brazil's dictatorial government. Understood in this work as one of the stages of memory dispute, the press helped to build the image of dictators in the period. Based on Luiz Gonzaga Motta and John B. Thompson, a critical analysis of the narratives will be realized, in order to reveal the strategies of symbolic construction present in the texts and their ideological character as they represent the support of the power instituted by the military regime. To this purpose, the three narrators involved in the process of producing the profiles will also be analyzed: the vehicle, the journalist and the profiled character, seen here in a broader way, as the political context of each moment of the Civil-Military Dictatorship. Thus, it is also intended to understand the tension between transgression and conservation in the pages of “Realidade”.

Keywords: Realidade magazine; Civil-Military Dictatorship; profile; Luiz Fernando Mercadante.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa da primeira edição .....	35
Figura 2 – Capa da edição censurada e apreendida.....	47
Figura 3 – Êste é o Humberto – imagem 1.....	68
Figura 4 – Êste é o Humberto – imagem 2 .....	71
Figura 5 – Êste é o Humberto – imagem 3 .....	73
Figura 6 – Êste é o Humberto – imagem 4 .....	75
Figura 7 - Feliz Aniversário Seu Artur – imagem 1 .....	79
Figura 8 - Feliz Aniversário Seu Artur – imagem 2 .....	81
Figura 9 - Feliz Aniversário Seu Artur – imagem 3 .....	88
Figura 10. Dona Yolanda, a presidente – imagem 1 .....	103
Figura 11. Há um nôvo tempêro no poder – imagem 1 .....	112
Figura 12. Há um nôvo tempêro no poder – imagem 2 .....	115

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfis analisados na dissertação .....	23
Tabela 2 – Modos de operação da ideologia – John B. Thompson .....	32-34

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 IMPRENSA, MEMÓRIA E IDEOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS DO PRESENTE E DO PASSADO.....	15
1.1 AS REVISTAS E A PESQUISA HISTÓRICA .....	21
1.2 ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DOS PERFIS E ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA .....	23
2 OS TRÊS NARRADORES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS PERFIS.....	34
2.1 REVISTA <i>REALIDADE</i> , O PRIMEIRO NARRADOR: HISTÓRIA, OLHARES E INTERPRETAÇÕES .....	34
2.2 “REPÓRTER E FAZEDOR DE PERFIS”: O PAPEL POLÍTICO DE LUIZ FERNANDO MERCADANTE, O SEGUNDO NARRADOR, NA REVISTA <i>REALIDADE</i> .....	51
2.3 HÁ LIBERDADE NO BRASIL? - O TERCEIRO NARRADOR.....	57
3 ANÁLISE DOS PERFIS.....	65
3.1 HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO – A CONSTRUÇÃO DE UM AVÔ DEMASIADAMENTE HUMANO.....	65
3.2 ARTUR DA COSTA E SILVA: O AUTORITARISMO AMÁVEL.....	78
3.3 A JORNADA DO HERÓI DO MENINO ARTUR.....	90
3.4 A MORAL CATÓLICA DA PRIMEIRA DAMA MODELO.....	99
3.5 UM DITADOR COM SABOR DE ESPERANÇA E A LEGITIMAÇÃO PELA DIFERENÇA .....	110
3.6 O REPÓRTER SE RENDE AO DITADOR: O MÉDICI DE MERCADANTE.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	131
REFERÊNCIAS.....	136

## INTRODUÇÃO

Durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, uma revista inovadora circulou pelo país e marcou a história do jornalismo brasileiro. *Realidade*, lançada pela editora Abril no ano de 1966, tornou-se a maior revista do país em circulação, com edições que chegaram a uma tiragem de mais de 500 mil exemplares. A publicação era mensal, de reportagens sobre temas diversos e se destacava pelo estilo jornalismo literário presente nos textos, que se aproximavam da literatura, possuíam caráter autoral e prezavam pela estética e pela narrativa envolvente. Com uma redação composta, em sua maioria, por jornalistas de esquerda e contrários ao regime, a publicação abordava temas considerados polêmicos para a época, principalmente no plano dos costumes. Entretanto, *Realidade* nunca foi uma publicação de oposição à ditadura. Comumente, divide-se a história da revista em três fases: a primeira fase, a “fase áurea”, caracteriza-se pela abordagem de vanguarda, com temas mais livres e polêmicos, enfrentando tabus morais da época. Essa fase se encerrou em dezembro de 1968, com a saída do redator-chefe, Paulo Patarra, uma demissão em massa da equipe de jornalistas e, principalmente, devido ao Ato Institucional número 5, com intensificação da repressão e da censura na imprensa. Na segunda fase, muitos dos jornalistas saíram da revista, mas alguns permaneceram e buscaram manter o estilo que consagrou *Realidade*, mesmo em um período que exigia muita cautela. A partir de 1973, a revista apresenta sua decadência, com mudanças editoriais e perda das características fundamentais, até fechar em 1976.

Durante as duas primeiras fases, uma série de perfis dos militares líderes do governo ditatorial foi publicada, todos escritos pelo repórter Luiz Fernando Mercadante. Essa dissertação visa analisar esses perfis, pequenas biografias que retratam um dado momento do personagem principal no estilo jornalismo literário, e compreender suas produções de sentido e de que forma dialogam com o contexto da época, tornando-se uma forma de melhor perceber as relações entre imprensa e ditadura. Nesta dissertação, serão analisados um perfil de Humberto de Alencar Castelo Branco; três perfis de Artur da Costa e Silva e um perfil de sua esposa, Iolanda da Costa e Silva; e um perfil de Emílio Garrastazu Médici. Assim, objetiva-se saber em que medida essas construções narrativas configuram formas simbólicas ideológicas de sustentação da Ditadura, legitimando os militares perante o público leitor de *Realidade* ao mesmo tempo em que legitimava a revista em diferentes contextos dentro do período ditatorial; ou se elas podem configurar formas simbólicas contestatórias, adotando um tom de crítica ao

regime. Dessa forma, também pretende-se inferir questões acerca da liberdade de imprensa no Brasil e as diferenças nos governos de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici. Para isso, utiliza-se, principalmente, as concepções teóricas de Motta (2013) e Thompson (2011), sobre análise crítica da narrativa e as construções de formas simbólicas ideológicas. O primeiro auxilia no afinamento no olhar para as narrativas publicadas em *Realidade*, compreendendo todo o contexto comunicativo até chegar à versão hegemônica presente na revista, aliado aos elementos do texto em si, seus encadeamentos, personagens e produções de sentido; enquanto o segundo parte para um nível mais profundo, permitindo entender os modos de operação da ideologia nos perfis e as estratégias utilizadas pelo narrador na construção simbólica.

Portanto, parte-se dos seguintes questionamentos: a memória acerca de *Realidade* é, sem dúvidas, de uma revista transgressora; mas até que ponto a publicação sustenta de fato essa imagem e o quão conservadora precisou ser ao colaborar com a construção dos perfis dos ditadores para o seu público leitor? Como e com que objetivos a imprensa cria sentidos positivos para personagens em posição de poder construídos narrativamente?

O primeiro capítulo desta dissertação discute as relações entre a temática do projeto e a memória da Ditadura Civil-Militar no Brasil, entendendo a imprensa como palco da disputa pela memória do período e como uma narrativa tem o poder de edificar ou abalar figuras pela forma como se constroem. Também é realizada uma breve discussão sobre a utilização de revistas como fonte e objeto de pesquisa histórica e a metodologia deste trabalho é explicitada, abordando as estratégias de construção simbólica de Thompson (2011) e a análise crítica da narrativa de Motta (2013).

Baseando-se na ideia de Motta (2013) de que o processo de produção da narrativa jornalística é fruto de três diferentes narradores, cada um deles será apresentado no segundo capítulo, possibilitando uma compreensão mais ampla das narrativas em si no momento de análise. Ou seja, serão discutidas: a formação da revista *Realidade* e a sua história, além de uma revisão bibliográfica dos estudos já realizados sobre a publicação; a figura do repórter responsável pelos perfis analisados, Luiz Fernando Mercadante; e o terceiro narrador será entendido não só como o personagem narrado, mas também todo o contexto político, pois, nesse caso, estão intimamente ligados, por isso, será discutida também a relação entre imprensa e Ditadura.

Por fim, será realizada a análise dos seguintes perfis: “Êste é o Humberto”, de Humberto de Alencar Castelo Branco; “Feliz aniversário Seu Artur”, “Um garôto chamado Artur”, “Dona

Yolanda, a presidenta”, “Há um novo tempêro no poder”, de Artur da Costa e Silva e Iolanda Barbosa da Costa e Silva; e “Êste é o presidente”, de Emílio Garrastazu Médici.

Cabe ressaltar que este trabalho se insere na linha de pesquisa Memória e Patrimônio, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

# 1 IMPRENSA, MEMÓRIA E IDEOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS DO PRESENTE E DO PASSADO

Para Hartog (2013), vivemos em um tempo em que o presente possui predominância sobre os demais tempos. O autor nos mostra as diferentes experiências do tempo na história, isto é, as diferentes formas como os seres humanos se relacionaram e se relacionam com o passado, com o presente e com o futuro. Essa forma de se relacionar com o tempo afeta a vida das sociedades. De acordo com o autor, viveríamos, contemporaneamente, em uma sociedade *presentista*, um *regime de historicidade* que valoriza o presente, “um presente maciço, onipresente, invasivo, que não tem nenhum horizonte a não ser o próprio, fabricando cotidianamente o passado e o futuro de que necessita, dia após dia” (HARTOG, 2013, p. 238). Partindo dessa colocação, Hartog (2013) nos ajuda a pensar a relação entre a memória, o presente e o passado recente ditatorial do Brasil e de outros países da América Latina, por exemplo. Como afirma o autor, fabricamos cotidianamente o passado, movidos por ideologias e intenções políticas. O passado se torna objeto de disputa em uma batalha de memória, na construção de narrativas que se pretendem hegemônicas, mesmo que na contramão da ciência ou de fontes empíricas. Portanto, a reelaboração de uma memória do passado recente é como uma arma para a justificação do presente, legitimação de discursos revisionistas e de ódio, apresentando-se como forma de evitar um provável futuro caótico e desastroso também fabricado por meio de discursos. Quando se fala nos golpes militares e nas ditaduras instauradas em meados do século passado em diversos países da América Latina, isso se torna evidente, tanto na memória da época em que os eventos aconteciam e eram o presente de fato, quanto nas construções posteriores, muitas delas conflitantes até hoje.

Em “*La cambiante memoria de la dictadura*”, Daniel Lvovich e Jaquelina Bisquert (2008) apresentam como se construiu a memória da ditadura da Argentina, quais os discursos hegemônicos em diferentes períodos da história e como eles se transformaram e se moldaram com o tempo. Podemos relacionar muitas das discussões feitas pelos autores com o caso brasileiro.

Durante o período da ditadura na Argentina, a partir de 1976, percebemos a prevalência do discurso da junta militar e do seu “Processo de Reorganização Nacional”. A memória hegemônica, nesse momento, apresenta elementos como a necessidade de uma guerra contra a subversão, uma irresponsabilidade econômica dos governos anteriores e a perda da grandeza

do país. As forças armadas reivindicaram para si a obrigação de reestabelecer a ordem em um país caótico, pois se apresentavam como a única instituição incorrupta e incontaminada, pregando valores como a moralidade e o patriotismo. Por outro lado, os “subversivos” eram pintados como apátridas, incitadores de ideias contrárias à civilização ocidental e cristã. Verdadeiros inimigos da nação. E havia apenas uma forma de derrotá-los: a guerra. Essa guerra interna contra a subversão encontrava respaldo na sociedade civil argentina, principalmente nos grupos dominantes e em setores médios.<sup>1</sup>

Esse ponto é de grande relevância para compreendermos como se forma a memória de um período. Se o Estado utilizou o medo, a repressão e a censura para criar sua narrativa de guerra à subversão e conseguir o apoio da sociedade argentina, é necessário apontar que ela não permaneceu imutável pós-ditadura. O livro de Lvovich e Bisquert (2008) nos mostra justamente isso: as construções retrospectivas da memória do período ditatorial, como a imagem de uma sociedade horrorizada com a violência estatal cotidiana e vítima dessa guerra interna. Dessa forma, a memória coletiva sobre essa fase da história da Argentina se molda com o transcorrer do tempo influenciada por diferentes fatores.

En sociedades complejas y plurales, no todos los individuos y grupos mantienen idéntica relación con el pasado, y de hecho, en muchas ocasiones las representaciones sobre ese pasado sostenidas por distintos grupos pueden resultar no sólo diferentes, sino también contradictorias. De modo que muchas veces, y probablemente siempre, el conflicto entre relatos discordantes sobre el pasado, en particular si éste involucró experiencias de violencia y victimización, puede dar lugar a la existencia de memorias en pugna, sostenidas sobre las distintas valoraciones de aquellos sucesos y sus efectos.<sup>2</sup> (LVOVICH e BISQUERT, 2008, p. 8)

A sociedade brasileira dá indícios de que, nessa batalha de memórias, uma memória positiva do período ditatorial ainda permanece muito latente em amplos setores da sociedade. Prova disso foram os constantes pedidos de “intervenção militar já”, presentes em

---

<sup>1</sup> É evidente que outros discursos disputavam essa “batalha pela memória”, como o das associações de direitos humanos e dos grupos formados por pessoas diretamente afetadas pela repressão. Entretanto, em um primeiro momento, tiveram menos força do que a narrativa oficial. Apenas passam a ganhar força e maior respaldo pós-guerra das Malvinas, em 1982, quando as atitudes do Estado passam a sofrer fortes questionamentos. Assim, nessa memória que se transforma ao longo do tempo, os discursos hegemônicos mudam e uma visão de condenação à ditadura passa a constituir a memória coletiva da população com a revelação de provas, relatos e testemunhos de tortura, desaparecimentos e mortes pelo Estado.

<sup>2</sup> Em sociedades complexas e plurais, nem todos os indivíduos e grupos mantêm relação idêntica com o passado e, de fato, em muitas ocasiões, as representações sobre esse passado mantidas por diferentes grupos podem ser não apenas diferentes, mas também contraditórias. De modo que muitas vezes, e provavelmente sempre, o conflito entre histórias discordantes sobre o passado, particularmente se envolveu experiências de violência e vitimização, pode levar à existência de memórias conflitantes, sustentadas nas diferentes avaliações desses eventos e de seus efeitos. [tradução nossa]



manifestações no ano de 2018 contra o governo de Michel Temer<sup>3</sup>. Um fator determinante para que isso ocorra pode ser a forma como a memória da ditadura foi tratada de forma oficial no Brasil. O país não teve um grande ponto de virada como a guerra das Malvinas na Argentina que trouxe a pauta dos Direitos Humanos para a agenda de debates da sociedade com críticas contundentes às suas violações no período ditatorial pela opinião pública. O Estado brasileiro priorizou um discurso apaziguador após a redemocratização do país.

A eleição do presidente Jair Bolsonaro reflete esse discurso e essa memória do período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. O candidato negou a existência do golpe de 64 e de uma ditadura em diversas ocasiões durante a campanha presidencial. Também circulavam pela internet entrevistas anteriores do candidato em que as violações aos Direitos Humanos cometidas pela ditadura eram desprezadas ou até mesmo enaltecidas, com frases como “o erro da ditadura foi torturar e não matar”<sup>4</sup>, ou o seu voto no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, justificado “pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra”, chefe do DOI-Codi e torturador durante a ditadura. Depois de eleito, o negacionismo histórico de Bolsonaro se fez cada vez mais presente em seus discursos e entrevistas, chegando a ocupar os canais oficiais do governo. No dia 31 de março de 2019, um vídeo<sup>5</sup> de exaltação à ação do exército durante o golpe de 64 frente à *ameaça comunista*, respaldado pelo *povo de verdade*, *pais mães e igreja*, foi divulgado pela Secretaria de Comunicação da Presidência. O vídeo encerra com a simbólica frase “*não dá para mudar a história*”.

Antes da publicação do vídeo, o presidente do Brasil já havia declarado que se realizassem as “comemorações devidas” sobre os 55 anos do golpe. Dias depois, Teixeira (2019) publicou um artigo em que analisa a memória do golpe no período democrático brasileiro por meio dos discursos dos presidentes da República.

Segundo o autor, o governo Sarney apresentou um discurso apaziguador, buscando sepultar as violações de Direitos Humanos, mostrando-se ainda sob certa tutela dos militares. Já Fernando Collor pregava a democracia, entretanto não chegou a mencionar o período ditatorial nas suas declarações em sua curta passagem pela presidência. Quando Itamar Franco assume, o discurso de apaziguamento volta à tona. Por outro lado, Fernando Henrique Cardoso

---

<sup>3</sup> Ver mais em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/reacao-de-militares-a-protesto-causa-preocupacao-na-cupula-do-governo.shtml>>

<sup>4</sup> Ver mais em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml>>

<sup>5</sup> Ver mais em <<https://oglobo.globo.com/brasil/planalto-divulga-video-que-exalta-golpe-militar-de-1964-23563896>>

até tece críticas ao período e menciona a defesa dos Direitos Humanos. O governo Lula foi marcado por tensões com os militares e pelas tentativas do presidente de evitar conflitos. Entretanto, no governo Dilma Rousseff os grupos que faziam apologia à memória do golpe de 64 se intensificam. A presidenta foi vítima de campanhas difamatórias, como informações falsas sobre sua participação na luta armada contra a ditadura. Seu governo também foi marcado por uma nova abordagem sobre as violações de Direitos Humanos ocorridas no período, buscando reparação às vítimas e o conhecimento do período, gerando tensões por medidas como a proibição da celebração do golpe e a instauração da Comissão Nacional da Verdade. Quando Michel Temer assume a presidência, o país passava por uma forte instabilidade. Em seu discurso, Temer adotou um tom de enaltecimento do papel das Forças Armadas na história do Brasil (TEIXEIRENSE, 2019).

Evidente que a memória do período ditatorial, ou de qualquer período da história, não se constrói apenas de forma oficial, ou seja, pelo discurso ou políticas do Estado. Mas corresponde a um elemento essencial no entendimento e na construção da memória hegemônica acerca de determinado acontecimento. No caso da Ditadura Civil-Militar brasileira, a memória se moldou de forma bastante complexa, pois vários agentes incorporaram a arena de disputa pela memória. Ideologicamente, os golpistas possuíam divergências, tanto é que percebemos cisões e mudanças ao longo dos anos de Ditadura. Além disso, dentro da esquerda e das forças contrárias ao regime, também existia uma heterogeneidade de pensamentos e formas de ver o momento. Para Napolitano (2015), é necessário compreender essa multiplicidade de divisões internas além da divisão mais ampla entre esquerda e direita para compreender a memória hegemônica do período, resultado desses fatores.

Dessa convergência improvável, entre liberais dissidentes e comunistas críticos, nasceu a memória hegemônica sobre o regime militar. Para os primeiros, funcionou como alibi para eximirem-se das responsabilidades históricas na construção de um regime autoritário e violento. Para os segundos, funcionava dentro da estratégia de “ocupar espaços”, denunciar e deslegitimar a ditadura. (NAPOLITANO, 2015, p. 317)

Portanto, a memória hegemônica do regime, para Napolitano (2015), incorpora elementos de esquerda, mas é, sobretudo, uma memória liberal

[...] que tende a privilegiar a estabilidade institucional e criticar as opções radicais e extrainstitucionais. Essa memória liberal condenou o regime, mas relativizou o golpe. Condenou politicamente os militares da linha dura, mas absolveu os que fizeram a transição negociada. Não por acaso, na memória liberal, Geisel é um quase herói da democracia, enquanto Médici e Costa e Silva são vilões do autoritarismo, por ação ou omissão. Denunciou o radicalismo ativista da guerrilha de esquerda, mas

compreendeu o idealismo dos guerrilheiros. Condenou a censura e imortalizou a cultura e artes de esquerda dentro da lógica abstrata de “luta por liberdade”. E, mais do que tudo, a memória liberal autoabsolveu os próprios liberais que protagonizaram o liberticídio de 1964, na imprensa, nas associações de classe, nos partidos políticos - , culpando a incompetência de Goulart e a demagogia de esquerda pelo golpe. (NAPOLITANO, 2015, p. 319)

Para o autor, o período sofreu um desgaste perante a memória, apesar de grupos influentes ou apoiadores silenciosos. Ou seja, nessa disputa, os militares se tornaram vilões, gerando um ressentimento naquela geração de militares dominantes do Estado durante a ditadura. Claro, mais uma vez cabe destacar que a presença de uma memória dita hegemônica não significa a exclusão de outras memórias, com menos espaço e que brigam por terreno nesse campo de disputas. Assim, até a publicação do livro *História do Regime Militar Brasileiro* (2015), podia-se afirmar: “Hoje em dia, poucas vozes com influência nos meios políticos e culturais defendem o legado do regime” (NAPOLITANO, 2015, p. 317). Mas a memória é maleável e se reconstrói em uma fabricação cotidiana. Pouco tempo depois, como vimos, emerge um fenômeno de exaltação da ditadura no Brasil, culminando na eleição de um presidente explicitamente adepto ao período ditatorial. Portanto, o que antes se propunha como memória hegemônica sofre uma ruptura, apresentando feridas abertas e evidenciando que o debate está longe de ter um fim. Se em número de adeptos é difícil precisar o quanto esses movimentos têm significado um aumento de fato ou apenas a exposição de grupos antes silenciados, ao menos em potência é possível afirmar que essa memória positiva da ditadura teve um ganho, vindo à tona no debate público, visível em espaços como as redes sociais ou o próprio cotidiano familiar, de trabalho ou de amizades.

Como vimos nos discursos oficiais dos presidentes do período democrático pós-Ditadura Civil-Militar, o tom conciliatório foi majoritariamente adotado. E é esse o caráter que se tenta introduzir na memória da ditadura, *esquecendo* os traumas para que se possa *seguir em frente*. Assim como na Argentina, tivemos a presença da chamada “Teoria dos dois demônios” agindo no campo simbólico. Ou seja, ao invés de uma condenação mais contundente à violência do Estado e às violações dos Direitos Humanos, tenta-se suavizar o papel dos governos militares e dos demais golpistas ao colocar a perspectiva de uma sociedade vítima dos radicalismos tanto de direita quanto de esquerda, ou seja, os dois demônios lado a lado. Entretanto, esse viés é extremamente problemático em sua concepção, pois “atribui responsabilidades morais idênticas para atores politicamente assimétricos, motivados por valores completamente diferentes” (NAPOLITANO, 2015, p. 318).

Outro elemento fundamental para a compreensão desse caráter conciliatório da memória é a Lei de Anistia, de 1979. Como afirma Padrós (2009):

Inegavelmente, as ditaduras do Cone Sul, com as suas conhecidas motivações repressivas de controle, de censura e de enquadramento de memórias e de consciências, fomentaram um “esquecimento organizado”, o que se consolidou com o encaminhamento de leis de anistia ou similares, que tentaram impor esse esquecimento institucional da violência executada dentro da dinâmica estatal. Se esse esquecimento institucional se expressou na forma da anistia, a impunidade, a corrupção, a banalização da violência e o imobilismo foram efeitos da tentativa de impor uma “amnésia coletiva” sobre a sociedade civil e se projetaram como parte dos desdobramentos não-resolvidos que conectam a conjuntura atual dos países da região, em processo de consolidação da democracia de cunho eleitoral, com esse passado recente que não deixa de estar presente. (PADRÓS, 2009, p. 37)

A forma como se deu a anistia, sendo estendida às violações dos Direitos Humanos cometidas por agentes do Estado, colabora para o esquecimento e para essa construção conciliatória da memória do período. Portanto, como vimos tanto em Lvovich e Bisquert (2008), quanto em Teixeira (2019) e Hartog (2013), o presente é capaz de moldar a memória do passado com fins políticos. É possível que a opinião pública, em sua maioria, acate versões revisionistas da história, apesar de esforços de construção de um conhecimento histórico sólido e baseado em dados empíricos já amplamente estabelecidos pela historiografia do período da Ditadura. A memória é viva e maleável e, como bem destaca Teixeira (2019):

[...] a intermediação entre o passado e o presente não ocorre por meio da produção historiográfica com exclusividade. A mídia, as festas nacionais, a produção literária, teatral, cinematográfica, as peças publicitárias, a música, os jogos eletrônicos, as redes sociais, a moda, as tradições familiares, e inúmeras outras atividades desempenham o papel de intermediar o passado e o tempo presente. A natureza de cada uma dessas esferas e o estatuto do “discurso” que são capazes de produzir possuem diferentes alcances e estão aptos a ocupar lugares específicos no conjunto social. (TEIXEIRENSE, 2019)

Dessa forma, neste trabalho, entenderemos a imprensa como um dos diversos palcos dessa batalha pela memória, capaz de edificar figuras públicas ou ainda de dismantelar suas imagens por meio de construções de narrativas no tempo presente e que podem se projetar para o futuro.

## 1.1 AS REVISTAS E A PESQUISA HISTÓRICA

As mídias impressas, como jornais e revistas, constituem valiosos materiais para a prática da pesquisa histórica. São fontes capazes de expressar pensamentos e representações sociais em imagens e textos. “Em cada página nos deparamos com aspectos significativos da vida de nossos antecessores, que permitem recuperar suas lutas, ideias, compromissos e interesses” (CAPELATO, 1988, p. 13). Martins (2003) aborda o trabalho do historiador especificamente com revistas e mostra que elas constituem um

[...] conjunto lúdico que numa só publicação reúne texto, imagem, técnica, visões de mundo e imaginários coletivos. Todos os seus componentes, aparentemente corriqueiros — formato, papel, letra, ilustração, tiragem — sugerem indagações que prenunciam a carga de historicidade presente nas, hoje, velhas e amareladas publicações. Tem-se ali registro múltiplo, do textual ao iconográfico, do extratexto — reclame ou propaganda — à segmentação, do perfil de seus proprietários àquele dos consumidores. (MARTINS, 2003, p. 60)

Além de uma fonte de acesso ao passado, com múltiplas abordagens possíveis sob diferentes ângulos e os mais diversos elementos presentes e passíveis de questionamentos, a revista também pode ser utilizada como um objeto em si, digna de uma análise própria, capaz de desvelar ideologias e relações de poder na construção de narrativas, possibilitando mais um componente na compreensão da sociedade de uma forma mais geral. Entretanto, como toda fonte histórica, deve passar por uma rigorosa crítica, evitando um olhar deslumbrado e inocente. As interpretações a respeito do que se apresenta em suas páginas devem ir além do visível e buscar o não-visível, as intenções e produções de sentido que dialogam com o contexto de produção dos materiais. Como mostra Capelato (1988):

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata imprensa se desmitifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social. (CAPELATO, 1988, p. 21)

Assim, os estudos envolvendo imprensa e história demandam certos cuidados prévios, para sair de um nível mais abstrato e chegar a elementos mais concretos e passíveis de interpretação. Inicialmente, é preciso considerar os aspectos de produção jornalística e como se constituiu a formação do objeto de estudo, neste caso a revista *Realidade*. Para Capelato (1988), antes de iniciar a pesquisa são necessárias algumas indagações para a fonte, como: “quem são seus proprietários? A quem se dirige? Com que objetivos e quais os recursos utilizados na

batalha pela conquista dos corações e mentes?” (CAPELATO, 1988, p. 14) Por isso, nos capítulos seguintes, antes de partir para a análise dos perfis selecionados, procura-se elucidar, com os recursos possíveis, o surgimento da revista e a sua história, passando pela formação da equipe, as escolhas editoriais e as mudanças pelas quais a publicação passou dentro do período ditatorial. Em seguida, pretende-se apresentar a figura de Luiz Fernando Mercadante, o repórter responsável pela autoria de todos os textos analisados, apresentando as visões a respeito do autor em livros de memória de outros jornalistas e também buscando elementos em sua produção jornalística para a revista, que possam fornecer pistas sobre a sua forma de pensar o jornalismo e a produção das reportagens, pois, além dos filtros editoriais, a categoria autoral também deve ser levada em consideração para enriquecer o processo de análise. Além disso, é importante dialogar com o aspecto contextual mais amplo, a fim de compreender em que momento a publicação se insere na história da imprensa brasileira.

O historiador Cláudio de Sá Machado Júnior também trabalha com revistas em suas pesquisas, enfocando suas análises nas fotografias presentes em suas páginas. De acordo com o autor, “objetos visuais e verbais não podem ser considerados elementos isolados” (MACHADO JÚNIOR, 2009, p. 42). Fotos e textos são elementos que se complementam em um periódico, por isso a análise deve dar conta dessa associação. E, ainda assim, não constituem um corpus suficiente em si para a análise, necessitando que se agreguem uma variedade maior de elementos, como, mais uma vez, as questões contextuais, fundamentais para a pesquisa.

Para que se possam elucidar os estudos sobre a sociedade, principalmente do ponto de vista histórico, é necessário que as fotografias estejam situadas em determinados contextos, cabendo ao historiador das imagens a reconstituição dos aspectos contextuais da época, buscando indícios em fontes que se complementem e que se apresentem como algo além do objeto fotográfico. Mais do que a variação de fontes trata-se da incorporação de estudos interdisciplinares (MACHADO JÚNIOR, 2009, p. 40).

Dessa forma, aliam-se análises contextuais e textuais dos perfis e a iconografia presente em suas páginas. As fotografias, bem como os textos, representam escolhas produtoras de sentido, propositalmente dispostas da forma como estão e que fazem parte de um todo indissociável, componentes da memória dos generais ditadores produzida pela revista *Realidade* durante a vigência da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

## 1.2 ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DOS PERFIS E ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA

Nesta dissertação, serão analisados os seguintes perfis, todos escritos por Luiz Fernando Mercadante:

Tabela 1: **Perfis analisados na dissertação**

<b>Perfil</b>	<b>Perfilado (a)</b>	<b>Edição</b>
Feliz Aniversário Seu Artur	Artur da Costa e Silva	2, maio de 1966
Êste é Humberto <sup>6</sup>	Humberto de Alencar Castelo Branco	3, junho de 1966
Um garôto chamado Artur	Artur da Costa e Silva	11, fevereiro de 1967
Dona Yolanda, a presidenta	Iolanda Barbosa da Costa e Silva	13, abril de 1967
Há um nôvo tempero no poder	Artur da Costa e Silva	15, junho de 1967
Êste é o presidente	Emílio Garrastazu Médici	57, dezembro de 1970

Iniciaremos, por uma breve tentativa de definição do termo perfil. Para Paniago (2008, p. 25), o perfil “se detém naquilo que deveria ser a essência do relato jornalístico — o ser humano em sua trajetória através da vida —, com destaque não para os eventos nos quais esse humano se envolve, mas para a visão de mundo que a pessoa certamente possui”. Vilas Boas (2003) aponta algumas diferenças entre o perfil e a biografia:

Diferentemente das biografias em livro, em que os autores têm de enfrentar os pormenores da história do biografado, os perfis podem focalizar apenas alguns momentos da vida da pessoa. É uma narrativa curta tanto na extensão (tamanho do texto) quanto no tempo de validade de algumas informações e interpretações do repórter (VILAS BOAS, 2003, p. 13).

O perfil, portanto, não se pretende tão amplo quanto a biografia. O repórter narra traços da vida do perfilado, optando por focalizar um ou alguns aspectos da vida do personagem, como um breve retrato entre tantos possíveis. Ainda podemos elencar outras características, como o

---

<sup>6</sup> Em todas as citações da revista no trabalho, a ortografia da época foi mantida.

uso de recursos literários na construção do personagem e da narrativa, o caráter autoral do texto e a multiplicidade de formas e de focos. Como veremos, o perfil pode narrar um momento presente, o passado da personagem, sua infância, relações interpessoais, hábitos, entre diversos outros elementos.

Para a análise dos perfis, utilizaremos o aporte teórico-metodológico proposto por Luiz Gonzaga Motta (2013) de análise crítica da narrativa. Aliado a isso, buscaremos incorporar as ideias de John B. Thompson (2011) acerca das estratégias de construção simbólica que auxiliarão a desvelar os sentidos ideológicos presentes nos textos.

Nos parágrafos seguintes, serão apresentadas algumas ideias de Motta (2013), buscando as perspectivas do autor que melhor podem auxiliar nas análises dos perfis selecionados de *Realidade*. O autor aborda as narrativas, tanto as ficcionais quanto as fáticas, como processo universal de constituição da realidade, e busca elucidar como se articulam os sentidos por elas produzidos. Seu método observa a narrativa mais do que como uma obra fechada, enfatizando o contexto de produção e as relações de coconstrução de sentido entre os interlocutores envolvidos no processo de comunicação. Sua perspectiva é menos linguística (apesar de se valer do apoio de diversos recursos desse tipo de análise) e mais cultural ou antropológica, a fim de revelar os jogos de poder presentes nas relações discursivas interpessoais e coletivas. Assim, a proposta de Motta (2013) visa

[...] servir como um instrumento interpretativo, uma técnica hermenêutica que revele processos de representação e de constituição da realidade historicamente situados, onde há confrontos com outras representações possíveis. A perspectiva pragmática adotada aqui implica necessariamente levar em consideração fatores extralinguísticos que interferem no ato comunicativo. (MOTTA, 2013, p. 23)

Também leva em consideração a identidade, a posição e as intenções dos interlocutores e as estratégias discursivas e argumentativas, além do entorno cultural compartilhado ou não pelos interlocutores. “Quem narra sempre tem algum propósito: *nenhuma narrativa é ingênua, neutra, imparcial; toda narrativa é argumentativa*. Quer atrair, seduzir, convencer, provocar efeitos de sentido” [grifos do autor] (MOTTA, 2013, p. 196).

Motta (2013) mostra a relevância da narrativa e a busca pelo significado dentro do contexto do giro linguístico, em que a linguagem e os enunciados assumem centralidade no pensamento filosófico, antropológico e cognitivo, vista como a mediação entre os seres humanos e o mundo exterior. A narração sempre pretende produzir efeitos de sentido, que podem ser compreendidos pela análise da sua configuração interna, das estratégias utilizadas



pelo narrador com essa finalidade. Os métodos e procedimentos empregados nesse tipo de análise configuram a chamada *narratologia*.

A narratologia adquire um caráter multidisciplinar. Ela perde o seu caráter de análise imanente, limitada ao texto, e cresce para situar-se ao nível das relações culturais, dos atos de fala em contexto, aos usos pragmáticos da linguagem em situações e sociedades culturalmente localizadas [grifos do autor] (MOTTA, 2013, p. 81)

Portanto, mesmo que a análise tenha o texto como ponto de partida, ela está situada em um contexto concreto e isso deve ser observado. Os perfis estudados devem ser encarados como disputa de poder construída discursivamente, uma versão entre tantas outras possíveis. A narrativa de uma vida é complexa e as intenções do autor na mídia, um local de representação do mundo, podem ser melhor compreendidas ao cercar sua posição de fala, revelando de forma mais clara as suas estratégias para produção de sentidos além do produto fechado. Na coconstrução de sentidos, os leitores também vão além do texto fechado em si, pois estão submetidos a diferentes fatores como o contexto, suas experiências, a memória e a cultura.

O jornalismo literário praticado por *Realidade* e presente nos perfis de Luiz Fernando Mercadante se enquadra no conceito de *Soft News* trazido por Motta (2013). São narrativas com liberdade criativa e uma linguagem quase literária ou ficcional. Assim, suas análises podem ser semelhantes às de qualquer narrativa de ficção, pois o repórter também cria efeitos estéticos e emocionais de sentido na construção de seus textos. O analista pode valer-se de colaborações da teoria literária e também de ensinamentos de manuais de roteiristas no processo de análise.

Como a *narratologia* ainda está em processo de construção, Motta (2013) defende a criatividade metodológica do analista, apesar de citar uma série de procedimentos que auxiliarão no percurso até os objetivos pretendidos. O autor é contrário ao engessamento de propostas formais. O foco de sua proposta é no contexto comunicativo, diferente da *narratologia* literária que estuda a estrutura interna das narrativas enquanto obra fechada, aqui ela será vista como um fato cultural. Embora recuse a atitude epistemológica das análises estruturalistas, como de Barthes e Todorov, Motta (2013) apresenta algumas apropriações desses métodos que podem ser bastante úteis, com uma proposta multidisciplinar que também parte do texto, mas busca compreender de forma mais ampla as intencionalidades do narrador, sejam elas conscientes ou inconscientes, mas que produzem uma série de significações por meio de suas construções.

Motta (2013) mostra que a análise acontece em três instâncias do discurso narrativo: plano da expressão, plano da estória e plano da metanarrativa. Os dois primeiros de caráter predominantemente estéticos e o terceiro ético/cultural/ideológico. O plano da expressão ou da

linguagem, do discurso, centra-se na superfície do texto, na retórica escrita, visual ou sonora. Nele estão os usos estratégicos da linguagem a fim de produzir sentido e onde se desvelam algumas intencionalidades do autor, pelo uso de ênfases, figuras de linguagem como ironia, hipérboles, entre outros recursos de efeito dramático. O plano da estória diz respeito ao conteúdo, à intriga, às sequências de ações desempenhadas pelos personagens e as suas caracterizações, o cenário, os conflitos, o ritmo, etc. O plano da metanarrativa é o pano de fundo, a estrutura profunda da narrativa que evoca os imaginários culturais. Nele estão os temas éticos como a criação de heróis, a fidelidade, a felicidade, a revolução, a confiança no futuro, entre outros temas promissores nos estudos de política e de ideologia.

A análise deve se situar nos três campos simultaneamente. O autor propõe uma série de movimentos a serem trilhados pelo analista, mas eles não compõem uma ordem ou um manual “passo a passo” de análise, pois devem ser realizados concomitantemente, deixando que a narrativa dite as melhores estratégias. Elaboraremos uma síntese desses procedimentos propostos por Motta (2013).

É necessário compreender o *Projeto Dramático* do narrador, isto é, como ele compõe a sua estória. Para isso, deve-se ler e reler a narrativa analisada. Várias vezes. Assim, tem-se uma compreensão de como o enredo funciona, quais os encadeamentos básicos. Pretende-se, com isso, descortinar a organização da narrativa, início, desenvolvimento, final; os fios que alinham a trama; as partes componentes; as sequências básicas; os pontos de virada e suas conexões; os conflitos; o protagonista e o antagonista; a organização do enredo como totalidade; os recursos e figuras de linguagem; os recursos visuais; a seleção do léxico, as ênfases, repetições, adjetivos; a função dos personagens; o fundo moral/ideológico; os recursos para a criação do efeito do real.

Mais a fundo na análise, para melhor compreensão da lógica interna da narrativa, pode-se utilizar a noção de sequências-tipo do estruturalismo e identificar os episódios significativos do objeto. Cabe ao analista atribuir nomes às suas sequências. Além disso, é possível valorizar outro recurso dramático produtor de sentido na análise, o suspense. Esse recurso gera tensão ao retardar estrategicamente o fim de uma estória, mostrando que o clímax está, de fato, na narrativa criada e não nos fatos reais.

A utilização de dêiticos também é relevante para a análise. Eles são “elementos espaço-temporais do discurso que concorrem para situar o enunciado e os sujeitos no ato de comunicação, e proporcionar referências no momento e no lugar em que ele ocorre (MOTTA, 2013, p. 158) Portanto, palavras como “aqui, lá, agora” são recursos de produção de sentido.

O analista também pode nomear novos episódios.

Os episódios são unidades temáticas narrativas intermediárias, semanticamente coesas, que relatam ações ou conjuntos de ações relativamente autônomas (motivos) e correspondem às transformações e progressões no transcorrer da estória, conectadas ao todo no qual significativamente se inserem. Às vezes os episódios já estão nomeados no próprio relato, distinguindo as partes da história. (MOTTA, 2013, p. 160)

Se a divisão e nomeação não corresponderem aos objetivos do analista, ele deve elaborar uma nova síntese, reorganizando e renomeando os episódios. Isso pode revelar o plano da intriga e os efeitos dramáticos produzidos, pois revelam a disposição estratégica de personagens, cenários, incidentes, conflitos, tensões, fracassos e conquistas elaborada pelo narrador.

Também deve-se identificar os conflitos dramáticos, em especial os construídos em torno de percepções antagônicas, muito utilizado na política. Mesmo em narrativas fáticas, essa construção dual é feita pelos narradores. O conflito dispõe os personagens nas histórias estrategicamente e suas relações mantém a narrativa atrativa e aquecida.

A construção dos personagens será categoria central na nossa análise, pela característica primordial do gênero perfil de centrar a narrativa em torno de uma pessoa. “Na análise pragmática, [...], será preciso analisar as personagens como escolhas do *projeto dramático* de um sujeito narrador que faz opções argumentativas todo o tempo, procurando envolver o destinatário” (MOTTA, 2013, p. 177). O uso de expressões designantes para se referir aos personagens, além de produzir o efeito do real e remeter a características suas, revela a imagem dos personagens pretendida pelo narrador para os leitores. Assim, ele faz uso de artimanhas para transmitir sentimentos e desejos, imprimindo marcas na construção de personagens. A construção via estereótipos ou caricaturas grotescas, como herói e vilão, também devem ser analisadas como produtoras de sentidos.

Motta (2013) considera que mesmo nas narrativas jornalísticas é o narrador quem produz o personagem, em um movimento de passagem de pessoa real para persona. O personagem é fabricado discursivamente, mesmo com um referencial de carne e osso fora do texto. O foco da análise é nessa figura construída, pois é essa construção estratégica que produz efeitos na sociedade. Deve-se observar a maneira que se fez essa construção, o que o narrador optou por narrar ou não narrar, por quais os fragmentos ele optou e quais critérios priorizou, pois “a pessoa real é sempre irredutível às narrativas que se contam a seu respeito” (MOTTA, 2013, p. 195).

As narrativas realistas utilizam uma linguagem referencial para vincular sempre os fatos ao mundo físico, mas criam incessantemente efeitos catárticos, como na ficção. A retórica dessas narrativas estimula um permanente jogo entre as intenções do narrador e as interpretações do receptor (MOTTA, 2013, p. 196-197)

Busca-se descortinar as estratégias argumentativas de produção do efeito de real que intentam a interpretação dos fatos narrados como verdadeiros. As estratégias para isso são inúmeras, entre elas podemos citar: datações, nomes próprios de lugares, pessoas, instituições, citações, números, estatísticas...

Vale lembrar que “a linguagem narrativa é por natureza dramática e sua retórica é tão ampla e rica quanto a arte em geral. Intencionalmente ou não, gera nos receptores inúmeros efeitos de sentido poéticos e simbólicos” (MOTTA, 2013, p. 203). O analista e o leitor percorrem percursos muito parecidos, embora para o analista seja de forma menos espontânea. Deve-se entender as maneiras pelas quais elas produzem mudanças no estado de espírito do leitor. (MOTTA, 2013)

Assim, um dos grandes objetivos é descortinar o plano ideológico por trás dos sentidos produzidos estrategicamente nas construções de narrativas. Nessa perspectiva, faz-se válido entender ideologia da mesma forma como Paul Ricoeur: “uma ideologia é o sistema que organiza a visão conceitual do mundo em toda ou em parte da obra” (Ricoeur apud Motta, 2013, p. 214). Para isso, é de suma importância compreender claramente quem são os narradores, as vozes da plurivocal<sup>7</sup> narrativa jornalística.

A narrativa jornalística é constituída por três narradores: 1) veículo; 2) jornalista; 3) personagem. Esses narradores estão em constante e sutil negociação simbólica e política e o produto final, ou versão hegemônica, é o resultado dessa disputa. Os jogos de poder fluem entre os narradores e dependem do capital político de cada um dos envolvidos no processo. No capítulo seguinte, antes da análise dos perfis, buscaremos cercar o produto final (texto dos perfis) com uma compreensão mais profunda de cada um dos narradores, neste caso: 1) Editora Abril/Revista *Realidade*; 2) Luiz Fernando Mercadante; 3) Líderes do governo ditatorial/contexto político da época de publicação de cada um dos textos. Para entendermos melhor a produção dos perfis, podemos também utilizar a noção de contrapoder, que corresponde às manobras conscientes ou inconscientes nessa disputa, em que se cede ou se conquista espaço, na luta pelo direito de voz e por tornar pública a sua versão.

A delimitação dos narradores que atuam na comunicação jornalística, além de esclarecer o estatuto funcional de cada um deles, possibilita a observação empírica da

---

<sup>7</sup> Conceito de Paul Ricoeur incorporado por Motta (2013).

presença ou ausência de vozes, relações de poder, negociações que se realizam continuamente, e o grau de enfrentamento ou de subordinação que desvelam os acirrados jogos de poder e as estratégias para conseguir maior visibilidade na mídia ou obter posição favorável nos conflitos relatados (ser posicionado com um protagonista politicamente correto nas estórias reportadas) (MOTTA, 2013, p. 232)

Depois de conhecer mais a fundo os narradores envolvidos no processo de produção da versão hegemônica, poderemos partir para a análise das narrativas selecionadas, os perfis de Mercadante. Além de aplicar os procedimentos de Motta (2013) que foram apresentados até aqui, as concepções de Thompson (2011) também serão valiosas ao olhar para o objeto na busca pelas estratégias de construção simbólica em *Realidade*, as produções de formas simbólicas<sup>8</sup> para seus leitores e como o sentido produzido poderia sustentar relações de dominação, adquirindo, assim, um caráter ideológico. Essas ideias serão incorporadas à análise crítica da narrativa a fim de lançar um olhar ainda mais consistente ao objeto. A dominação para Thompson (2011) acontece

[...] quando relações estabelecidas de poder são “sistematicamente assimétricas”, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito (THOMPSON, 2011, p. 80).

Ao conhecer e analisar os três narradores envolvidos no processo comunicativo da narrativa, buscaremos compreender a assimetria que existe entre eles no constante jogo de poder que acontece durante as negociações, conscientes ou inconscientes, até a publicação do perfil (texto e imagens). Assim, partiremos da hipótese de que os perfis dos generais funcionavam como estratégia de legitimação própria da revista junto à Ditadura Civil-Militar, podendo manter-se em circulação e ganhando terreno para questionamentos no campo dos costumes e dos padrões conservadores, ao mesmo tempo em que, nesses momentos, legitimava o governo ditatorial frente aos leitores.

Thompson (2011) propõe uma formulação própria do conceito, mantendo elementos das *concepções críticas de ideologia*, com algumas adaptações. Ao contrário de Marx, o autor não acredita que o fato de serem errôneas ou ilusórias sejam características fundamentais para compreender as formas simbólicas como ideológicas. Elas até podem aparecer dessa forma,

---

<sup>8</sup> Thompson (2011, p. 79) entende formas simbólicas como um “amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos. Falas linguísticas e expressões, sejam elas faladas ou escritas, são cruciais a esse respeito. Mas formas simbólicas podem também ser não linguísticas ou quase-linguísticas em sua natureza (por exemplo, uma imagem visual ou um construto que combina imagens e palavras)”.

entretanto não necessariamente as são. Por outro lado, a sustentação de relações de dominação é um critério mantido por Thompson (2011) como definidor de ideologia. Portanto, o autor concebe a seguinte formulação do conceito de ideologia:

[...] maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas. (THOMPSON, 2011, p.79)

São inúmeros os modos como o sentido pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação. Esses modos de operação da ideologia utilizam diferentes estratégias de construção simbólica. Thompson (2011) elenca cinco modos gerais: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. É evidente que esses modos podem operar mutuamente, que a ideologia pode também operar de outros modos e que as estratégias de construção simbólica não são necessariamente sempre ideológicas, pois dependem da circunstância em que foram produzidas. *Realidade* fez uso de diversas estratégias de construção simbólica que veremos na sequência. Entretanto, antes, cabe ressaltar que esses modos de operação nem sempre são ideológicos e podem também ser construídos como forma de criticar e subverter os sistemas de dominação. Um exemplo é a aplicação do modo de operação da *dissimulação* em algumas reportagens da revista, com representações que desviam a atenção do leitor e, ao mesmo tempo, do governo ditatorial, utilizando a estratégia do *deslocamento*: “um termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para outro objeto ou pessoa” (THOMPSON, 2011, p. 83). Isso acontecia, por exemplo, quando *Realidade* abordava problemas do Brasil por meio da exposição da situação de outro país, como o autoritarismo crescente, e que, por analogia, os leitores poderiam perceber tais críticas sutis, estratégia também utilizada por alguns veículos da imprensa alternativa no período. Entretanto, Thompson (2011) não vê situações como essa como manifestações ideológicas:

Formas ideológicas podem, certamente, ser desafiadas, criticadas, contestadas e destruídas, e elas, frequentemente, são de fato desafiadas, tanto explicitamente, em ataques articulados e organizados, como implicitamente, nas trocas simbólicas corriqueiras do dia a dia. Essas intervenções desafiadoras, transformadoras (do *status quo*) podem ser descritas como *formas simbólicas contestatórias* ou, mais especificamente, como *formas incipientes da crítica da ideologia*. A própria existência da ideologia pode provocar sua contradição: as pessoas, ao invés de aceitar passivamente as formas ideológicas e as relações de dominação por elas sustentadas, podem contestar ou denunciar essas formas e relações, podem ridicularizá-las ou satirizá-las, podem procurar esvaziar qualquer força que as expressões ideológicas possam ter em circunstâncias particulares. Fazendo isso, essas pessoas estão

engajando-se não na promulgação de uma nova ideologia (embora, sob outros aspectos, elas possam estar também fazendo isso); ao contrário, elas estão se engajando numa versão incipiente de uma forma de crítica (THOMPSON, 2011, p. 91).

Portanto, percebe-se também nas páginas de *Realidade* um esforço da equipe em produzir *formas simbólicas contestatórias*, presentes principalmente entre os anos de 1966 e 1968, antes do AI-5. Cabe, assim, na análise dos perfis buscar em suas narrativas se também existia a presença das *formas simbólicas contestatórias* ou se o texto servia exclusivamente como uma narrativa ideológica que sustentava relações de dominação.

Abaixo, reproduziremos o quadro de modos de operação da ideologia proposto por Thompson (2011, p. 81), com duas adaptações: a inclusão de duas colunas explicativas dos conceitos, com uma breve descrição de cada um deles, propostos pelo autor.

**Tabela 2:** Modos de operação da ideologia – John B. Thompson

Modos Gerais	Definição	Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica	Explicação
Legitimação	Relações de dominação sustentadas pela sua representação como legítimas, como justas e dignas de apoio.	Racionalização	Cadeia de raciocínio através da qual o produtor de uma forma simbólica procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso, persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio.
		Universalização	Acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos, e esses acordos são vistos como estando abertos, em princípio, a qualquer um que tenha a habilidade e a tendência de ser neles bem-sucedido.
		Narrativização	Exigências de legitimação inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável. Histórias justificam o exercício de poder por aqueles que o possuem.
Dissimulação	Relações de dominação ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou representadas de uma maneira que desvia a atenção ou passa por cima de relações e processos existentes.	Deslocamento	Um termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para outro objeto ou pessoa.
		Eufemização	Ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva.
		Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)	Uso figurativo da linguagem ou, mais em geral, das formas simbólicas. <u>Sinédoque</u> : junção semântica da parte e do todo. <u>Metonímia</u> : termo que se refere a um atributo é utilizado para se referir a coisa em si, embora não exista conexão necessária.



			Essa associação pode resultar em uma avaliação positiva ou negativa da coisa. <b>Metáfora:</b> Aplicação de um termo ou frase a um objeto ou ação à qual ele, literalmente, não pode ser aplicado. Pode gerar um sentido novo e duradouro.
Unificação	Relações de dominação estabelecidas e sustentadas através da construção no nível simbólico de uma forma de unidade que interliga os indivíduos em uma identidade coletiva, independente das diferenças e divisões que possam separá-los.	Estandarização/ Padronização	Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica. Criação de uma linguagem nacional, identidade coletiva.
		Simbolização da Unidade	Construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletiva, que são difundidos através de um grupo ou de uma pluralidade de grupos. Une indivíduos suprimindo diferenças e divisões.
Fragmentação	Relações de dominação mantidas não unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador.	Diferenciação	Ênfase dada nas distinções, diferenciações e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder.
		Expurgo do outro	Construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo.
Reificação	Relações de dominação estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal. Eliminação ou ofuscação do caráter socio-histórico dos fenômenos.	Naturalização	Um estado de coisas que é uma criação social e histórica pode ser tratado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais.
		Eternalização	Fenômenos socio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes.

		Nominação/ Passivização	A nominalização e a passivização concentram a atenção do ouvinte ou leitor em certos temas com prejuízo de outros. Elas apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que produza essas coisas. A nominalização acontece quando sentenças, ou parte delas, descrições da ação e dos participantes nelas envolvidos são transformadas em nomes. A passivização se dá quando verbos são colocados na voz passiva.
--	--	----------------------------	--

Com esse aporte teórico-metodológico de Thompson (2011) e Motta (2013), poderemos afinar o olhar para o objeto, compreender as produções de sentido, os efeitos de real e de emoção presentes na narrativa e a sua estruturação, descortinar aspectos ideológicos que podem estar contidos no texto e nas fotografias presentes na disputa de poder entre os narradores envolvidos e entender como, dentro do contexto da época, esses personagens foram construídos, representados e apresentaram os generais ditadores aos leitores de *Realidade*, participando do processo de construção de uma memória coletiva sobre eles na época de produção.

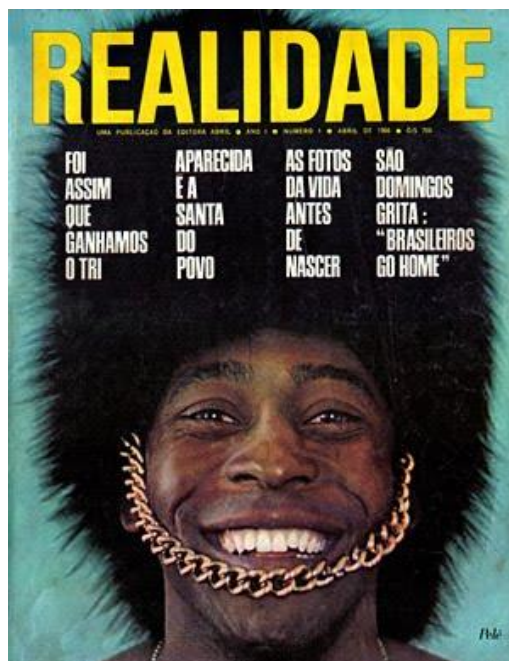
## **2 OS TRÊS NARRADORES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS PERFIS**

### **2.1 REVISTA *REALIDADE*, O PRIMEIRO NARRADOR: HISTÓRIA, OLHARES E INTERPRETAÇÕES**

Brasil, abril de 1966. Dois anos depois do golpe que depôs o presidente João Goulart e instaurou a Ditadura Civil-Militar no país, o sorriso de Pelé estampa a capa da mais nova publicação da editora *Abril*. As bancas de revistas exibem o número 1 de *Realidade*, anunciada na *Carta do Editor*, assinada por Victor Civita - proprietário da editora - como “a revista dos

homens e das mulheres inteligentes que desejam saber mais a respeito de tudo”<sup>9</sup>. A editora e seus proprietários juntamente com a nascente publicação e a sua linha editorial representam a primeira voz no jogo de poder envolvido na produção jornalística das matérias que chegavam aos leitores, sendo, assim, o *primeiro narrador*<sup>10</sup>.

Figura 1. Capa da primeira edição



*Realidade*. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 1, abril 1966.

A primeira chamada da capa prenunciava “Foi assim que ganhamos o Tri”, pois, naquele ano, a seleção brasileira de futebol disputaria o seu terceiro título mundial. O estilo da “reportagem-sonho”<sup>11</sup> já mostrava que *Realidade* buscava se apresentar como um diferencial em relação à imprensa tradicional. O texto narra a trajetória do Brasil na Copa do Mundo de 1966 até chegar à vitória por 3 a 2 contra os donos da casa, a seleção inglesa, no estádio *Wembley*, diante de 100 mil espectadores. O sonho não se concretizou. Poucos meses depois, os brasileiros voltariam da Inglaterra eliminados ainda na fase de grupos, adiando a esperança do Tri para 1970. Curiosamente, na Copa seguinte, a revista também arriscou narrar o futuro da seleção com o anúncio no sumário: “Assim perdemos a Copa” e a reportagem “O Brasil perde

<sup>9</sup> *Realidade*. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 1, p. 3, abril 1966.

<sup>10</sup> Motta, 2013.

<sup>11</sup> A própria revista utiliza esse conceito para definir a reportagem no sumário da primeira edição.

no México”<sup>12</sup>. *Realidade* se mostrou péssima palpiteira ao errar suas previsões futebolísticas nas chamadas *reportagens-sonho*, entretanto, a publicação lançada em 1966 logo se tornaria a maior revista em circulação no país e marcaria a história do jornalismo brasileiro, seja pela valorização da *grande-reportagem*<sup>13</sup> e do estilo *jornalismo literário*, seja pelo caráter das pautas abordadas, desafiando muitos dos padrões conservadores da sociedade, principalmente em seus primeiros anos de existência, em meio a um contexto de crescente repressão que culminaria no Ato Institucional nº 5 e em mudanças radicais na publicação.

Para entender o processo de formação da publicação mensal de reportagens da *Abril*, o livro *Realidade – História da revista que virou lenda* é uma fonte bastante rica. A obra, lançada em 2013, legou um relato memorial dos primeiros anos da história da revista e foi escrita pelo jornalista Mylton Severiano, falecido no ano seguinte. O jornalista utilizou um material deixado por Paulo Patarra, o primeiro redator-chefe da revista, falecido no ano de 2008, como base para sua publicação. Outros ex-repórteres da revista também registraram em livro suas percepções e histórias, como José Carlos Marão e José Hamilton Ribeiro, que, em 2010, publicaram *Realidade Re-vista*, uma coletânea de reportagens transcritas na íntegra com comentários dos autores e relatos sobre o início da revista e sobre o contexto da época. Nesses mesmos moldes, o jornalista Carlos Azevedo publicou, em 2007, *Cicatriz de Reportagem*, uma coletânea de treze reportagens selecionadas e comentadas pelo autor, revelando histórias dos bastidores de cada uma delas, passando por textos publicadas em *O Estado de S. Paulo*, *Quatro Rodas*, *Realidade*, *Movimento*, *Doçura*, *Caros Amigos*, *Manifesto* e uma reportagem do *Globo Rural*, exibida na *TV Globo*.

Severiano (2013) destaca em sua obra a importância do jornalista Paulo Patarra para *Realidade*. O redator-chefe teve papel fundamental na concepção da revista, pois foi o idealizador do projeto e o responsável por montar e dirigir uma equipe afiada e entrosada de jornalistas até a edição 32, de novembro de 1968.

Em 1965, a *Abril* pretendia lançar um novo produto no mercado brasileiro. A nova publicação da editora, inicialmente, seria intitulada *Revista de Domingo*. Prevista para outubro do mesmo ano, ela acompanharia as edições dominicais de jornais impressos de várias localidades do Brasil. “Ideia simples e lucrativa – para a Abril. Semanalmente, 36 páginas em

---

<sup>12</sup> *Realidade*. São Paulo: Ed. Abril, ano IV, n. 47, fevereiro 1970.

<sup>13</sup> *Grande-reportagem* pode ser definida como “aquela que possibilita um mergulho de fôlego nos fatos e em seu contexto, oferecendo, a seu autor ou a seus autores, uma dose ponderável de liberdade para escapar aos grilhões normalmente impostos pela fórmula convencional do tratamento da notícia”. (LIMA, 2004, p.18)

rotogravura, e paparia todos os anunciantes coloridos” (SEVERIANO, 2013, p. 41). A intenção da editora era contar com uma publicação de interesse geral em seu catálogo de publicações no país. A ideia não avançou e logo foi cancelada. A questão publicitária fez com que os donos de jornais recuassem. A possibilidade de os maiores anunciantes utilizarem o espaço da *Abril* era enorme.

Com a derrocada do projeto, Paulo Patarra, que já encabeçava a equipe da nova iniciativa da editora como redator-chefe, sugeriu à Victor Civita que apostasse em uma revista mensal de reportagens, mantendo a proposta de interesse geral. A ideia era vista com desconfiança e considerada arriscada. A sugestão era inusitada por se tratar de algo diferente dos padrões de revistas do Brasil e do mundo. Aqui, *Manchete* e *O Cruzeiro*, que também possuíam proposta mais abrangente, eram revistas semanais. As mensais geralmente eram segmentadas – ou seja, para públicos específicos e restritos - como a *Quatro Rodas*, também da *Abril*, berço de grande parte da futura redação de *Realidade*. O fato de a proposta não possuir periodicidade semanal, apesar de inabitual, agradou a cúpula da editora porque diminuía os custos e possíveis prejuízos. O mandatário da *Abril* aceitou. “Assim foi que o raio de Tupã pulverizou a *Revista de Domingo* e incendiou o entusiasmo pelo desafio maior: fazer uma revista que ninguém no mundo fazia” (SEVERIANO, 2013, p.43). O *furo jornalístico* e a atualidade da revista também preocupavam alguns dos integrantes, por isso a publicação precisaria se destacar na forma de abordagem dos fatos, apostando no contexto, na profundidade, na criatividade, na individualização de casos mais amplos e nas matérias de vivência (MARÃO; RIBEIRO, 2010, p. 27-28). Após divergências da equipe sobre o estilo, a linha editorial e o nome da revista, o projeto ganhou forma e resultou na revista *Realidade*. A equipe inicial, montada por Patarra, era, em sua maioria, identificada com a esquerda “oscilando entre o Partido Comunista, a Ação Popular e o anarquismo; admirava Fidel, Guevara e Ho Chi Minh, Prestes e Dom Hélder, Getúlio e Brizola; mas havia quem gostasse de Carlos Lacerda” (AZEVEDO, 2007, p. 105).

Antes do lançamento da primeira edição de *Realidade*, cinco mil unidades do número zero circularam entre potenciais leitores, anunciantes e autoridades. As reações à edição-piloto foram publicadas no número 1, na seção de cartas. A publicação contou inclusive com saudações do então Ministro da Guerra e futuro chefe do governo ditatorial, Artur da Costa e Silva: “Sr. Diretor: Gostei muito da variedade de assuntos publicados. Faço votos de pleno êxito”<sup>14</sup>. O primeiro número de *Realidade* com Pelé na capa circulou com uma tiragem de

---

<sup>14</sup> *Realidade*. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 1, p. 7, abril 1966.

251.250 exemplares e esgotou em três dias em todo o Brasil<sup>15</sup>, ancorada em uma ampla campanha de divulgação nos jornais e no rádio que afirmava: “Chegou a revista que faltava” (MARÃO;RIBEIRO, 2013). A partir dessa edição, diante da resposta e repercussão do público, a revista aumentou sua tiragem gradativamente, alcançando a marca recorde de 505.300 exemplares nas bancas na edição 11 de fevereiro de 1967<sup>16</sup>. O diretor de redação nos primeiros números era Roberto Civita, o filho do dono, embora seu nome só apareça no expediente da revista a partir do número 9, de dezembro de 1966. Roberto Civita foi diretor de *Realidade* da primeira edição até o número 18, de setembro de 1967.

Em 2010, Vaniucha de Moraes deu importante contribuição para a compreensão desse processo de formação de *Realidade*. Em sua dissertação de Mestrado em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada “*Realidade (re)vista: O papel do intelectual na concepção de um projeto revolucionário*”, a autora aborda a constituição da linha editorial da revista, fruto de um contexto de agitação cultural e política dos anos 60 e também da formação intelectual individual dos profissionais responsáveis pela produção da revista nos seus primeiros anos, de abril de 1966 à dezembro de 1968.

Moraes (2010) mostra que a aceitação do público, evidente no crescente número de vendas, deve-se ao fato de *Realidade* compreender e estar em sintonia com o contexto e os anseios da sociedade da época, pois as discussões e os assuntos presentes nas reportagens da revista eram os mesmos que a população ansiava por debater. Além disso, a equipe de jornalistas era coesa e ideologicamente parecida, tanto na forma de enxergar o Brasil quanto o jornalismo, isso fez com que pudessem defender algumas ousadias editoriais frente à direção da *Abril* e conseguissem certa autonomia na tomada de decisões, respaldada pelo sucesso de vendas.

Em 1966, quando a primeira edição foi para as bancas, ocorria intensa agitação cultural e política. A demanda era constituída por um público que presenciava o surgimento de uma nova conjuntura histórica, social e cultural e os assuntos tratados miravam esta cena de transformações, uma abordagem que as demais publicações da época não conseguiram acompanhar (MORAES, 2010, p.12).

A liberdade editorial nos primeiros números da revista era grande. A equipe possuía autonomia na tomada de decisões, sempre em negociação com o diretor Robert Civita, que, na maioria das vezes, comprava as ideias dos jornalistas. O sucesso nas negociações com a

---

<sup>15</sup> *Realidade*. A história das doze capas. São Paulo: Ed. Abril, ano II, n.12, p.31-35, março 1967.

<sup>16</sup> *Ibid.*

empresa se dava pelo respaldo que a publicação tinha pelo público e pelo crescente número de vendas. Mas isso não impediu que a *Abril* pressionasse a equipe em busca de maior controle sobre a publicação, principalmente com a inclusão de novos profissionais menos alinhados com o pensamento da cúpula originária.

Por muito tempo – por mais tempo do que era esperado – aquele núcleo inicial resistiu a essas tentativas de divisão engendradas pela empresa, que buscava ter mais controle da linha editorial. Mas a empresa também ia conseguindo vitórias e nós mesmos íamos ficando cansados daquela queda de braço diária. Além disso, as pressões se concentravam, e cada vez mais insuportáveis, sobre Paulo Patarra, o arquiteto e estrategista da nossa “aventura”. Ele reclamava que estava cansado de duelar todo dia com o patrão e ainda acalmar os mais impacientes dentro da equipe (AZEVEDO, 2007, p. 103)

Apesar disso, a publicação correspondeu à crescente agitação cultural dos anos 60 que se dava em diferentes âmbitos, rompendo com muitas das estruturas tradicionais da sociedade. Os reflexos desses tempos podem ser percebidos nos costumes, na música, nos movimentos sociais. *Realidade* narrou diversas dessas transformações nos costumes da época em suas páginas e também ajudou a moldar alguns dos novos ideais de liberdade e rompimento de padrões morais, além de explorar um Brasil plural e problemático em suas pautas. Logo nas primeiras edições, são abordadas temáticas como liberdade sexual, uso da pílula, discussões sobre desquite e divórcio, casamento de padres e educação sexual. Nessa perspectiva, a tese de doutorado em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, *Revista Realidade 1966-1968 – Tempo de reportagem na imprensa brasileira*, escrita por José Salvador Faro, mostra como a produção jornalística de *Realidade* incorporou um discurso transgressor da época. O autor dissecou o período entre 1966 e 1968 da revista e analisa diferentes “visões” apresentadas em sua composição ao longo das pautas das primeiras edições, como a família, a política, a economia, a mulher, a religião, o jovem, entre outras. Faro (1999) mostra que as “visões” dos diferentes temas apresentadas em *Realidade* podem ser vistas sob dois aspectos:

O primeiro, é a *transgressão* dos elementos consensuais que cercavam convencional ou oficialmente os assuntos que *Realidade* reportou. A publicação da Abril assumia mesmo, perante seu corpo de jornalistas e perante seu público leitor, a imagem de um órgão para o qual não havia *tabus*, no sentido de que se dispunha a avançar sobre o que não se discutia ou sobre assuntos a respeito dos quais se discutia timidamente. Como se pretende demonstrar, a revista investigou e desnudou todo o universo simbólico conservador que povoava a moral cotidiana das classes médias urbanas brasileiras, ou acompanhou as transformações que esse universo apresentava. Nesse sentido, *Realidade* trazia à tona o questionamento de padrões que já ocorria surdamente no processo de modernização e de crescente autoritarismo da vida brasileira. Em decorrência disso, a revista polemizou com tais valores permanentemente, *transgrediu* portanto a convenção estabelecida e acabou se contrapondo ao discurso *ético-político* através do qual o Estado buscava legitimar sua existência. (FARO, 1999, p.107)

Se a *transgressão* é o primeiro aspecto, a *conservação* - o polo oposto - é a segunda forma pela qual *Realidade* pode ser compreendida<sup>17</sup>. Pelo menos até o fim de 1968, esse aspecto não representava um padrão dominante na revista. Entretanto, ele podia ser percebido nas páginas das publicações, principalmente, nos perfis de políticos ligados ao governo ditatorial do período. Faro (1999) insere a publicação desses perfis dentro de uma dinâmica de negociação com o Estado autoritário. Severiano (2013) também evidencia o caráter político e intencional do espelho da revista, ou seja, da disposição das matérias. Dessa forma, a revista “*mordia e assoprava*” para que as críticas sutis ou as polêmicas pudessem ser *digeridas* pelos militares. Os textos sobre os líderes da ditadura podem ser lidos como forma de minimizar as polêmicas inseridas nas demais páginas das edições. Castelo Branco foi retratado em *Este é Humberto*, na edição número 3. Costa e Silva ganhou as páginas da revista em *Feliz aniversário seu Artur* no número 2, quando ainda era Ministro da Guerra e, depois, em *Um garôto chamado Artur*, no número 11, e *Há um nôvo tempêro no poder*, no número 15. A esposa do general também teve seu perfil publicado como forma de apaziguar os ânimos do governo em *Dona Yolanda, a presidenta*, no número 13. Essas matérias sempre eram escritas por Luiz Fernando Mercadante, uma espécie de elo diplomático de bom trânsito com a direita dentro da equipe de repórteres. Marão e Ribeiro (2010, p. 29) mostram que esses perfis eram uma forma de contrabalançar possíveis provocações, mas, além disso, “havia um interesse legítimo dos leitores em saber quem e como eram aqueles militares desconhecidos fora do seu meio que, de repente, estavam mandando.” Uma tentativa de compreensão da figura de Mercadante e uma análise mais rigorosa da narrativa desses perfis serão realizadas nos capítulos seguintes.

Como mostrou Moraes (2010), o contexto dos anos 60 foi de quebra de paradigmas em diversas expressões culturais e de intensificação de movimentos sociais. Dentro desse cenário transformador, o jornalismo também apresentou suas próprias “revoluções”. Os padrões tradicionais de texto foram quebrados por diversos repórteres e veículos, responsáveis por significativas rupturas com as regras do *lead* e da *pirâmide invertida*<sup>18</sup>. Assim como nas demais agitações do período, as fórmulas engessadas e padronizadas da escrita jornalística foram

---

<sup>17</sup> Faro (1999, p. 108) ressalta que a revista não se esgotava apenas nesses dois aspectos. “Havia matérias e seções de outra natureza em segundo plano: crítica musical, crítica teatral, crítica literária, comentários curtos sobre transformações na mídia”. O autor observa esse outro conjunto como um referencial para a conjuntura cultural da época representado por *Realidade*.

<sup>18</sup> *Lead* é a abertura de uma notícia, geralmente responde às tradicionais perguntas: o quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê? Dessa forma, as informações mais relevantes ficam no início do texto e, sucessivamente, são dispostas nos parágrafos em ordem decrescente de relevância, compondo a chamada *pirâmide invertida*.



amplamente contestadas e modificadas. Nos Estados Unidos, o chamado *New Journalism* foi a expressão máxima dessa resposta aos padrões, com a utilização de recursos estilísticos na construção das narrativas das reportagens, incorporando elementos da literatura. Da mesma forma, o *jornalismo literário* ganhou força no Brasil na década de 60, não só com *Realidade*, mas também com o *Jornal da Tarde*, lançado no mesmo ano pelo grupo *O Estado de São Paulo*. Para Lima (2014, p.66), “ambos os veículos marcam época, como dois oásis do jornalismo literário no Brasil”.

O estilo de texto das reportagens de *Realidade* é frequentemente analisado em obras e pesquisas sobre *jornalismo literário* e *grande reportagem*. Vilas Boas (2002) apresenta algumas das características presentes nos primeiros anos da revista:

[...] imersão total do repórter no processo de captação; jornalistas eram autores e personagens da matéria; ênfase em detalhes reveladores, não em estatísticas ou dados enciclopédicos; descrição do cotidiano; frases sensitivas; valorização dos detalhes físicos e das atitudes da pessoa; estímulo ao debate; repórteres reconheciam e assumiam, em primeira pessoa, as dificuldades de compreensão da às vezes indecifrável mas sempre fascinante personalidade humana. (VILAS BOAS, 2002, p.24)

Com tempo e recursos para a produção de reportagens de fôlego, os textos produzidos pela equipe de *Realidade* constantemente flertavam com a literatura, e podiam ser comparados a contos. Para Lima (2014, p. 67), “entre 1966 e 1968, *Realidade* proporciona ao Brasil o caso mais exuberante de prática contínua de jornalismo literário no país”.

Da mesma forma, Marcelo Bulhões (2007) coloca *Realidade* como um espaço da imprensa brasileira permissivo à sedução literária, trilhando um caminho oposto ao da padronização em sua produção textual, entre os anos de 1966 e 1968.

O engenho textual das grandes reportagens de *Realidade*, operando largamente com o que pode ser nomeado como função poética da linguagem – segundo o famoso modelo teórico de Jakobson -, se fazia com o desenvolvimento narrativo próximo do gênero conto, matizando-se em caminhos estilísticos distintos, compondo um painel diversificado segundo as opções formais de cada rubrica assinada: Carlos Azevedo, Hamilton Ribeiro, Roberto Freire, João Antônio etc. (BULHÕES, 2007, p. 143)

Isso evidencia certa liberdade criativa e um estilo próprio de cada um dos autores das reportagens na forma de narrar e construir suas histórias. Edvaldo Pereira Lima (2004) vai ao encontro dessa ideia:

Uma das características do “estilo *Realidade*” é que não havia estilo uniforme padrão. Cada profissional que procurasse sua forma de expressão, mais indicada para cada circunstância. Por isso as reportagens tinham seu toque de individualidade e o que dava unidade de estilo à revista é que todos primavam pela experimentação estética (LIMA, 2004, p. 230).

Além disso, Lima (2004) enumera algumas características que, para ele, foram responsáveis pelo sucesso da revista. Entre essas características estão: a universalidade temática ampliada; a transformação da atualidade em contemporaneidade, ou seja, a apresentação do contexto dos fatos; e o texto literário.

Embora admita a publicação da *Abril* em um patamar superior ao da imprensa convencional, Lima (2004, p.236) aponta certos limites que a revista não conseguiu superar. O autor não considera o aprofundamento extenso e nem a contextualização intensa devido ao alto número de matérias por edição. Entretanto, admite a existência do elemento contextual nos textos de *Realidade*, e o enumere como um fator relevante para o sucesso da revista, preocupada em apresentar a situação dos fatos. Mas, para o autor, isso acontece de uma forma que particulariza demais as abordagens, oferecendo poucas informações do contexto geral dos temas aos leitores. Assim, os textos também ficam restritos a poucos personagens, predominando quase sempre apenas a visão do protagonista. Todas essas características estão relacionadas ao formato que, para Lima (2004), *Realidade* apresentava predominantemente: o da *reportagem-conto* - mais breve, simples e focada em episódios particulares. Por isso, o autor defende que os veículos periódicos não conseguem abarcar todo o potencial da *grande reportagem* e, por isso, o livro se torna o espaço de excelência desse tipo de texto.

Frequentemente, essa prática jornalística de *Realidade* – autoral e com estética valorizada por recursos da literatura - é associada ao *New Journalism*, dos Estados Unidos. As comparações são inevitáveis. Como visto, nesse contexto de mudanças e agitação cultural, o jornalismo convencional se tornou insuficiente para atender às demandas de um público sedento por novas experiências e isso exigia uma nova postura do repórter tanto na escolha da pauta e na forma de apurar os fatos quanto na hora de redigir os textos. “Somente o mergulho visceral na realidade vai permitir que o autor compreenda por dentro as grandes mudanças em processo. Para escrever sobre a realidade, mais do que nunca, o repórter precisa agora vivenciá-la” (LIMA, 2014, p.68-69). O chamado *New Journalism* se caracterizou pela experimentação, pela liberdade narrativa, pelo aprofundamento nos fatos e pela estética literária na imprensa estadunidense. Um dos ícones dessa corrente, o jornalista Tom Wolfe, em 1972, publicou uma espécie de manifesto do gênero e, apesar de representar um modelo constante na época, ele evita caracterizar o *New Journalism* como um movimento. “Na época, meados dos anos 60, o que aconteceu foi que, de repente, sabia-se que havia uma espécie de excitação artística no jornalismo, e isso em si já era uma novidade” (WOLFE, 2005, p. 40-41). Dessa forma, não

existiam padrões a serem seguidos, pois a liberdade narrativa era uma das características fundamentais do “movimento”:

Neste Novo Jornalismo não há regras sacerdotais; em nenhum caso... Se o jornalista quer mudar o ponto de vista da terceira pessoa para o ponto de vista da primeira pessoa na mesma cena, ou entrar e sair dos pontos de vista de diferentes personagens, ou até da voz onisciente do narrador para o fluxo de consciência de alguma outra pessoa – [...] – ele simplesmente faz isso. (WOLFE, 2005, p. 57)

Mesmo que a ausência de regras e a liberdade criativa na construção das narrativas sejam elementos definidores do *New Journalism*, existiam semelhanças que aproximavam os autores. Tom Wolfe (2005) apontou quatro recursos emprestados dos romances do realismo social que seriam comuns a maioria dos textos dessa corrente: a construção do texto cena a cena; o registro de diálogos completos; o ponto de vista em terceira pessoa, ou seja, apresentar as cenas sob o ângulo de diferentes personagens; e o status de vida, que é a descrição de gestos, hábitos, ambientes, roupas, maneiras de se portar e de se vestir.

Além do próprio Tom Wolfe, o *New Journalism* teve outros expoentes, como o jornalista Norman Mailer. Além disso, legou grandes obras, como *In Cold Blood* (A Sangue Frio), de Truman Capote. O *livro-reportagem* sobre o assassinato de uma família inteira na pacata cidade de Holcomb contou com uma exaustiva apuração de cinco anos e resultou em um intenso aprofundamento no psicológico dos personagens. A obra pode ser considerada um clássico da literatura de não-ficção, inaugurando o romance de não-ficção, termo cunhado pelo próprio Capote. Dentro do gênero perfil, também surgiram clássicos, como *Sinatra has a cold* (Sinatra está resfriado), o famoso perfil do cantor Frank Sinatra publicado na revista *Esquire*, escrito por Gay Talese, outro expoente do *New Journalism*. Sem trocar uma única palavra com o cantor, Talese mostrou que a apuração pode ser feita com base na observação e acompanhamento de perto do universo do personagem perfilado e das pessoas que o rodeiam. Além disso, é importante destacar o *jornalismo gonzo*, “uma versão mais radical do *New Journalism*” (PENA, 2013, p. 56). Esse estilo está intimamente ligado à figura de Hunter S. Thompson, que publicou seus principais textos na revista *Rolling Stone*. No jornalismo gonzo, a experiência do repórter constitui a pauta por si só, sendo o próprio jornalista o personagem principal da matéria, escrita em primeira pessoa. Por exemplo, o convívio de Thompson com o grupo de motociclistas *Hell's Angels* e o seu uso exacerbado de drogas durante a cobertura de uma corrida resultaram em duas das grandes reportagens do gênero, publicadas posteriormente na forma de livros.

Embora aponte caminhos parecidos trilhados por *Realidade* e pelos *novos jornalistas* dos Estados Unidos, Lima (2004, p. 230) sugere que a publicação brasileira não tenha alcançado o mesmo grau de experimentalismo dos norte-americanos. O autor afirma não ter encontrado propostas mais radicais como o fluxo de consciência na revista brasileira e, geralmente, as matérias não alternavam entre os pontos de vista de diferentes personagens de uma reportagem.

Os jornalistas de *Realidade* defendem uma originalidade na escrita dos textos e negam uma possível influência do *New Journalism*. “Quase todos tinham lido Truman Capote, Gay Talese ou Tom Wolfe, claro. Mas, que eu saiba, ninguém sentava em frente da *Studio 44* pensando: ‘Agora, vou fazer *New Journalism*. Era pura intuição’”. (MARÃO; RIBEIRO, 2010, p. 32)

A tese de Doutorado em Comunicação de Paulo Roberto Assis Paniago, pela Universidade de Brasília, intitulada *Um retrato interior - O gênero perfil nas revistas The New Yorker e Realidade*, defendida em 2008, aborda a construção do Jornalismo Literário em *Realidade*, enfocando a análise no gênero perfil, em paralelo a outra grande representante do gênero, a revista *The New Yorker*, que publica perfis desde 1928 e, na década de 60, publicou textos de ícones do *New Journalism*, como Truman Capote. O autor destacou o papel do gênero nas duas revistas, além de apresentar peculiaridades e breves análises sobre o estilo de diferentes repórteres de cada uma das publicações.

Sem dúvidas, o *New Journalism* simboliza um marco na história do jornalismo, assim como a revista *Realidade*, que representa o auge da produção em série de *jornalismo literário* no Brasil. Entretanto, é importante ressaltar que as aproximações entre o texto jornalístico e a literatura já aconteciam antes dos anos 60. Nos Estados Unidos, apenas para citar alguns exemplos, três dos jornalistas estudados por Paniago (2008), cada um com suas peculiaridades, já praticavam *jornalismo literário* anteriormente ao *boom* do *New Journalism*: Joseph Mitchel; Lilian Ross e John Hersey. Este último é autor de *Hiroshima*, uma das reportagens mais relevantes do século XX. Um ano após a explosão da bomba atômica, o jornalista foi até o local e produziu um relato humanizado sobre o episódio, dando nome e rosto às vítimas do bombardeio ao narrar a história de seis dos sobreviventes.

No Brasil, cabe destacar o trabalho de Euclides da Cunha na cobertura da Guerra de Canudos pelo jornal *O Estado de São Paulo*. Para Lima (2014), “os leitores do jornal não sabiam, mas estavam testemunhando a primeira manifestação de jornalismo literário no Brasil” (LIMA, 2014, p.44). Além dos textos publicados no jornal, anos mais tarde, a passagem do autor pela região também resultou em *Os Sertões*, livro publicado em 1902. Outro exemplo é

João do Rio, considerado um dos primeiros repórteres do jornalismo brasileiro, pois para escrever suas crônicas e reportagens, que também se aproximavam da literatura, ele saía às ruas, caminhava pelos bairros da então capital da república, conversava e entrevistava as pessoas que encontrava, descrevia ambientes e, assim, enquanto flanava, captava uma série de transformações pelas quais o Rio de Janeiro passava na época.

Todas as características de *Realidade* citadas até o momento e os trabalhos acadêmicos já apresentados, como se pode observar, englobam majoritariamente o período de 1966 a 1968. Essa é a chamada primeira fase da revista. É comum em todas as produções acadêmicas a divisão em três fases<sup>19</sup> da publicação. Na primeira, observa-se a fase de maior sucesso, com maior liberdade nas pautas e um número crescente de vendas. As reportagens desse período, sem dúvidas, representam um material mais fértil para a realização de estudos e são consideradas um marco na imprensa brasileira, pela abordagem dos costumes, questionamento de padrões e qualidade de texto. Por esse motivo, esse é o período onde se concentra o olhar da maioria dos trabalhos acadêmicos já produzidos sobre *Realidade*.

Esse também é o caso do trabalho de Letícia Nunes Moraes. Em *Leituras da revista Realidade*<sup>20</sup>, a autora estuda a seção de Cartas do Leitor, em uma pesquisa acerca da recepção do público em relação às reportagens publicadas na primeira fase revista. Assim, Moraes (2007) buscou mecanismos para avaliação dos critérios de seleção das cartas que seriam publicadas nas edições de *Realidade* e analisou mais de 700 cartas dentro das categorias estabelecidas pela pesquisadora a fim de traçar um perfil dos leitores missivistas da publicação da *Abril*.

Ainda sobre a primeira fase da revista, podemos destacar mais alguns aspectos pelos quais *Realidade* já foi interpretada academicamente. Em *Os sentidos pluralistas do cotidiano da cultura nas reportagens da revista Realidade nos anos de 1966 a 1968*<sup>21</sup>, Márcia Eliane Rosa aborda a amplitude dos acontecimentos culturais, presentes de forma pluralizada nas páginas da revista. Já Ângelo Augusto Manjabosco<sup>22</sup> estuda *Realidade* pelo viés da sua inserção

---

<sup>19</sup> A primeira vez que essa classificação foi proposta, segundo Leister Filho (2003), foi na Tese de Doutorado de Terezinha Fátima Tajé Dias Fernandes. A tese defendida em 1989 na USP é intitulada “*Jorge Andrade, repórter Asmodeu: Leitura da Obra Jornalística do Autor para a Revista Realidade de 1969 a 1972*” e enfoca o trabalho do dramaturgo Jorge Andrade, que trabalhou em *Realidade* durante parte da segunda fase da revista.

<sup>20</sup> O livro é resultado da Dissertação de Mestrado em História Social da Universidade de São Paulo, intitulada *A Dança Efêmera dos Leitores Missivistas na revista Realidade*, defendida em 2001.

<sup>21</sup> Tese de Doutorado na área de Ciências da Comunicação, defendida na USP em 2006.

<sup>22</sup> *O Brasil não é para principiantes: Lew Parrella, Geoge Love e David Zingg, fotógrafos norte-americanos na revista Realidade (1966-1968)*, Dissertação de Mestrado em Estética e História da Arte. Universidade de São Paulo, 2016.

nas chamadas revistas ilustradas, marcadas por grandes fotografias. Dessa forma, o autor enfoca a contribuição de três fotógrafos estadunidenses para o fotojornalismo da revista e suas diferenciações com o trabalho dos fotógrafos brasileiros. Os estudos de gênero também fazem parte do leque de abordagens dadas à *Realidade*, destaca-se o trabalho de Tiago da Silva Ferreira<sup>23</sup>.

Já a Dissertação de Mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo de Adalberto Leister Filho aborda características particulares de cada uma das três fases da revista. No trabalho *Entre o sonho e a realidade: pioneirismo, ascensão e decadência da revista Realidade (1966-1976)*, o autor procura traçar o estilo das três fases por meio da quantificação dos temas que aparecem em cada uma delas. Assim, é possível perceber as transformações pelas quais *Realidade* passou ao longo dos seus dez anos de circulação.

Em relação ao contexto repressivo na sociedade e na imprensa, percebe-se que, nos primeiros anos, a revista teve maior liberdade temática, possibilidade de contestação e debate de costumes e exposição de problemas do Brasil.

Não havia uma censura explícita. Havia uma cautela, preocupada com dois níveis. Um, dentro da própria empresa, obviamente defensora do livre mercado, que não concordaria com as veleidades socialistas da equipe. Outro, com o governo: não era o caso de cutucar a onça com vara curta”, como se dizia (MARÃO; RIBEIRO, 2010, p. 27).

Apesar disso, *Realidade*, ainda na sua primeira fase, sofreu dois casos isolados de censura. O primeiro deles está relacionado à pesquisa “*A juventude diante do sexo*”, publicada na edição 5, de agosto de 1966. A pesquisa continuaria em uma segunda parte na edição seguinte. Mas ela não foi publicada. Em vez disso, o editorial<sup>24</sup> anunciava a ameaça de apreensão da revista por parte do Juizado de Menores da Guanabara caso a conclusão da pesquisa estivesse presente na edição. A advertência relatada no editorial seria pelo fato de o artigo ser “*obsceno e chocante*”. A postura da revista foi de evitar um confronto mais intenso. Assim, foi anunciada a suspensão temporária da publicação da segunda parte da pesquisa.

O outro caso foi a apreensão da edição número 10, de janeiro de 1967, dedicada exclusivamente a temas relacionados às mulheres. Era uma edição especial temática intitulada “*A Mulher Brasileira, Hoje*”. Mais uma vez, o problema foi com o juizado de Menores. O

---

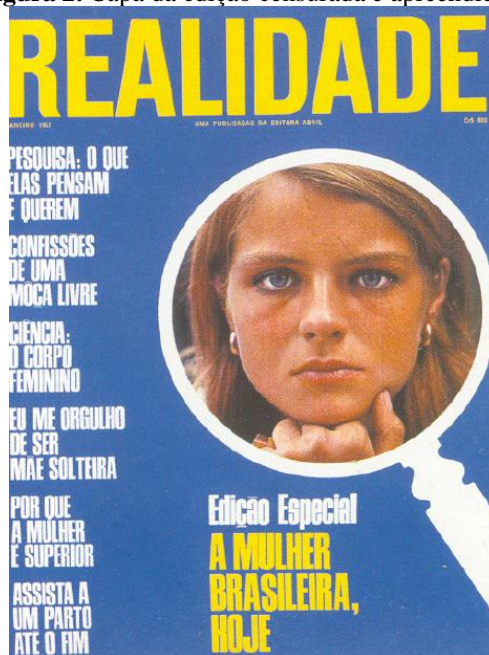
<sup>23</sup> Revista *Realidade*: gênero e sexualidade na imprensa brasileira (1966-1968). Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal Fluminense, 2013.

<sup>24</sup> *Realidade*. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 06, p.3, setembro 1966.

editorial<sup>25</sup> da edição seguinte, mostra que a apreensão se dava pelo fato de a revista ser considerada *obscena e ofensiva à dignidade da mulher*. O texto mostrava indignação pelo fato de a decisão de um juiz acarretar na proibição de circulação da revista em todo o país, questionando a liberdade de imprensa no período, que estaria em *perigo*. Dessa vez, os prejuízos da decisão judicial foram reais. “De um total de 475 mil exemplares, 231.600 revistas foram confiscadas na gráfica, enquanto outras eram apreendidas nas bancas. Apenas cerca de 200 mil exemplares chegaram até os leitores” (LEISTER FILHO, 2003, p.113). O tom da defesa de *Realidade* no editorial também foi diferente do caso anterior, apostando na ironia frente à opressão e arbitrariedade da decisão:

Assim, embora pretendamos continuar debatendo os grandes problemas nacionais, deveremos supor que – de repente – não mais vão aparecer môças menores e grávidas diante dos juízes de menores. Que a esmagadora maioria das jovens chega virgem ao casamento. Que mulheres casadas jamais apelam para a interrupção intencional da gravidez. Que há unanimidade da opinião pública a favor do desquite como melhor solução para um casal que vive sem amor. E que – enfim – todos êstes problemas só voltariam a existir se e quando fôssem novamente levantados por REALIDADE.<sup>26</sup>

Figura 2. Capa da edição censurada e apreendida



*Realidade*. São Paulo: Ed. Abril, ano II, n. 10, janeiro 1967.

<sup>25</sup> *Realidade*. São Paulo: Ed. Abril, ano II, n. 11, p.3-4, fevereiro 1967.

<sup>26</sup> *Realidade*. São Paulo: Ed. Abril, ano II, n. 11, p.4, fevereiro 1967.

Mesmo enfrentando essas adversidades, é inegável que esse foi o período de maior liberdade criativa da equipe, como mostra Faro (1999):

Na época indicada (*a primeira fase*), a revista *Realidade* teve condições de ser produzida em toda a sua plenitude, havendo mesmo condições conjunturais, tanto no plano político como no plano cultural, para que se colocasse em prática o estilo de jornalismo investigativo que denunciava as mazelas sociais do país. Após dezembro de 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5 e com a vigência da censura nos meios de comunicação, a revista sofre limitações descaracterizadoras, razão pela qual - ainda que tenha mantido um padrão de qualidade jornalística bastante vinculado à produção anterior - deixa de refletir as principais tendências apontadas. (FARO, 1999, p. 20)

Em dezembro de 1968, a capa de *Realidade* trazia o rosto de Luís Carlos Prestes com a manchete: ÊSTE ROSTO NÃO EXISTE MAIS<sup>27</sup>. Essa seria a última contribuição de Paulo Patarra para a revista. Na função de repórter, ele narra as dificuldades para conseguir um encontro com Prestes e a conversa que tiveram. Nessa edição, o nome de Paulo Patarra já não aparece no expediente. Seu cargo havia sido passado ao jornalista Milton Coelho, o que foi veementemente desaprovado pelo restante da equipe (SEVERIANO, 2013). Azevedo (2007, p. 2018) narra o clima de tensão que já se instaurava nos bastidores da revista:

Desde sempre havia um acordo tácito entre nós: no dia em que não desse mais íamos todos juntos “pegar o paletó” e pronto. O patrão não ousava pagar para ver, e ia negociando, ganhando tempo, colocando na redação pessoas que pensavam de forma diferente. Assim, a empresa tentava melhorar sua posição, criar alternativas para não correr o risco de ver a revista naufragar em consequência de uma saída repentina da equipe. Daí vinha nossa força, daí também vinha a certeza de nosso futuro curto. Enquanto o fim não chegava, íamos pressionando a empresa, fazendo boas matérias e obtendo bons salários.

A saída de Patarra foi decisão da *Abril*, deslocando-o para outro cargo na editora e o tirando da publicação que ajudou a conceber. Isso acarretou em um pedido de demissão em massa da equipe originária. “Se eu pudesse resumir em uma frase o acontecimento, diria que o final da equipe na revista foi coerente com tudo o que ela fez durante três anos. Não dava para continuar fazendo mais a mesma revista, então, foi embora” (AZEVEDO, 2007, p. 242). Não bastassem as perdas irreparáveis, o contexto também já não era o mesmo. O AI-5 foi decretado logo em seguida pelo general Artur da Costa e Silva. Se antes *Realidade* gozava de certa liberdade na escolha dos temas, mas ainda operava sob a cautela da *autocensura*, agora a censura estava institucionalizada e a repressão intensificada no Brasil, comprometendo seriamente a liberdade de imprensa. Isso exigiria um cuidado muito maior por parte da equipe. Inevitavelmente, as limitações para o desenvolvimento dos trabalhos se agravariam. A equipe

---

<sup>27</sup> *Realidade*. São Paulo: Ed. Abril, ano III, n. 33, dezembro 1968.



se dissipou. Alguns foram para a imprensa alternativa, outros partiram para a luta armada para combater o governo ditatorial. Começou a chamada segunda fase da revista.

Nessa segunda fase, de 1969 até 1973, a revista buscou alternativas de sobrevivência para manter o padrão com que os leitores estavam acostumados. Alguns dos repórteres da primeira fase que haviam saído, como José Hamilton Ribeiro, José Carlos Marão, Luiz Fernando Mercadante e Roberto Freire, retornaram para a revista. A publicação até conseguiu bons índices de vendas, principalmente quando apostou nas edições temáticas, com destaque para a edição sobre a Amazônia. Em meio ao clima acentuado de repressão e às tentativas de recuperar o prestígio e o sucesso, muitas reportagens de qualidade foram produzidas. O período não foi completamente inexpressivo em relação à qualidade de produção, mas as edições e a equipe, mesmo entre os que retornaram, não possuíam o mesmo brilho e ímpeto de outrora.

Dentro desse contexto, a dissertação de mestrado de Leylianne Alves Vieira, defendida em 2015 na Universidade Brasília, acrescenta um novo elemento ao diálogo e às produções acadêmicas sobre *Realidade*. Em *Diante da Realidade – Narrativas do Brasil entre 1969 e 1973*, a autora se debruça exclusivamente sobre reportagens da segunda fase da revista, evidenciando o leque de conteúdo que ainda carece de olhar mais analítico e aprofundado, a fim de compreender as narrativas produzidas no Brasil nos *Anos de Chumbo*. A autora seleciona reportagens que revelam seres humanos “esquecidos” pelo chamado *Milagre Econômico*. “O ‘milagre’ não estava posto de maneira semelhante para todos os cidadãos, de forma que a má distribuição de renda vivenciada hoje no país pode ser tida como um dos legados daquele período” (VIEIRA, 2015, p. 14). A autora também utiliza o aporte teórico da *análise crítica da narrativa* para buscar os significados que os personagens de cinco reportagens escolhidas manifestam, possibilitando uma compreensão mais ampla de diferentes *Brasis* existentes no período.

Na terceira fase, iniciada em outubro 1973, a revista passou por uma mudança radical, perdendo suas características fundamentais, até deixar de existir.

Externamente a publicação encolheu dos 30,5 x 23,7 cm iniciais para 27,5 x 21 cm. Em outubro aparece a nova *Realidade*, com um projeto editorial mais ameno. Internamente a revista passou a abordar novos temas, como auto-aperfeiçoamento, mistério/ocultismo, moda e decoração. Além disso, ampliou-se o espaço para outros assuntos que já apareciam na fase anterior da revista, como meio ambiente e serviços. Por outro lado, temas bastante polêmicos, que marcaram a primeira fase de *Realidade*, como a abordagem de problemas brasileiros, como analfabetismo, fome no Nordeste, miséria nas grandes cidades brasileiras, a luta da mulher por mais liberdade e oportunidades ou assuntos tabus ligados à Igreja, como o celibato dos padres, praticamente desapareceram da publicação nesta nova fase. (LEISTER FILHO, 2003, p. 11)

Nessa nova fase, o objetivo da editora era aproximar o estilo da revista com *Seleções do Reader's Digest*, publicação de origem norte-americana que teve sucesso nas décadas de 40 e 50 com sua versão brasileira. Dessa forma, *Realidade* aumentou o número de seções fixas, os textos se tornaram mais curtos e fez uso de uma fórmula colaborativa: comprar alguns textos enviados pelos leitores, embora ainda produzisse reportagens próprias. *Realidade* estava completamente descaracterizada, se colocada ao lado das edições dos primeiros anos, que consagraram a publicação.

Dessa forma, pretendeu-se mostrar, brevemente, como se deu a formação e as transformações ao longo dos anos na revista *Realidade*, evidenciando o vasto universo de abordagens elaboradas posteriormente em pesquisas acadêmicas que possuem a revista como objeto central de análise ou a abordam de forma tangencial aos temas. Assim, tendo em vista o estado da arte e os diversos ângulos interpretativos, os diálogos e os debates já feitos, é possível avançar e propor novos elementos para essa discussão, explorando ainda mais as narrativas produzidas pelos repórteres da revista, que dialogam com o contexto da época seja pelo conteúdo explícito, seja pelo silenciamento. A maioria dos autores empenharam-se em analisar diferentes elementos da primeira fase da revista (1966-1968) (FARO,1999; MORAES, 2007; MORAES, 2010; PANIAGO, 2008; MANJABOSCO, 2016; FERREIRA, 2013). Outros utilizaram os textos de *Realidade* para fomentar a discussão sobre o jornalismo literário no Brasil e destacaram seus aspectos autorais e estéticos (LIMA,2004; BULHÕES, 2007; VILAS BOAS, 2002). Já Leister Filho (2003), antes da publicação de livros de memória como os de Azevedo (2007), Severiano (2013) e Marão e Ribeiro (2010), buscou em relatos orais da equipe, somados a outras pesquisas e às 120 edições de *Realidade*, elaborar um trabalho geral, que abarcasse desde a concepção do projeto editorial da revista até análises de características de cada uma das três fases. Recentemente, Vieira (2015) mostrou que o campo ainda está aberto para novos olhares e interpretações, evidenciando que a segunda fase se constitui como uma fonte preciosa para entender a complexidade e diversidade do Brasil em pleno governo ditatorial, no período de maior repressão, mostrando que o material presente em suas páginas também possui grande potencial para ser analisado.

*Realidade* enquanto veículo configura-se como o primeiro narrador nesse processo de produção jornalística até chegar ao produto final, os perfis que serão analisados. Entre os filtros que são colocados no caminho trilhado durante a construção do produto hegemônico, a história da revista, sua linha editorial, a visão ideológica dos seus donos, a montagem da equipe, os recursos e os aspectos comerciais desempenham um papel significativo. Na sequência, veremos

outros atores envolvidos nesse jogo de poder, outros narradores que possuem voz durante construções narrativas. Abordaremos a rotina jornalística e o papel autoral do repórter, além dos personagens perfilados que, no caso, são intimamente relacionados ao contexto político da época e a questões como a liberdade de imprensa.

## **2.2 “REPÓRTER E FAZEDOR DE PERFIS”: O PAPEL POLÍTICO DE LUIZ FERNANDO MERCADANTE, O SEGUNDO NARRADOR, NA REVISTA *REALIDADE***

*Realidade*, como visto, insere-se em um momento peculiar na história da imprensa no Brasil. O conteúdo publicado pela revista, obviamente, possuía um condicionamento contextual, em cada uma das fases correspondentes, seja pela aura de tensão e incertezas que pairava nos seus primeiros anos, resultando em autocensura, seja pela censura explícita legitimada como prática governamental pós AI-5. Essas questões serão melhor exploradas no item seguinte. Além disso, devido ao caráter combativo e contestador dos padrões morais, *Realidade* não saiu impune do olhar conservador de núcleos hegemônicos da sociedade, como nos casos de apreensão da edição 10 sobre o papel da mulher e a proibição do prosseguimento da pesquisa sobre a juventude brasileira.

Entretanto, não só o condicionamento contextual impunha filtros à publicação. Como em qualquer empresa jornalística, o produto final é fruto de um longo processo de produção que engloba diferentes fatores, sejam eles mercadológicos, ideológicos, editoriais, etc.. Diferentes narradores disputam o poder de voz durante o processo de produção do jornalista.

A narrativa jornalística é uma construção discursiva mediada primeiramente pelo meio de comunicação que a veicula: o jornal, a emissora ou o portal, cada qual com suas singularidades técnicas, seu *ethos*, seus interesses comerciais e ideológicos particulares. Ela é mediada, em segundo lugar, por um corpo de profissionais corporativos: jornalistas, diagramadores, fotógrafos, cinegrafistas, editores, ilustradores, *webmasters*, etc., que hierarquizam a apresentação dos fatos, enquadram e posicionam os protagonistas na estória, de acordo com seus valores pessoais e interesses profissionais. Além desses interesses, o texto jornalístico está permeado de falas diretas ou indiretas das inúmeras personagens-testemunhas, que também se digladiam no relato, trazendo para o dramatismo da estória a ótica de seus próprios pontos de vista sobre os incidentes que presenciaram ou de que participaram. Veículos, profissionais, indivíduos e grupos sociais estão assim em contínua *negociação* política e simbólica. (MOTTA, 2013, p. 220)

Nessa construção, o papel do veículo e de sua rotina de produção também possui influência. A seleção das reportagens que integrariam cada edição de *Realidade* certamente

atendia aos critérios de noticiabilidade definidos pelos diferentes agentes envolvidos. A noticiabilidade é

[...] um conjunto de critérios, operações ou instrumentos para escolher entre inúmeros fatos uma quantidade limitada de notícias. A noticiabilidade é negociada por repórteres, editores, diretores e outros atores do processo produtivo na redação. Sua aplicação baseia-se nos valores-notícia, que são os tais critérios e operações usados para definir quais acontecimentos são significativos e interessantes para serem transformados em notícia. Por exemplo: a importância do envolvido é um valor-notícia. Quanto mais famoso for o personagem do fato, mais chance este tem de virar notícia. (PENA, 2006, p. 130-131)

Dessa forma, é importante destacar que os perfis analisados possuíam valor-notícia. Ou seja, atendiam a diferentes critérios de noticiabilidade do período, como atualidade e importância da figura perfilada, afinal ocupavam o cargo mais alto do executivo federal no momento. Isso vai ao encontro do pensamento de José Carlos Marão (2010), que não aponta os perfis dos generais ditadores apenas como peso na balança a fim de amenizar possíveis polêmicas, mas também como uma matéria legítima de interesse social. A vida desses militares, concordando ou não com o golpe e o regime, despertava, no mínimo, a curiosidade dos leitores de *Realidade*, pois, apesar de tudo, esses homens agora ocupavam a presidência da República, e, por isso, buscaremos analisar como se deu a construção dessas biografias de curta duração que retrataram diferentes facetas desses personagens, sob determinados enquadramentos e produções de sentido.

Ainda assim, é preciso afinar o filtro ao olhar para esses textos. Havia todo esse condicionamento contextual-editorial, mas também existe um nível mais pessoal na construção dessas reportagens: o próprio jornalista que as escreveu, como apontou Motta (2013):

Seu poder decorre de sua capacidade para selecionar e posicionar os atores sociais e transformá-los em personagens (protagonista, antagonista, adjuvantes, heróis, vilões, etc.) da estória narrada: ele inclui, exclui, destaca, hierarquiza segundo seus valores pessoais, profissionais e os interesses do jornal ao qual está subordinado, que ele assimila como uma cultura profissional, e de acordo ainda com a sua *negociação* com as fontes. (MOTTA, 2013, p. 229)

E é de extrema relevância levar esse nível do segundo narrador em consideração, pois, apesar de passar por revisores e editores, a *alma* do texto - e em *Realidade* essa característica é ainda mais acentuada - é de caráter extremamente autoral, o que traz um nível de pessoalidade muito grande à produção, seja pelo estilo, pelas escolhas das estratégias narrativas ou ainda pelo fato de ter sido o próprio repórter quem conviveu com o personagem perfilado e teve a sensibilidade de extrair determinadas informações em detrimento de outras, na escolha das

perguntas, na forma de aproximação e de abordagem. A forte presença do autor é característica determinante do jornalismo literário.

O jornalista literário não se exime de responsabilidade, não admite meramente reproduzir aspas da fonte, como se isso não gerasse maiores consequências — ele é *autor* do texto e reclama para si essa autoria. Mas, ainda mais importante do que esse argumento, que parece meramente apontar para egos inflados, ele reconhece a importância de aprender a lidar num nível mais qualificado de relações com as fontes — dessa interação retirará material de força para a composição do texto. O jornalismo convencional insiste no papel abnegado do jornalista, coletor de dados, não intérprete, anônimo e passivo. O jornalismo literário recusa esse papel coadjuvante e recoloca a importância do papel do narrador para o sucesso da narrativa. (PANIAGO, 2008, p. 28-29)

Nesse caso, portanto, focaremos nossas atenções em um jornalista: Luiz Fernando Mercadante, o autor de todos os perfis analisados. Buscaremos, brevemente aspectos biográficos a respeito do jornalista alinhado a uma pequena análise de sua trajetória em *Realidade* com base na sua produção. Conhecendo o autor, teremos maior solidez para interpretar a sua obra.

Luiz Fernando Mercadante nasceu no ano de 1936, em São Paulo. A carreira de repórter de Mercadante iniciou na *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda. Mais tarde, também atuou no jornal *O Estado de S. Paulo* e no *Jornal da Tarde*. Em revistas, trabalhou na *Manchete*, *Veja* e fez parte da equipe inicial de *Realidade*, de 1966. Em 1976, migrou para o jornalismo de TV. Foi editor-chefe na *Globo*. No ano de 1984, foi para a TV Cultura e para Rádio Cultura, em São Paulo, como diretor de programação. Nas eleições de 1986, foi o responsável pela campanha televisiva do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Mercadante faleceu no ano de 2012, aos 76 anos.<sup>28</sup> Aqui, iremos nos deter principalmente no seu trabalho na imprensa escrita, sobretudo no período em que atuou na revista *Realidade*.

Em 1997, o jornalista Audálio Dantas organizou o livro *Repórteres*. A obra reúne relatos de alguns dos grandes repórteres brasileiros, com Luiz Fernando Mercadante entre eles. O texto autobiográfico publicado por Mercadante é intitulado *Senhores Presidentes*. O capítulo é praticamente todo dedicado a figuras da política e aos perfis desses políticos. O perfil é uma marca na carreira do jornalista, tanto é que ele se define como “repórter e fazedor de perfis”. As pautas sobre política talvez tenham sido as que mais tenham marcado sua carreira, afinal foi o que julgou mais importante ao falar de si e elencar as histórias presentes nesse texto de memória, todas relacionadas a presidentes (ou figuras semelhantes). O autor relembra seu

---

<sup>28</sup> Dados do site “Memória Globo” (<http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/luiz-fernando-mercadante.html>)

primeiro contato com um governante: Winston Churchill, em uma fotografia na parede de sua casa, sobre o rádio em que o pai ouvia as notícias da Segunda Guerra Mundial. Também guardou na memória que, quando ainda criança, viu figuras como Getúlio Vargas, Dutra e Eisenhower. No texto, relembra as pesquisas para escrever os perfis de Costa e Silva e Castelo Branco e como, ao acessar os arquivos do Colégio Militar de Porto Alegre, descobriu que, ao contrário da fama dos dois ex-líderes do governo ditatorial, Costa e Silva possuía as melhores notas entre os dois. Também narra seus encontros com Juscelino Kubitschek e José Sarney, as duas figuras políticas *mais doces* que conheceu. Mercadante também conta suas memórias com Jânio Quadros em diferentes épocas de suas vidas e os dias em que passou na fazenda de João Goulart no Uruguai, durante o exílio do ex-presidente em 1966. Além disso, cita brevemente suas impressões sobre quando foi a Santiago para perfilar o presidente chileno Eduardo Frei Montalva e também a vontade que tinha de traçar o perfil de Fernando Henrique Cardoso, o qual já encontrara algumas vezes durante a vida. A única figura fora da política que Mercadante julgou digna de lembrar em seu texto foi Victor Civita, o qual também é chamado por ele de presidente, mas da Editora *Abril*.

Mercadante foi um dos jornalistas autores de *Realidade*. Repórter durante a primeira fase, assumiu a função de redator-chefe durante grande parte da segunda fase da revista. A maioria das pautas cobertas pelo repórter foram sobre política e muitos dos seus textos foram no formato de perfil. Ao entrevistar e perfilar os militares que assumiram o poder, Mercadante assumia uma função ingrata para os demais membros da redação da revista. Seu caráter diplomático favorecia o contato com personagens de diferentes espectros políticos, sempre polido e com fácil aproximação com personalidades desse meio, sendo o membro certo para circular entre a direita brasileira e os conservadores que estavam no poder, como conta seu companheiro de redação, Mylton Severiano:

“A gente contava com o Mercadante que tinha trânsito nos meios que a gente não tinha, como o perfil do Costa e Silva... Coisas que a gente tomava como purgante e que um radical de esquerda não admitiria, mas eram matérias necessárias para “*dar uma no cravo e outra na ferradura*.” (SEVERIANO In Moraes, 2010, p. 85)

Moraes (2010) destaca que a abordagem política de *Realidade*, produzida majoritariamente por Mercadante, ia na contramão do caráter progressista e contestador da publicação sobre as questões morais e os costumes da época:

Mas, se nos primeiros anos a equipe, a rigor, estimulou o debate e esteve à vontade para tratar da área da moral e dos costumes, na área da política ela tendeu a ser mais cautelosa, ainda que a redação fosse constituída por profissionais politicamente engajados. Voltada para segmentos da população que formavam “a elite pensante” do

país, a revista tocava em assuntos delicados. Porém, não chegava a ser explícita na abordagem contra o regime militar ditatorial, por exemplo. Nos perfis traçados dos presidentes militares, como em “Este é o Seu Humberto” (junho de 1966), “Feliz aniversário Seu Arthur” (maio de 1966), “Um garoto chamado Arthur” (fevereiro de 1967), feitos por Luiz Fernando Mercadante, questões relacionadas ao golpe de 1964 e ao autoritarismo não foram mencionadas de forma explícita nem sequer levantadas pelo repórter, fez-se uma descrição bem humorada e, por vezes, pretensiosamente ingênua e prosaica dos ditadores. (MORAES, 2010, p. 135)

Entretanto, o ex-redator-chefe da revista, Paulo Patarra, via o papel e os textos de Mercadante de uma forma um pouco diferente: “O Mercadante, que tinha um texto maravilhoso, escrevia sobre generais e companhia. Volta e meia nós botávamos um Castelo Branco. Fazíamos o perfil deles. Sempre sutilmente irônico. Nas entrelinhas se percebia”. (PATARRA in Leister Filho, 1997, p. 215) Audálio Dantas, ao comentar o assunto, traz uma ressalva importante já citada: o interesse público dos perfis de Mercadante:

Não havia matérias encomendadas, pelo menos é o que eu acredito, mas havia textos que procuravam tocar a censura como os perfis de presidentes. O Luiz Fernando Mercadante que fazia estas matérias. Ele era nosso diplomata. Ele fez o perfil do presidente Médici. Se bem que eram assuntos jornalísticos que pertenciam àquele contexto. (DANTAS In Faro, 1999, p. 280)

Apesar de possuírem valor-notícia, relevantes como conteúdo jornalístico, como bem apontou Dantas, ele também cita os perfis de Mercadante como forma de *tocar a censura*. Leister Filho (1997) mostra que, ao menos nos primeiros anos, não existiu censura de forma explícita na redação, com a presença de um censor, por exemplo. Entretanto, esse papel de *amaciar* a ditadura atribuído aos perfis dos generais ditadores é ressaltado em praticamente todas as produções acerca de *Realidade*. Eram vistos como uma forma de abrir caminho para outras reportagens, consideradas mais relevantes para os membros da redação. “Existia um pacto Mercadante-Paulinho, não explicitado, apenas comentado em voz baixa. Paulinho punha matérias do Mercadante na frente, ou entre duas “bombas”, almofada para amaciar a linha-dura do *sistema*.” (SEVERIANO, 2013, p. 35) Em seus perfis, Mercadante tratava *general como gente*, e a redação da revista *torcia o nariz* (SEVERIANO, 2013, p. 34), embora o papel desempenhado pelo repórter parecesse ser fundamental para uma possível longevidade da publicação. “Esse ‘trânsito pela direita’ de Mercadante será de grande valia para a revista que carimbariam como “ninho de comunistas” (SEVERIANO, 2013, p. 34). Paulo Patarra (In Severiano, 2013) caracteriza a *coragem* de Mercadante ao desempenhar esse papel como fundamental para as relações com Roberto Civita, diretor da revista.

A trajetória de Mercadante é estritamente ligada à política brasileira e às personalidades políticas. Suas posições políticas parecem ser bastante complexas e difíceis de encaixar em

rótulos, com base nos relatos de Severiano (2013) e na diversidade de personagens e abordagens ao longo de sua carreira. No texto “*Espião respeitado pelos dois lados*”, Severiano (2013, p. 35-36) lembra o início de carreira de Mercadante ao lado do udenista Carlos Lacerda, mas questiona se o jornalista também seria um *direitista*. O autor compara Mercadante à Mata Hari, com uma diferença: ninguém o fuzilaria, era aceito por ambos os lados, nesse caso por patrões e empregados. O próprio Mercadante aceitou a comparação do ex-colega e destacou o seu papel na revista: “Haver alguém, que tivesse apoio da equipe e confiança dos patrões, ajudou a manter o esquema. Se não fosse eu, seria outro. E se não fosse ninguém, não haveria *Realidade*.” (Mercadante In Severiano, 2013, p. 36). O jornalista ainda considera os perfis dos generais como trabalhos que lhe *fizeram mal*, mas, como *alguém tem que fazer*, ele era o responsável pela tarefa e *fazia sem sujar as mãos*. (In Severiano, 2013, p. 39) Anos depois, em 1994, Luiz Fernando Mercadante publicou o livro *20 Perfis e Uma Entrevista*, uma coletânea de textos escritos ao longo de sua carreira. O único perfil dos generais ditadores escolhido para compor a seleção das reportagens foi o de Castelo Branco, *Êste é o Humberto*. Embora analisaremos a fundo apenas os perfis ligados ao governo ditatorial, *Realidade* contou com uma série de perfis escritos por Mercadante dentro de um espectro político bastante amplo que, certamente, enriqueceriam ainda mais a compreensão do período e das disputas pelo poder de voz se analisados com fôlego.

Sobre o posicionamento político de Mercadante, Severiano (2013) apresenta a visão do redator-chefe Paulo Patarra:

Escreverá Paulo: “Saqueei Mercadante: um *direitista* sábio.” Em tempo de Guerra Fria, ou se era de esquerda ou não. A redação era ninho de stalinistas, maoístas, cristãos de esquerda e esquerdistas étlicos. O falso *direitista* Mercadante fumava o importado Parliament, único com filtro – “era chique”, me dirá ele 40 anos depois. Tinha mãos macias, que cruzava atrás do corpo quando andava, curvado, pensativo. (SEVERIANO, 2013, p. 74)

Carlos Azevedo (2007) completa:

Victor Civita não aceitara a denúncia de que Patarra chefiava uma célula comunista na empresa, mas sabia que ele e sua turma eram na maioria simpáticos à esquerda. A exceção era o Luis Fernando Mercadante, também nosso “irmão”, mas com um perfil mais conservador”. (AZEVEDO, 2007, p. 97)

Portanto, apesar da quantidade limitada de informações recolhidas sobre a figura de Mercadante, pode-se afirmar que possuía um perfil conciliador, com bom trânsito entre pessoas de espectros ideológicos completamente distintos. O repórter parecia não apoiar os generais que perfilava e buscava retratar outras personalidades da política despido de preconceitos



durante a apuração. Era, provavelmente, um aficionado pelo mundo da política, frequentando esse meio durante toda a sua carreira. Conviveu com diferentes figuras do poder político brasileiro e inclusive chegou a trabalhar no ramo anos mais tarde. Sem uma formação, tornou-se jornalista com Carlos Lacerda. Possuía um texto afinado, com ritmo e caráter autoral. É preciso compreender o que seus textos narram, vendo-os além de um mero instrumento de sobrevivência e diplomacia com o governo ou com os patrões, a fim de pensar os elementos presentes na narrativa e as escolhas do autor como produtores de sentido inseridos no contexto em que foram produzidas. Mercadante era aceito pela equipe inicial de *Realidade*, foi escolhido para fazer parte dela. Embora fosse o mais conservador entre seus membros, fazia parte do grupo de amigos da equipe inicial de *Realidade*, diferente de outros conservadores inseridos pela própria *Abril* ao longo das edições para compor a equipe.

### 2.3 HÁ LIBERDADE NO BRASIL? - O TERCEIRO NARRADOR

De acordo com as concepções de Motta (2013), o terceiro narrador envolvido no processo de produção jornalística até chegar à versão hegemônica do texto, isto é, o perfil publicado nas páginas de *Realidade*, seria o próprio perfilado, nesse caso, os ditadores Humberto de Alencar Castelo Branco, Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. Entretanto, por se tratarem de líderes em diferentes períodos da ditadura instaurada no Brasil, mais questões do que meros aspectos personalistas estão envolvidas na composição desta terceira voz narrativa, pois ela se confunde com toda a atmosfera política da época e os diversos elementos atrelados a isso, frutos das formas de condução do regime autoritário. Portanto, mais do que singularidades pessoais dos personagens ouvidos, aqui, faz-se necessário tentar compreender o *modus operandi* da imprensa nos anos 60 e 70, como a censura e a autocensura agiam no trabalho dos jornalistas e até que ponto se podia falar em liberdade de expressão no Brasil.

Para iniciar, vale retroceder um pouco e lembrar que a imprensa brasileira foi uma das legitimadoras do Golpe de 1964. “A imprensa quase de forma unânime (a exceção representativa é a do jornal *Última Hora*) dá “vivas” à ação dos militares, afirmando, em inflamados editoriais, a legitimidade do movimento” (BARBOSA, 2007, p. 184). Por exemplo, o editorial da *Tribuna da Imprensa*, no dia 2 de abril, pós-golpe, dizia:

“Escorraçado, amordaçado e acovardado deixou o poder como imperativo da legítima vontade popular, o sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comunocarreirista-negocistas-sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou, o sr. João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu” (Tribuna da Imprensa apud Barbosa, 2007, p. 184).

Outros jornais aderiram à mesma postura. O editorial intitulado “Vitória”, do *Correio da Manhã*, cria uma narrativa destruidora do governo de Goulart, apresentando o seu afastamento como uma vitória da nação. Entretanto, o jornal se coloca como vigilante da ação democrática (BARBOSA, 2007), ao afirmar que não admitirá nenhuma restrição de liberdade. O editorial de *O Globo*, “Ressurge a Democracia!”, afirma que a nação vive “dias gloriosos” e destaca o “heroísmo” das Forças Armadas para “livrar” o Brasil do governo irresponsável de João Goulart. Entretanto, apesar de não rechaçarem o Golpe, logo o *Correio da Manhã* faz denúncias acerca da invasão dos jornais *Tribuna da imprensa* e *O Globo* por fuzileiros navais que alegavam cumprir ordens do governo e a destruição do jornal *Última Hora*, denunciando um possível fim da liberdade de imprensa no Brasil logo na sequência do Golpe.

De acordo com Carlos Fico (2019)

[...] a ditadura militar brasileira foi muito violenta desde os primeiros momentos após o golpe de 1964. Entretanto, a partir de 1968, essa violência se ampliou muito com a instituição de aparatos institucionalizados de repressão que criaram um sistema nacional de espionagem, uma polícia política, um departamento de propaganda e outro de censura política, além de um tribunal de exceção para o julgamento de pessoas supostamente implicadas em corrupção (FICO, 2019, p. 62).

Portanto, como visto anteriormente, é fato que *Realidade* viveu momentos totalmente distintos dentro do regime ditatorial. Em seus relatos, os jornalistas da primeira fase não relatam casos de censura agindo diretamente sobre a publicação, pois, nos primeiros anos, ainda contavam com uma liberdade relativa, pois existia a autocensura e a preocupação em não bater de frente com os militares, inclusive com tentativas de aproximação, como nos perfis de Mercadante. E, após a criação dos aparatos de repressão institucionalizados, a revista muda drasticamente e passa para a chamada segunda fase. Isso, evidentemente, se deve também a outros fatores, como a mudança do redator-chefe e a demissão em massa de vários jornalistas, mas, de qualquer forma, não seria possível continuar fazendo a mesma revista, com a mesma liberdade editorial. A imprensa como um todo passou a sofrer mais intensamente com a censura após o AI-5 e o recrudescimento da ditadura, mas, como mostra Barbosa (2007), desde o golpe de 64 foram instaurados mecanismos de controle das informações veiculadas na imprensa,

como a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), logo no primeiro ano. Entretanto, o assassinato do secundarista Edson Luís, por exemplo, em março de 1968, ou seja, antes do AI-5, contou com forte cobertura dos jornais no dia seguinte, evidenciando as diferenças da possibilidade de atuação da imprensa nos diferentes períodos da ditadura. Não era intenção de Castelo Branco restringir a liberdade de imprensa, apesar de existirem casos de violência e pressão contra jornais e jornalistas por autoridades da segurança; já no período Costa e Silva a situação se agravou, e as denúncias da imprensa passaram a ser vistas pelo governo como um estímulo para a agitação social e para a subversão, justificando a censura (JOBIM apud BARBOSA, 2007). A censura operava de formas distintas:

Não havia uma, mas duas censuras. Desde os anos 1940, existia a censura de diversões públicas, que cuidava de coibir “atentado à moral e aos bons costumes” no teatro, na música, no cinema e, após os anos 1950, na TV. Era amplamente conhecida do público, pois os certificados de liberação eram exibidos nas bilheteiras de teatros e cinemas ou antes dos programas de televisão. (FICO, 2019, p. 82)

Fico (2019) mostra que, apesar de já estar consolidada desde o Estado Novo, essa censura das diversões públicas cresceu durante a Ditadura e visava questões morais como nudez, palavrões e temas chocantes. Foi essa cultura conservadora enraizada nos costumes brasileiros que acarretou nos dois casos de censura de *Realidade* citados anteriormente. Ambos os alvos de censura destacavam o mesmo motivo: eram considerados obscenos. Tanto a pesquisa em relação à juventude diante do sexo (edição 5, agosto de 1966) quanto a série de reportagens sobre a mulher brasileira (edição 10, janeiro de 1967) iam de encontro aos padrões morais da época, que, mesmo em um período de intensas transformações culturais e uma juventude efervescente, poderiam ter respaldo de amplos setores da sociedade, que, inclusive, sugeriam, por meio de cartas aos censores, possíveis objetos de censura. Essa prática fazia parte do cotidiano brasileiro, de forma explícita, e é diferente da censura política sofrida por outros jornais e revistas. A censura de diversões públicas era tão naturalizada e já institucionalizada que a própria revista *Realidade* abordou o tema em uma reportagem de José Carlos Marão e Afonso de Souza, na edição 15, de junho de 1967.

A reportagem “*Isto é proibido*” relata o trabalho de 17 funcionários do governo, os censores, que decidem de Brasília *que filme crianças podem ver, o que os adultos podem ver o que ninguém pode ver*. A matéria possui um tom bastante crítico em relação à figura dos censores, inclusive com bastante ironia e deboche em algumas passagens. Romero Lago, o chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas, e sua equipe cortam materiais que “*chocam,*

*despertam violência, ofendem o decôro público ou subvertem”* (MARÃO; SOUZA, 1966, p. 95). O texto descredibiliza a capacidade dos funcionários em executar a função: “*Com nível de cultura de média para baixo, êsses 16 cidadãos têm o poder de proibir filmes para menores, cortar cenas e até interditar uma fita inteira*” (MARÃO; SOUZA, 1966, p. 95). Os repórteres mostram que, no Brasil, até mesmo os beijos ainda são alvos de censura: “- *O beijo passa, é claro, mas se o galão começa a dar mordidinhas nos lábios da mocinha, aí vamos estudar o caso*”. (MARÃO; SOUZA, 1967, p. 95) Como a ofensa ao decoro público é algo abstrato, a reportagem mostra que os critérios acabam sendo por “intuição ou bom senso pessoal”. São relatados alguns casos, como a censura de cenas “imorais” de um filme de Ingmar Bergman, *O Silêncio*, que, para o censor, é um filme vazio e não passa mensagem nenhuma. *Terra em Transe*, de Glauber Rocha, também foi submetido à censura, por “levar uma mensagem marxista de subversão da ordem”. Outros filmes também são citados, sempre com cortes em cenas de sexo e nudez e alguns geram preocupações quando é “o bandido quem ganha no fim”. Além disso, um censor também relata que corta “crime com arma branca que tem sangue”. As incoerências ao decidirem as idades para as quais alguns filmes são liberados também são alvos de críticas da reportagem. O contraponto é feito mostrando que provavelmente nenhum intelectual brasileiro seja a favor da censura, mostrando vários depoimentos críticos ao ato, com frases como “a censura moral encobre a censura política” e encerrando a reportagem com um depoimento que afirma que a censura “somente cria hipócritas”.

O outro tipo de censura era a censura política. E essa estava mais ligada à imprensa. Assim, alguns jornais e revistas recebiam telefonemas e bilhetes nas redações ou eram submetidos à censura prévia, isto é, antes da publicação, deveriam enviar os materiais para os órgãos responsáveis efetuarem a análise e liberar ou não os textos. Em alguns casos, o censor chegou a trabalhar por alguns períodos dentro da própria redação dos jornais, ao lado da equipe de jornalistas, como no caso de *O Pasquim*.

Os temas censurados variavam. Notícias sobre enfrentamento entre os órgãos de repressão e militantes da luta armada (como foram frequentes nos casos de assaltos a bancos) eram terminantemente proibidas. Fracassos do governo ou quaisquer fatos que fragilizassem o regime também eram censurados. Quando das sucessões dos generais na Presidência da República, a censura só admitia “transcrição de discursos dos parlamentares, sem cunho sensacionalista”. Até mesmo reportagens sobre epidemias chegaram a ser censuradas. (FICO, 2019, p. 83)

Barbosa (2007) alerta para a criação idealizada de uma imprensa combativa frente a censura e à ditadura, pois jornais e revistas eram produtos mercadológicos e como empresa

precisa de lucros e sobreviver no mercado, tornando o enfrentamento um péssimo negócio por essa perspectiva. Também é importante ressaltar a prática da autocensura, muito comum nas redações do período, essa, sim, admitida pelos relatos de ex-jornalistas de *Realidade*. A autocensura é a tentativa de antecipar o controle do governo, a decisão de “não publicar determinados conteúdos, obedecendo a ‘ordens superiores’ extremamente vagas que estão mais no imaginário dos jornalistas, do que efetivamente na ação dos detentores do poder” (BARBOSA, 2007, p. 194). Mas, mais do que pelo medo da censura, Barbosa (2007, p. 192) apresenta outro prisma para analisar essa prática: “[...] historicamente o jornalismo e os jornalistas se imiscuem às cercanias do poder, procurando as benesses daí advindas”. Ou seja, a autora afirma que a imprensa defensora dos interesses públicos, ao menos no caso do Brasil, é mais um efeito discursivo do que a prática efetiva. Essa visão crítica pode auxiliar a pensar os perfis dos militares líderes da ditadura publicados por *Realidade*, adicionando um novo elemento interpretativo além da estratégia de sobrevivência. Apesar de não ser possível fazer uma generalização, pois existiam posições que destoavam desse padrão, Barbosa (2007, p. 195) afirma que “o movimento generalizado de autocensura na grande imprensa, do qual participam, [...], não apenas os proprietários dos jornais, mas também os jornalistas, mostra que há um altíssimo grau de adesão dos meios de comunicação”, ignorando a ação repressiva do governo e destacando as “glórias” nacionais, como as esportivas.

Entretanto, enquanto ainda era possível, *Realidade* denunciou o clima de arbitrariedade e de sufocamento da liberdade de imprensa no Brasil. Na edição número 6, de setembro de 1966, Luiz Fernando Mercadante publicou a reportagem “Há Liberdade no Brasil?”, pondo em dúvida a existência de liberdade democrática no país. Logo no início do texto, ao indagar pessoas nas ruas sobre o assunto, Mercadante cria toda a atmosfera de tensão vivida pelos brasileiros de forma muito sagaz:

De vinte pessoas abordadas numa rua de São Paulo, 17 recusaram-se a respondê-las, uma garantiu que existe a mais absoluta liberdade, outra assegurou que não há mais liberdade nenhuma e a terceira ficou no “mais ou menos”.

No Rio, o resultado não foi melhor: ao ouvir as perguntas, um motorista de praça pôs o pé no freio, acendeu a luz e pediu ao repórter que mudasse de assunto. Só depois continuou a corrida, e sempre de luz acesa; um ascensorista parou o elevador entre dois andares e sussurrou que “com liberdade, ou sem” terá que continuar subindo e descendo; e um proprietário de bar alegou a sua nacionalidade portuguesa para se eximir de resposta. (MERCADANTE, 1966a, p. 22)

A reportagem apresenta pontos de vista divergentes de autoridades, intelectuais e jornalistas sobre o assunto. Por exemplo, enquanto Adauto Lúcio Cardoso prenuncia o

renascimento da liberdade, mas afirma que, no momento, a carga de autoridade é maior que a de liberdade; Sobral Pinto denuncia a véspera de uma ditadura, com uma forte declaração, ao afirmar que o Brasil está escravizado e que só podem se movimentar as pessoas que não podem prejudicar o governo. Além disso, afirma que os advogados só podem requerer e protestar por não possuírem armas, mas, na hora em que a profissão também se tornar perigosa para a estabilidade dos militares, será impedida. O texto também apresenta declarações de membros do governo e da oposição, que denuncia a falta de liberdade e a impossibilidade de vitórias, pois as decisões já estão tomadas antecipadamente, além de caracterizar o regime como uma ditadura, pois a câmara servia apenas para homologar atos do governo, escondendo o regime ditatorial, disfarçando-o aos olhos do povo. Mercadante sempre deixa marcas na narrativa que mostram sua concordância com os denunciadores da falta de liberdade, incluindo pequenos marcadores que vão descredibilizando os simpatizantes do governo que creem na total liberdade.

Ao falar especificamente da imprensa, depois de uma fala de um diretor de sucursal de jornal afirmar que gozam de completa liberdade e bater mais uma vez na tecla de que o regime é transitório e necessário para corrigir o que estava errado, *Realidade* apresenta uma série de testemunhos contrários à versão de que existe liberdade de imprensa total no Brasil, como a invasão de um jornal, o medo, a cautela, o DOPS, o sufocamento da pequena imprensa, entre outros. Mais uma vez, Mercadante coloca em uma fala do público em geral, nesse caso um bancário leitor de jornais, que expressa de forma irônica o cenário vivido: “perguntado se sente nos jornais um cerceamento da liberdade respondeu: - Sinto apenas que em São Paulo não existe nenhum jornal de Oposição” (MERCADANTE, 1966a, p. 24).

Há ainda a fala de um intelectual católico que critica o comunismo e defende a censura moral. Em contrapartida, logo na sequência, são mostrados casos de censura do livro História do Novo Brasil, e a prisão dos autores; censura da peça O Berço do Herói e a reclamação de personalidades do teatro sobre a falta de liberdade e a luta por liberar suas peças. Também são citados casos de restrição da liberdade na televisão e nas universidades. Além disso, a fim de mostrar a paranoia contra a subversão e ridicularizar a ação dos militares, são relatados o fechamento do Jardim da Infância Pequeno Príncipe, de Curitiba; e a ação da Polícia Militar contra uma revolta de mil crianças de seis a onze anos pela substituição de uma diretora, ela era acusada de subversão, assim como a escola fechada. A falta de liberdade na igreja também é exposta, denunciando o silêncio da mesma em relação às torturas, às violências e aos atentados à dignidade humana, justificados pelo medo da repressão. A cultura do medo instaurada no

Brasil também é bem representada por Mercadante ao discutir se os trabalhadores são livres com a seguinte cena:

Os oito portuários cariocas receberam a pergunta com espanto:

- É isso mesmo que estou perguntando. Se vocês acham que há liberdade no Brasil.

Um deles resmungou baixinho:

- Esse cara tem todo o jeito de tira.

Foi preciso a intervenção de um amigo comum:

- Ele está perguntando. Vocês respondem o que quiserem. Ele prometeu não dar o nome de ninguém, a menos que a gente permita.

O guindasteiro olhou firme e falou:

- Essa pergunta parece brincadeira, meu chapa. Aqui no pôrto eles botaram a lei do cão. Diminuíram salários, tiraram a insalubridade e mudaram o horário de trabalho como bem entenderam e a gente não pode dizer nada. Se disser, já sabe: cana. Até a diretoria da União dos Portuários, que era gente tôda deles, não aguentou e resolveu fazer uma carta aberta ao Presidente. Foram todos presos no dia seguinte de manhã, a sede foi invadida e tudo (MERCADANTE, 1966a, p. 25-26).

Essa narrativa faz uma forte denúncia contra a falta de liberdade no Brasil e contra a repressão já instaurada no governo do ditador Castelo Branco. A resposta à pergunta dada pelo secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores da Indústria também é bastante simbólica: “coça a cabeça, dá um sorriso e responde: - Enquanto o Castelo estiver por aí, é difícil responder”. Também são citadas no texto as restrições impostas aos sindicatos, que viraram “entidades beneficentes”.

Por fim, Mercadante traz a opinião de dois militares a respeito do assunto. Mourão Filho afirma que o país nada tem de democrático e pouco tem de liberdade, além de criticar o personalismo do regime e dizer que o Brasil “regrediu à ignomínia de 1937”. O outro, Costa e Silva, então candidato a presidente, reiterava o caráter transitório do regime e falava em redemocratização. A reportagem de Mercadante é um bom relato do cenário vivido na ditadura ainda antes do fechamento total do regime, com o AI-5. É possível perceber claramente como o medo pairava nos depoimentos relatados e o forte temor da repressão em diferentes segmentos da sociedade, apesar de ainda ser possível uma revista da grande imprensa apresentar uma discussão como essa; a impossibilidade de ação de uma oposição e o discurso de transitoriedade do regime por parte dos apoiadores, justificado a fim de colocar o país “em ordem”. Percebe-se um texto extremamente cuidadoso. Mesmo deixando vários marcadores de posição, Mercadante ouve os dois lados e sempre coloca as opiniões mais contundentes na fala de algum entrevistado, eximindo a revista por meio dessas escolhas dos trechos a serem publicados.

Como vimos, a censura operava de duas formas distintas:

a censura moral tinha uma pretensão pedagógica quando procurava evitar que os ‘atentados à moral e aos bons costumes’ corrompessem a sociedade brasileira. Do mesmo modo, a censura política simplesmente extirpava do espaço público tudo aquilo que parecesse inconveniente ao regime (FICO, 2019, p. 85).

Por isso, a primeira era admitida publicamente enquanto a segunda era escondida e negada enquanto pôde. Portanto, percebemos que no governo Castelo Branco, apesar de existirem fortes restrições à liberdade, era possível gozar de certa liberdade, com cautela, obviamente. Para abordar os demais personagens, o cenário é outro. Costa e Silva pertence a uma linha mais dura e o seu tratamento exigiu maiores cuidados, sendo retratado por diferentes ângulos. Além de o clima se tornar cada vez mais tenso, com maior cerceamento da liberdade de expressão. E com Médici o quadro é totalmente diferente, tanto no âmbito interno da publicação, quanto no âmbito contextual. O único dos perfis analisados publicado pós-AI-5 pertence a um ambiente de intensa repressão. E, além disso, a própria revista estava diferente, na chamada segunda fase. Muito mais branda e com a equipe original desfigurada, apesar de alguns jornalistas, como o caso de Mercadante, seguirem presentes. Essas características influem diretamente no trabalho jornalístico e têm uma parcela de colaboração na construção dos objetos analisados, ou seja, contribuem para a versão hegemônica - os perfis publicados em *Realidade* - e, por isso, devem ser levados em conta.



### **3 ANÁLISE DOS PERFIS**

#### **3.1 HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO – A CONSTRUÇÃO DE UM AVÔ DEMASIADAMENTE HUMANO**

“Há sob a nossa responsabilidade a população do Brasil, o povo, a ordem. Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República”, bradou o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, em 1º de abril de 1964, mesmo com João Goulart ainda em solo brasileiro. Com o golpe, apoiado pelos Estados Unidos em um contexto de Guerra Fria frente a uma suposta ameaça comunista, o cargo de Presidente da República foi ocupado interinamente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

No dia 9 de abril de 1964, com o objetivo de punir os principais expoentes do governo anterior, agora considerados subversivos, o Comando Supremo da Revolução baixou o primeiro Ato Institucional (AI-1), cuja redação final foi de Francisco Campos. Além de conceder ao comando revolucionário as prerrogativas de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e deliberar sobre a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que tivessem “atentado contra a segurança do país”, o regime democrático ou a probidade da administração pública, o AI-1 determinava que dentro de dois dias seriam realizadas eleições indiretas para presidente e vice-presidente da República. De acordo com as normas constitucionais, o mandato presidencial se estenderia até o dia 31 de janeiro de 1966, data em que expiraria a vigência do próprio ato. O AI-1 cancelava ainda a cláusula constitucional da inelegibilidade, tornando assim candidáveis à eleição os oficiais militares da ativa. A adoção desse item permitia então a candidatura de Castelo Branco. (KORNIS, s/d)

Dois dias depois, Castelo Branco foi eleito Presidente da República pelo Congresso, com 361 votos. Juarez Távora obteve três votos e Eurico Gaspar Dutra dois, além de 72 abstenções. Com a promessa de entregar o cargo em 31 de janeiro de 1966, teve seu mandato prorrogado já em 17 de julho de 1964, estendendo-o até 15 de março de 1967, com eleições marcadas para outubro de 1966. As pressões de uma ala militar mais dura por um fechamento maior do regime e o rompimento de líderes civis apoiadores do Golpe com o governo de Castelo Branco levaram à instauração de um segundo Ato Institucional.

Além de extinguir os partidos políticos existentes e estabelecer eleições indiretas para a presidência da República, o novo ato reabriu o processo de cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos. Concedeu também amplos poderes ao presidente,

como a iniciativa exclusiva das leis sobre matéria financeira e a faculdade de ordenar o recesso do Congresso e legislar por decretos. O ato facilitava a intervenção federal nos estados, assim como a decretação do estado de sítio no país. Na esfera do Poder Judiciário, o AI-2 ampliou a competência da Justiça Militar, que passou a julgar os civis acusados de crimes contra a segurança nacional, além de aumentar de 11 para 16 o número de juízes do STF. (KORNIS, s/d)

O novo ato deu mais poder para a chamada “linha dura” dentro da ditadura, pois nasceu de uma insatisfação desse grupo com o rumo das eleições para governadores estaduais na Guanabara e em Minas Gerais (FICO, 2019). Apenas duas agremiações partidárias passaram a vigorar no Brasil: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), pela situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como oposição. No início de 1966, a sucessão presidencial já era fortemente debatida e o nome do general Artur da Costa e Silva, líder da chamada “linha dura”, despontava como favorito, tendo sua candidatura homologada em maio. Antes disso, Castelo Branco havia decretado o AI-3, estabelecendo eleições indiretas para os governos estaduais e definindo o calendário eleitoral.

Nesse contexto, o ditador Humberto de Alencar Castelo Branco teve o seu perfil publicado na terceira edição de *Realidade*, de junho de 1966. Em uma matéria de seis páginas, Luiz Fernando Mercadante constrói a imagem do primeiro *presidente* militar do Brasil após o Golpe de 64, com o título “*Êste é o Humberto*”, e a linha de apoio perguntando: “*Afinal como é o homem que se esconde atrás do Presidente?*”

*Êste é o Humberto* inicia na página 52 da terceira edição de *Realidade*. A reportagem abre em página dupla com uma foto do ditador sorridente em toda a extensão da página direita. A linha de apoio – *Afinal como é o homem que se esconde atrás do Presidente?* - já demarca uma das intencionalidades do texto: apresentar o lado “humano” do *presidente*. Desvendar suas características de homem *comum*, fugir da aura de Presidente da República, uma posição superior e distante do público, além de afastar a pecha de autoritário da sua figura.

A primeira sequência criada pelo narrador introduz um personagem discreto: “*O homem chegou de mansinho, com muita simplicidade*” (MERCADANTE, 1966b, p. 52). A cena se passa em uma festa, o *aniversário da parenta*, cheia de convidados. Apesar da tentativa de não chamar a atenção para si, logo o *presidente* acaba *tomando conta da festa*. Ele recusa uísque e evita falar em política e economia, prefere cinema e uma piada:

*“Após a visita do General De Gaulle ao Brasil, decidi presentear-lo e, para isso, escolhi um automóvel de fabricação nacional. Enviei-lhe um Volkswagen. Dizem que o General gostou muito, pelo menos até a hora em que foi experimentá-lo e, apesar dos muitos esforços, não conseguiu entrar no veículo, extremamente pequeno para o*

*seu avantajado tamanho. De Gaulle, então, um tanto aborrecido, apressou-se em me mandar um bonito cachecol como retribuição*". (MERCADANTE, 1966b, p. 52)

Difícil afirmar se a piada realmente foi contada por Castelo Branco ou se Mercadante aproveitou a narrativa e sua liberdade criativa para brincar com a forma física do líder do governo ditatorial, colocando a piada em sua fala, deixando-a menos agressiva. Fato é que a situação auxilia na construção de um personagem empático capaz de rir de si mesmo.

O personagem é uma pessoa *comum* ocupante de um alto cargo, em posição de poder frente aos demais cidadãos. Na saída da festa, gera espanto no casal com quem divide o elevador: "*Puxa vida! O que é que o Castelo Branco anda fazendo aqui a esta hora?*" (MERCADANTE, 1966b, p. 52). Esses personagens secundários configuram uma estratégia de apoio ao ponto de vista do narrador, fortalecendo sua construção simbólica, nessa sequência, de um sujeito como qualquer outro brasileiro, que evita alardes e a *fama* pela posição que ocupa, colocando-se em igualdade com as demais pessoas. Esse Castelo Branco *low profile* é mais uma vez sustentado pelas características do Mercedes que o leva até o Palácio Laranjeiras: "*prêto, de chapa particular, sem batedores, nem sirenas – despercebido, como gosta de andar*" (MERCADANTE, 1966b, p. 52). Mas esse sujeito simples contrasta em alguns aspectos com a figura de Presidente. O carro o leva até o Palácio, apresentado como *seu mundo oficial*, e só então o personagem é totalmente revelado após toda essa cena introdutória: *Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco*.

Dentro dessa mesma sequência inicial, mas em outra cena, Mercadante aprofunda a sensibilidade do relato ao narrar um drama pessoal de Castelo Branco: a morte de sua esposa, Argentina, oito meses antes de sua posse. A narrativa conta que, de mês em mês, ele vai ao cemitério levar flores para a esposa. A carga dramática trazida pela solidão expressa em sua fala introduz novos elementos à construção do personagem: "*- Desde que perdi minha espôsa me sinto um homem muito só*" (MERCADANTE, 1966b, p. 52). A partir disso, uma série de adjetivações confere outros traços ao personagem de 65 anos: ar vagamente triste; homem baixinho; feioso e tímido. Por outro lado, é "*capaz de exercer a Presidência da República com a segurança de quem recebe, apenas, uma promoção a mais na carreira*" (MERCADANTE, 1966b, p. 52). Ressaltando que, para o personagem, ocupar tal posição nada interfere na sua "essência" como ser humano, sem alterar as características que possuía antes disso. As idiossincrasias, as complexidades da personalidade humana e os detalhes selecionados produtores de efeito de real seguem nessa introdução do personagem, como uma figura

equilibrada, capaz de dosar entre as oposições de personalidade necessárias em sua vida, mesclando com a exposição de características físicas:

*Sabe alternar a carranca com um ligeiro sorriso, ou assumir o ar neutro das pessoas formais. Tem os polegares curtos, marca das pessoas teimosas, e a expressão determinada de quem sabe o que está fazendo. Seus ternos, escuros e bem talhados, lhe assentam melhor que a farda aposentada. A faixa presidencial teve que ser apertada para lhe servir bem. Seus óculos estão sempre onde ele os procura: no bolso interior do paletó. São bifocais, usados para ver de muito perto ou de muito longe. Os cabelos estão embranquecendo. Sete vezes avô, ele vai se transformando num velhinho simpático, que dosa a severidade com um pouco de bom humor e sabe que não é preciso ser chato para ser austero. (MERCADANTE, 1966b, p. 52)*

O narrador faz uso da racionalização (THOMPSON, 2011), isto é, as características do personagem são encadeadas na primeira sequência, fundindo os traços mais simples de uma vida humana com características esperadas de um presidente, resultando em um pleno equilíbrio, criando uma figura digna de apoio. A construção simbólica se dá também por meio da escolha das imagens que dialogam com o texto e compõem as páginas da revista. Nesse caso, a fotografia em página inteira que abre a matéria se destaca na produção de sentido em consonância com a sequência em questão: Humberto de Alencar Castelo Branco com um sorriso espontâneo.

Figura 3. Êste é o Humberto – imagem 1



Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 03, p. 53, junho de 1966.

A segunda sequência passa a focar na rotina de Castelo Branco como Presidente do Brasil. Mostra como ele se divide entre Rio de Janeiro e Brasília para governar o país, trazendo detalhes dos seus hábitos, como a escolha do mesmo assento nos voos: *do centro, à direita, junto à janela* (MERCADANTE, 1966b, p. 54). O personagem também aproveita os voos para

trabalhar, cumprindo obrigações mais urgentes ali mesmo. Mas se estiver cansado, ele *tira uma soneca. De pijama e tudo* (MERCADANTE, 1966b, p. 54). Mais uma vez, fortalecendo o efeito de casualidade na personalidade do personagem. Em uma conversa com Carlos Lacerda, mostra não se importar com as críticas, que não lhe tiram o sono, pois come e bebe muito bem quando as recebe, principalmente as vindas do jornalista.

A narrativa segue os passos de um dia na rotina do ditador ao chegar em Brasília: toma banho frio de manhã; faz a barba sozinho; o café da manhã – “*duas laranjas-lima, indispensáveis, uma fatia de mamão sem açúcar, café com leite, pão com manteiga – mais casca que miolo – e uma fatia de queijo*” (MERCADANTE, 1966b, p. 54). Às sete horas já está com tudo pronto e trabalhando. Os detalhes do ambiente de trabalho no Palácio da Alvorada também auxiliam na produção de sentido: escrivaninha preta, cheia de livros e papéis e uma imagem de Nossa Senhora. Essa composição do escritório suscita a construção de formas simbólicas no imaginário do leitor, expressando diferentes valores: seriedade (escrivaninha preta); muito trabalho (mesa coberta de papéis); erudição (coberta de livros); religiosidade (imagem de Nossa Senhora). No ambiente que exige meditação para a resolução de problemas, Mercadante também mostra que, quando de bom humor, o personagem cantarola enquanto trabalha: *Olé mulé rendera. Olé mulé renda* (MERCADANTE, 1966b, p. 54).

Uma hora depois, parte para o Palácio do Planalto. Entretanto, o narrador mostra que Castelo Branco antes passa, às vezes, na casa de sua filha para dar bom dia aos netos, evidenciando uma figura amorosa, preocupada e apegada à família. O texto frequentemente faz alusões às nuances entre a vida pública e a vida privada do ocupante do cargo de presidente, ressaltando oposições e entrelaçamentos. A chegada no Palácio do Planalto é quase uma exaltação ao resgate de antigos valores de patriotismo e respeito à República, que estariam perdidos ou deturpados nos tempos recentes. O narrador mostra que Castelo não abre mão da solenidade em sua chegada e saída do local, com toques de clarim, continências e hasteamento da bandeira presidencial, diferente dos ex-presidentes que optavam por entrar e sair *pelos fundos*. “*Fêz questão de restaurar a esquecida cerimônia que deve cercar a chegada e a saída do Presidente, como que para reimprimir ao cargo um tom de dignidade quase esquecido*” (MERCADANTE, 1966b, p. 54).

Em seguida, o texto mostra o dia de trabalho no Planalto e como Castelo Branco atende às pessoas: *Ouve mais do que fala; pergunta mais do que responde; oferece um cafezinho enquanto toma um gole de água gelada, e vai ficando de pé, assim que o assunto está para se esgotar* (MERCADANTE, 1966b, p. 54). Pode-se notar que Mercadante apresenta um

presidente atencioso, cordial, aberto a ouvir as pessoas, e que não gosta de perder tempo no trabalho. Depois, lê o resumo dos jornais e o boletim do Serviço Nacional de Informações, antes de voltar para o Palácio da Alvorada na hora do almoço. Assim como no café da manhã, detalhes como o cardápio são descritos. Destaca-se, aqui, mais uma vez o distanciamento do personagem às bebidas alcoólicas e a sua sobriedade, tendo a água como bebida oficial, apesar de os convidados terem direito a um copo de cerveja e, em ocasiões especiais, a um vinho, mas sempre de produção nacional. Ainda no seu intervalo, o texto mostra que Castelo Branco gosta de caminhadas e de meia hora de repouso, além de destacar como sempre veste roupas escuras, *seu guarda-roupas vai do cinza forte ao preto. Escuras, também, as gravatas* (MERCADANTE, 1966b, p. 54).

Na volta ao Planalto, destaca-se como o texto apresenta o forte aparato de segurança altamente qualificado para a defesa do ditador em Brasília, embora no Rio ele consiga driblar esse esquema para andar solitário. Isso serve de gancho para ressaltar a importância da figura de Castelo Branco, o homem “*mais poderoso da República*” (MERCADANTE, 1966b, p.57). Em seguida, são apresentadas as atribuições e as grandes responsabilidades do cargo de Presidente. Assim, os subsídios de 2.455.000 cruzeiros acrescidos de um milhão de verbas de representação mensais do cargo de presidente são eufemizados (THOMPSON, 2011), colocando-os em perspectiva com o de um diretor de uma grande empresa, o que torna o valor “*pouco*”. O tom é quase de esforço e sacrifício em prol do Brasil, sujeitando-se a uma carga exagerada de trabalho, uma jornada interminável – “*lhe toma os dias e até as noites, que não lhe poupa sequer os fins de semana e lhe exige permanente atenção*” (MERCADANTE, 1966b, p. 55). Está submetido a grandes responsabilidades sem o devido reconhecimento financeiro. O trabalho é apresentado de tal forma que seria praticamente imensurável em valores, impossível haver quantia que faça jus a tamanhas atribuições. Em seguida, sua imagem será construída a fim de se mostrar digno e preparado para assumir tais responsabilidades. O texto ainda narra o prestígio de Castelo Branco perante a sociedade com sucessivos convites para homenagens de diferentes setores, e como faz questão de aceitar todos eles, ressaltando uma proximidade entre a figura presidencial e a população brasileira. “- *O Presidente gosta de atender convites, de visitar lugares, de conhecer pessoas. Enfim, gosta de tomar contato com as diversas regiões e conhecer-lhes de perto os problemas – afirma o chefe do Gabinete Civil, o escritor baiano Luís Viana Filho* (MERCADANTE, 1966b, p. 55)”. A fala do chefe do Gabinete Civil também dissimula (THOMPSON, 2011) a narrativa. Qualidades que qualquer governante deveria ter, que são básicas, como a preocupação em conhecer cada região do país, são apresentadas de

forma excepcional, como um diferencial de Castelo Branco, construindo uma figura extremamente preocupada com o Brasil e com o seu povo, quando, na verdade, isso é o mínimo esperado de alguém que ocupa tal cargo. A narrativa segue exaltando o grande volume de trabalho que chega via telex e a agitação do dia, até o fim do longo expediente, às 20h. “*E o telex continua matracando*” (MERCADANTE, 1966b, p. 55).

A página dupla possui uma sequência narrativa fotográfica à parte para a construção do avô Castelo Branco. Com o título: *Um menino vive na noite do Presidente*, uma pequena história com forte carga simbólica é contada em uma série de fotos. Como visto, o personagem resgatou o prestígio e as tradições solenes para a chegada do presidente ao Planalto, seguindo à risca a formalidade da cerimônia. Entretanto, uma única coisa pode quebrar a tradição: a presença de João Paulo, seu neto. Como mostra a legenda, dessa forma, *o protocolo suporta docemente o arranhão*. A sequência traz o presidente seguindo os ritos tradicionais de entrada no Palácio do Planalto, depois uma criança corre em direção a ele, ambos se abraçam e, por fim, seguem a caminhada de mãos dadas. A narrativa constrói um personagem humano e amável, rígido com as tradições e com seus valores, mas capaz de fazer concessões em sua postura firme para demonstrar afeto e carinho pela família.

Figura 4. Êste é o Humberto – imagem 2



Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 03, p. 54-55, junho de 1966.

A sequência posterior a da apresentação da rotina presidencial se relaciona com a sequência da foto, retornando à vida privada de Castelo Branco. O texto diz que a única vez no dia em que ele esquece a República é quando pergunta ao seu assessor e genro sobre a febre do seu neto João Paulo, o mesmo das fotografias. *João Paulo é o neto predileto, um garôto de seis anos capaz de transformá-lo, em um minuto, no mais terno dos avós* (MERCADANTE, 1966b, p. 55). Esse processo de construção da figura de Castelo Branco apresenta constantes preocupações com a família mesmo em momentos importantes de sua rotina, revelando uma pessoa carinhosa por trás da rigidez e da ocupação.

Nessa narrativa da vida privada de Castelo Branco, o consumo de cultura erudita é constantemente ressaltado. Ao fim do dia, ouve Bach em sua vitrola e lê Érico Veríssimo. Embora tenha que revezar o prazer com alguns afazeres do cargo, mesmo em momentos de descanso e lazer. O narrador aproveita o fim do dia e o momento de dormir para criar um link com uma nova sequência: o passado do ditador. O retorno à infância é marca constante nos perfis escritos por Mercadante, que representa o presente como uma continuação lógica desse passado:

*Nessas noites de Brasília, antes que o sono chegue, ele costuma “retornar às suas origens” lembrando passagens da infância, dos dias despreocupados em que corria descalço pelo engenho do avô, onde os empregados gostavam de lhe dar bom dia e o chamavam carinhosamente de “menino Humberto”.*

*Menino Humberto nunca teve medo de escuro. Levantava bem cedo, caneca na mão, e se despachava para o curral. Quando os vaqueiros chegavam para a ordenha já encontravam o menino sentadinho ao lado da vaca. Uma vez apostou com um dos irmãos:*

*- Vamos ver quem consegue encher uma caneca primeiro:*

*Ganhou fácil: passara uma semana treinando em segredo (MERCADANTE, 1966b, p.55).*

A *narrativização* (THOMPSON, 2011) da história do “menino Humberto” cria um personagem com aspectos de coragem, querido pelos empregados e com vocação para o trabalho. Como qualquer criança, o texto mostra algumas molecagens, como algumas brincadeiras com os animais. Mas o narrador prossegue com um saudosismo quase poético dos tempos de criança do personagem:

*Por trás disso tudo havia menino Humberto, com seus olhos brilhando e o mesmo ar encabulado que carrega até hoje. Em torno da simplicidade da casa grande, menino Humberto cresceu brincando de pé no chão. Dali escapava para banhos de açude e intermináveis correrias pelos canaviais (MERCADANTE, 1966b, p. 55).*

A narrativa passa a aproximar Castelo Branco da carreira militar, mostrando como brincava de soldado na infância e que sonhava em ser capitão. Inclusive o subtítulo da página em destaque diz: *Êle queria o máximo, chegar a capitão*, abaixo de uma foto de Castelo Branco mais jovem com sua esposa, Argentina, e a legenda *Sua mulher não o viu como presidente*.



Figura 5. Êste é o Humberto – imagem 3



Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 03, p. 56, junho de 1966.

Em seguida, o narrador apresenta as origens da família de Castelo Branco, buscando uma tradição militar que remonta ao século XVII, com um Capitão de Infantaria do Exército Português, de quem ele descende em oitava geração. Depois, a sua trajetória durante a formação escolar e militar passa a ser o foco e a exaltação de qualidades do passado continua:

*A imagem que deixou como estudante, desde o primário até as escolas militares, foi a de um aluno muito aplicado, correto e dedicado aos estudos. Tinha boa letra, encapava todos os livros, era taca em línguas, gostava de História e Geografia, enfrentava bem a Matemática e era sempre um dos primeiros da turma (MERCADANTE, 1966b, p. 57).*

A imagem de intelectual é reforçada por sua participação na Sociedade Literária da Escola em Porto Alegre, onde se tornou orador oficial, declamando Castro Alves e José de Alencar, com quem é destacado um vínculo familiar. Nessa cadeia de fatos do passado de Castelo Branco, a narrativa caminha para uma sequência de legitimação (THOMPSON, 2011), que justifica o poder exercido no momento de publicação do texto, como se a dedicação aos estudos, o bom desempenho escolar, a coragem, a determinação para qualquer tipo de trabalho e para vencer disputas representassem o alicerce necessário e os valores desejáveis à figura de um *presidente*. Esse raciocínio avança no decorrer da narrativa, abordando sua juventude e o grande êxito na carreira militar:

*Quarenta e seis anos de vida ativa no Exército constituem seu passado de soldado, um soldado que se destacou alcançando todas as promoções por merecimento e que, durante toda a sua vida militar, alternou comandos.*

*De toda essa folha de serviços, pontilhada de condecorações e elogios, o que Castelo Branco recorda com mais orgulho é a sua atuação nos campos da Itália, onde exerceu a chefia da 3ª seção do Posto de Comando Avançado da Força Expedicionária Brasileira. Era, então, um jovem tenente-coronel disposto a colocar em ação seus conhecimentos táticos e habilidades de estrategista (MERCADANTE, 1966b, p. 57)*

A sólida carreira militar de Castelo Branco é mais um dos elementos que compõem o raciocínio desenvolvido para justificar o lugar de poder ocupado pelo militar. Dessa forma, a *racionalização* (THOMPSON, 2011) volta como estratégia de construção simbólica da figura do personagem perfilado. Sua atuação na FEB, onde ganhou o apelido de Gafanhoto, é destacada com episódios que remetem a valores como dedicação, tranquilidade, homem respeitado até mesmo pelos estadunidenses e estrategista; apreciador de música clássica, que planejou ataques ao som de ópera em sua vitrola.

Em seguida, a narrativa caminha mais fortemente para a atualidade e a justificação de sua posição. Mercadante coloca Castelo Branco no chamado Grupo dos Cinco, um grupo de militares vinculados à Escola Superior de Guerra, importante no Golpe de 64. Além dele, o grupo é composto pelos generais Cordeiro de Farias, Juraci Magalhães, Golberi do Couto e Silva e Jurandir de Bizarria Mamede.

Luiz Fernando Mercadante destaca a função de cada um dos membros do grupo dos cinco e encontra um espaço para trazer um pouco de acidez e crítica ao texto ao falar de Golberi, diretor do SNI: “*Dizem as más línguas que o SNI não funciona às segundas-feiras, dia em que não circula a maioria dos jornais*” (MERCADANTE, 1966b, p. 57). O texto ressalta a importância dos cinco generais nos rumos do Brasil e mostra como Castelo foi quem assumiu o principal posto na condução do país:

*- O Castelo – diziam eles – daria um ótimo Presidente.*

*E quando os governadores, os políticos e os militares, integrados na Revolução, procuravam um nome que conciliasse todas as tendências para ocupar a Presidência da República, Cordeiro, Juraci, Golberi e Mamede trabalharam o nome do seu companheiro, daquele general que na chefia do Estado-Maior do Exército foi peça importante em toda a conspiração e um dos chefes mais silenciosos do movimento. Assim, aquele general deixou o exército. Passou para a reserva, no posto de marechal e assumiu o primeiro posto civil de sua vida: a Presidência. (MERCADANTEb, 1966, p. 58)*

A aceitação unânime dessa parte da cúpula golpista evidencia a construção do *caráter excepcional* de Castelo Branco em relação aos demais, quase como uma síntese conciliatória das diferentes vertentes de pensamentos entre os mentores do Golpe Civil-Militar, afastando a

construção simbólica dos ares antidemocráticos do governo ditatorial, apresentando sua figura como uma *escolha* coerente e justificada.

Ao falar da posse de Castelo Branco, o texto começa a afastar um pouco sua imagem da vida militar e o torna mais civil, decepcionando jornalistas russos do *Pravda* que acompanhavam o evento:

*Os russos esperavam-no fardado, dependurado em quilos de condecorações e arrastando uma espada pelo chão, no melhor modelo latino-americano. O homem sereno e determinado que entrou em passos seguros, vestindo o mais paisano dos ternos de passeio, contrariava a previsão.*

*- Que pena – comentou o representante do Pravda – o homem está até de colête.*  
(MERCADANTE, 1966b, p. 58)

A narrativa exalta seu discurso de posse e conta as vinte e duas interrupções para aplausos. “*Difícilmente outro militar conseguiria dar um tom tão civil à oração de posse* (MERCADANTE, 1966b, p. 58). O narrador ainda traz uma passagem em que entrevista o sogro de Castelo Branco. Ele também exalta as qualidades do então líder da ditadura e o fato de ainda manterem uma relação próxima, mesmo depois da morte de Argentina. Além disso, Mercadante apresenta brevemente os irmãos, as irmãs, o filho e a filha de Castelo Branco e seus netos, destacando, mais uma vez, João Paulo que “*apesar da pouca idade, já fala em ser soldado*” (MERCADANTE, 1966, p. 58). A foto da última página traz o ditador com o dedo em riste e o destaque: *Êle não fuma, não bebe, só joga xadrez.*

Figura 6. Êste é o Humberto – imagem 4



Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 03, p. 58, junho de 1966.

Trazer elementos que possam parecer carismáticos, geradores de empatia, com a presença de hábitos cotidianos, a simplicidade, ou seja, representar a vida do personagem como a de uma *pessoa comum*, são formas de apresentar o perfilado que compõem estratégias narrativas recorrentes nesse gênero. No caso de Castelo Branco, isso contribui na produção de sentido positivo perante a sociedade, narrado como um homem sensível, muito apegado à família e com gostos sofisticados na sequência final do texto:

*Em família o Presidente é um homem simples e carinhoso, capaz de passar horas conversando com os parentes e que gosta de receber notícias até de primos distantes que não vê há tempos. Não fuma, não bebe. Mas é páreo numa partida de xadrez. Em futebol, só torce para o Brasil e tem uma simpatia por Pelé. Mas não é seu forte. Gosta mesmo é de balé, clássico e moderno, ou de um bom teatro. É católico praticante e não tem superstições (MERCADANTE, 1966b, p. 58).*

Por fim, Mercadante destaca a dificuldade de Castelo Branco em levar uma vida de cidadão *comum*, nas atividades cotidianas mais simples, como marcar um médico ou comprar entradas para o teatro, pois ninguém acredita que realmente é ele quem está realizando tais tarefas. A narrativa contribui na edificação da figura de Castelo Branco e na construção de uma imagem mais moderada e menos autoritária que, inclusive, passaria para a posteridade como uma das memórias dominantes sobre a época, entretanto, de acordo com Fico (2019), essa hipótese não se sustenta:

Para muitos analistas, Castelo Branco deixou as marcas de moderado e legalista, mas, de fato, não foi uma coisa nem outra. Além de ter conspirado contra o presidente a que servia, assumiu o governo com poderes discricionários. Foi responsável por iniciativas muito duras, como a Lei de Segurança Nacional, cuja passagem sobre a noção de “guerra interna” ele ajudou a redigir. Determinou a invasão e o recesso do Congresso Nacional quando o parlamento não aceitou a cassação de seis deputados federais em 1966. Decretou uma lei de imprensa restritiva e, sobretudo, fracassou em não conter a linha dura. (FICO, 2019, p. 57)

Assim, percebe-se o poder contido em uma narrativa, no encadeamento de ideias e nas estratégias de construção simbólica, pelas quais a ideologia dominante opera e produz sentidos nos leitores, capaz de recriar histórias enviesadas e com um propósito definido.

A construção simbólica da figura do primeiro líder do governo ditatorial legitima seu status de poder por meio de narrativas do passado e o representam, no presente, como portador de bons hábitos, sem vícios, religioso, preocupado com a família e de gostos refinados. Essas estratégias utilizadas por *Realidade* também servem como artifício de autolegitimação frente à ditadura, como uma espécie de alibi para a abordagem de assuntos mais delicados, considerados de maior relevância para a equipe de jornalistas, geralmente no plano dos costumes.

As informações sobre o general não são necessariamente *errôneas* e *ilusórias* (THOMPSON, 2011). Cada uma das informações trazidas por Mercadante pode, sim, ter um referencial na realidade. O importante aqui é notar como o repórter construiu as sequências que dão lógica à narrativa e constroem a imagem apresentada de Castelo Branco; com que fins ideológicos isso foi produzido; e que implicações isso tinha no contexto de produção, pois cada linha de um texto jornalístico é fruto de escolhas em um universo infinito de possibilidades narrativas, o que evidencia seu caráter político, portanto, a própria factualidade presente no texto é uma forma de operação da ideologia.

Ao analisar publicações seriadas, deve-se levar em conta que elas também fazem parte de um contexto próprio, não só do contexto geral político-econômico-social do “mundo lá fora”, mas também de um contexto interno, com certa correlação entre uma edição e outra, com elementos referenciais que dizem respeito a própria história da revista, seja em sequência de pautas, jogos de palavras, etc. A carta do leitor é uma dessas pontes com edições passadas que acontece no momento subsequente, o que não impede que outras pontes possam ser ligadas entre edições um tanto mais espaçadas temporalmente. A revista aproveita esse mecanismo para se afirmar como não opositora ao governo ditatorial e desviar qualquer suspeita em relação a isso, ainda mais por se tratar de uma publicação nacional de grande tiragem e de uma grande editora. Na mesma edição da publicação do perfil de Castelo Branco, *Realidade* publicou a seguinte carta:

**DISFARCE DE ESQUERDA**

Sr. Diretor: Tenho a impressão que REALIDADE é francamente antiamericana e anti-religiosa, aparecendo nas suas páginas os mesmos disfarces esquerdistas de todos os tempos.

Davi Carlos Reis

Rio – GB (REALIDADE, junho de 1966, p. 5)

A revista responde: *REALIDADE não é nem de esquerda, nem de direita. É pela democracia, pela livre iniciativa, por um Brasil mais próspero e mais feliz.* A edição seguinte, número 4, seleciona, entre outras, a seguinte carta:

**Nenhum perigo**

Sr. Diretor: REALIDADE veio provar que a Editôra Abril não constitui nenhum perigo à soberania da Pátria, como querem alguns órgãos de nossa imprensa. Está se mostrando, isto sim, uma excelente revista de formação, que muito irá contribuir para o desenvolvimento intelectual do Brasil.

Lewys S. Andrade – estudante Lavras – MG (REALIDADE, julho de 1966, p. 7)

A revista responde: “*REALIDADE só é perigosa para os que temem uma imprensa moderna e séria*”. Apesar de não fazer referência direta ao perfil da edição anterior, a mensagem selecionada para compor a seção de cartas reforça a matéria, afastando a imagem de oposição ao governo ou de possuir uma redação comunista, ou seja, não configura “nenhum perigo”.

### **3.2 ARTUR DA COSTA E SILVA: O AUTORITARISMO AMÁVEL**

Diferente de Castelo Branco, perfilado uma única vez por Mercadante, a figura de Artur da Costa e Silva apareceu como centro de três perfis de *Realidade* entre os anos de 1966 e 1967. Além de um perfil dedicado a Iolanda Barbosa da Costa e Silva, esposa do ditador. Certamente, a figura de Costa e Silva suscitou maior atenção editorial e amentou a preocupação com as relações entre a revista e o governo.

Antes mesmo de Costa e Silva estar no cargo de Presidente - e antes mesmo de Castelo Branco ter sido perfilado -, *Realidade* publicou *Feliz Aniversário Seu Artur*, logo na sua segunda edição, de maio de 1966. Neste momento, o militar ocupava o posto de Ministro da Guerra. Ele estava no cargo desde 4 de abril de 1964.

Costa e Silva foi uma figura relevante dentro do contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira desde o Golpe de 64. Sempre esteve em posições de comando em momentos decisórios. Nos primeiros dias, com o mandato provisório do presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, ele compunha o Comando Supremo da Revolução, ao lado do almirante Augusto Rademaker e do brigadeiro Francisco Correia de Melo, os verdadeiros responsáveis pelo governo e pela edição do primeiro Ato Institucional, que determinava eleições indiretas aos cargos de presidente e vice-presidente da República, além de outorgar outras atribuições ao Chefe do Executivo, como a possibilidade de cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos por dez anos (LEMOS, s/d).

A primeira narrativa a respeito de Costa e Silva opera claramente de modo a legitimar sua figura para o público leitor de *Realidade*, pois mesmo não ocupando o cargo de presidente da República, a esta altura, maio de 1966, todos os indícios já apontavam para o seu nome como sucessor de Humberto de Alencar Castelo Branco. Vale lembrar que desde a primeira edição o então Ministro da Guerra já figura nas páginas da revista, pois foi um dos leitores do número zero que enviaram votos de sucesso à publicação e tiveram suas cartas publicadas na edição 1.

Uma foto de página dupla abre a matéria de Mercadante com uma coluna de texto cortando a imagem. Costa e Silva aparece em pé, com uma longa fila a sua frente, com vários homens aguardando a vez de cumprimentá-lo. A escolha da imagem é uma referência ao jogo de linguagem feito durante a narrativa, Costa e Silva está recebendo felicitações, produzindo um efeito de figura respeitada e proeminente devido a longa fila que se forma para chegar até ele, as felicitações apontam, pelo título, para o aniversário do futuro líder do governo ditatorial, mas Mercadante costura o texto de forma a mostrar que os cumprimentos também se relacionam à posição que ele deverá ocupar em breve. “*O general Costa e Silva faz anos daqui a 5 meses. Mas já existem fortes motivos para que os seus amigos lhe desejem “FELIZ ANIVERSÁRIO SEU ARTUR”*”. A linha de apoio e o título evidenciam que as intenções do texto vão muito além da comemoração do aniversário de Costa e Silva, fazendo uma relação entre a data comemorativa, que só acontecerá cinco meses depois, e outro fato digno de felicitações: a chegada à presidência do Brasil, pois as eleições estão previstas para o mesmo dia em que completa 64 anos: 3 de outubro de 1966.

Figura 7. Feliz Aniversário Seu Artur – imagem 1



Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 02, maio de 1966.

Mercadante abre o texto com uma fala do próprio Costa e Silva a respeito da sucessão presidencial e da sua candidatura para o pleito previsto para cinco meses após a data de publicação do perfil.

*\_ Eu sei que a parada vai ser dura. Mas quando saio na chuva é para me molhar. Sou brasileiro, maior, vacinado e tenho uma boa fôlha de serviços prestados ao País. Não pedi, nem peço nada. Simplesmente aceitei um convite: sou candidato a candidato, aguardando o pronunciamento partidário. E é só. (MERCADANTE, 1966c, p. 25)*

Apesar de ele se apresentar apenas como *candidato a candidato*, *Realidade* preocupa-se em pautar desde já a figura do próximo militar a ocupar o posto máximo da Ditadura. O teor da narrativa aponta para uma óbvia vitória de Costa e Silva nas eleições indiretas, basicamente como uma apresentação do próximo presidente do Brasil aos leitores, ao mesmo tempo em que estreita relações com o futuro ditador e com o governo. É provável que a figura de Costa e Silva desde esse momento gerasse preocupação na redação da revista, pois, mesmo antes do AI-5, ele é perfilado direta ou indiretamente mais três vezes nas edições seguintes, ou seja, a publicação busca uma proximidade com o militar durão e autoritário, características já apontadas nesse primeiro texto de Mercadante. Se a autocensura pairava nas redações de grandes veículos do Brasil desde o Golpe de 64, é evidente que o porvir se mostrava ainda mais preocupante, exigindo uma dose maior de cautela. E, para isso, nada melhor do que afastar o perigo e trazer o governo para o lado da revista com constantes bajulações personalistas nas páginas de *Realidade*, começando desde a sua segunda edição.

A sequência introdutória do perfil ainda brinca com uma marca registrada do futuro ditador: *“tira os óculos escuros e os substitui por outros, ainda mais escuros”* (MERCADANTE, 1966c, p. 25). E compara o olhar de Costa e Silva ao de um *menino arteiro*, característica comum nos textos de Mercadante de referenciar a infância na construção dos personagens. Também traço característico, semelhante ao perfil de Castelo Branco, é a presença de elementos que aproximam a figura perfilada do leitor, ou seja, afastam a *oficialidade*, a distância de uma alta posição ocupada, como a de Ministro da Guerra, apesar de sempre ressaltar a dualidade presente entre a figura *humana* e a *autoridade*, presente quando necessária.

*[...] se há coisa de que êle goste é ser chamado de Seu Artur. Na intimidade e pelo povo. No Ministério ou nas ocasiões oficiais êle deixa de ser o Seu Artur e se transforma no general-de-exército Artur da Costa e Silva, ministro da Guerra. Mas no fundo, a qualquer hora e em qualquer situação, êle é e será sempre o Seu Artur. Assim dizem os seus amigos. (MERCADANTE, 1966c, p. 25)*



O personagem se apresenta hábil para transitar entre ambientes que exigem diferentes posturas, apesar de sempre preferir que prevaleça a figura “humana”, do Seu Artur, sujeito simples, produzindo um efeito de proximidade.

No episódio seguinte, Mercadante narra uma cena de um jogo de futebol entre Flamengo e Santos, em 1964, um mês após o Golpe. No segundo tempo, os alto-falantes anunciaram: “*Está na tribuna de honra sua excelência o ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva*” (MERCADANTE, 1966c, p. 25). A torcida ficou em silêncio. A cena indicará um ponto de virada na construção do personagem, pois Mercadante afirma que se a mesma cena se passasse dois anos depois, na data de publicação do perfil, a reação seria completamente diferente: “*haveria palmas, algumas vaias, mas não faltaria calor. Seu Artur já é uma figura*” (MERCADANTE, 1966c, p. 26). Ou seja, o ministro da Guerra já é uma figura popular, apesar de não ser unanimidade, atingiu o patamar de “figura”, conhecido pela população, pronto para se tornar o próximo *presidente*.

Entretanto, mesmo já sendo uma “figura”, o texto não abre mão do seu objetivo de apresentar Costa e Silva aos leitores. A fotografia escolhida na sequência, também ocupando página dupla, é como uma imagem de boas-vindas: a figura acolhe os leitores de braços abertos, sem os óculos escuros, discursando com a cara limpa e exposta.

Figura 8. Feliz aniversário Seu Artur – imagem 2



Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 02, maio de 1966.

As sequências seguintes abordarão cada uma das características elencadas abaixo da fotografia: “*Seu Artur tem cara de mau, é gaúcho dos bons, gosta de cavalos e sabe chorar*”. A sequência intitulada pelo próprio Mercadante como “*A cara feia*” afasta possíveis

preconceitos com a imagem do seu personagem, criando um contraste entre a aparência e a alma bondosa e simpática por trás da carranca.

*Seu Artur não tem cara de muitos amigos. Quando não está falando ou sorrindo, seu ar fechadão e seu rosto vincado de rugas, combinados com os seus infalíveis óculos escuros – habituais por receita médica – lhe dão uma aparência enganadora. Mas sua simpatia natural, sem um pingão de afetação, vem no primeiro contato. É só lhe dizer bom dia e ele responderá com um bom dia gordo, de quem deseja realmente um bom dia. De longe, porém, ele tem cara de mau. (MERCADANTE, 1966c, p. 26)*

Ou seja, basta conhecê-lo para eliminar qualquer preconceito em relação a sua cara fechada e pouco amigável. Depois de ser alertado sobre a necessidade de sorrir mais para agradar ao público, o texto cria uma dicotomia entre Costa e Silva e Castelo Branco, mostrando um antagonismo necessário. “ – São ossos do ofício, Néilson. Eu tenho que bancar o urso e o Castelo é o bonzinho”. (MERCADANTE, 1966c, p. 26) Mercadante encerra a sequência de forma ainda mais exagerada, com adjetivos como emotivo e sensível para descrever Costa e Silva, destacando a figura do avô que brinca com os netos, e exaltando características comuns como se fossem excepcionais, como o fato de se preocupar com a saúde dos empregados, que, dessa forma, ganham um sentido de destaque, agregando valores positivos ao personagem.

*Os que o cercam, entretanto, sabem que de urso não tem nada esse homem emotivo e sensível, capaz de passar horas brincando com os netos, de chorar diante do muro de Berlim como aconteceu em sua recente viagem ao exterior, de se preocupar com a saúde dos empregados de sua casa e de cantar, a todo pulmão, o Parabéns a Você numa festinha de aniversário. (MERCADANTE, 1966c, p. 26)*

Depois, Mercadante destaca Costa e Silva como “*Um gauchão*”. Cita sua cidade natal, Taquari, além de apresentar características que o legitimam como um autêntico gaúcho: não recusa chimarrão, apesar de não ter o hábito de tomar; conserva o sotaque do sul; e tem amor por cavalos. O narrador aproveita o gancho para introduzir outra personagem, Dona Iolanda, esposa do militar. A mulher é descrita como: “*10 anos mais nova do que o marido, dona de casa dedicada e eficiente a quem seu Artur entrega seus envelopes de pagamento desde quando se casou, tenente, até hoje que é ministro*” (MERCADANTE, 1966c, p. 26). Todas essas afirmações que procuram construir um lar sólido e bem estruturado nos moldes tradicionais também são ideológicas. A figura construída da mulher ideal, portanto, operando de modo a sustentar valores enraizados nos padrões morais da sociedade, é: mais jovem que o marido e dona de casa – vale ressaltar o “eficiente” como complemento -, mas, além disso, pode ser responsável por cuidar do dinheiro trazido pelo marido provedor através do seu trabalho.

A afirmação seguinte dissimula a realidade por meio da narrativa: “*Ao contrário do que muita gente pensa, seu Artur não é rico*” (MERCADANTE, 1966c, p. 27). Essa frase por si só pode carregar uma série de motivos embutidos. “Seu Artur” seria, então, pobre? Provavelmente, o sentido de uma assertiva como essa é aproximar o leitor médio da figura que será presidente do Brasil, criar empatia, identificação. O fato se torna bastante irônico ao seguir a leitura do parágrafo:

*Tem um modesto apartamento de 5 peças no Jardim Botânico, Rio, e um outro, que ainda está pagando, em São Paulo. E nada mais, a não ser uma casa que herdou no Rio Grande do Sul. O palacete em que vive com a esposa, o filho tenente-coronel, a nora e os quatro netos – ao lado do Maracanã – e a casa que usa em Petrópolis pertencem ao Ministério da Guerra. O Aero-Willys particular que serve sua família foi comprado a prazo.* (MERCADANTE, 1966c, p. 26)

Ou seja, após citar que o militar possui dois imóveis, o autor adiciona “*e nada mais*”, com fins puramente retóricos, pois, após o *nada mais*, ainda acrescenta outra casa, no Rio Grande do Sul, e um carro aos bens de Costa e Silva. Percebe-se uma espécie de ânsia por humildade nas intenções do texto ao construir o personagem, o que dificilmente se sustenta com a exposição dos fatos. Claro, Mercadante pode ter sido irônico e utilizado a passagem para uma certa crítica, entretanto, pelo tom do texto e a forma com que o parágrafo se desencadeia, provavelmente não tenha sido esse o viés da sequência.

Em seguida, texto apresenta o gosto de Costa e Silva pelas corridas de cavalo e suas formas de apostar. Essa sequência encerra após o militar vencer uma das apostas e elaborar uma frase que pode também agregar um sentido nacionalista à figura perfilada: “*– A vitória só bafeja a quem acredita nos nacionais*” (MERCADANTE, 1966c, p. 27).

Depois, Mercadante constrói um episódio em que Costa e Silva oferece um jantar e um baile no Ministério da Guerra em comemoração ao dia do soldado, diferente dos anos anteriores em que aconteciam desfiles e, no máximo banquetes pelo país. A cena, que também traz um pouco de humor ao texto, e encerra, já em outro evento, com uma conversa entre a atriz sueca Gunner Lindblom e Costa e Silva:

*- O senhor não é ministro da Guerra. O senhor é o ministro da Paz. Seu Artur sorriu, satisfeito. Logo adiante virou-se para um acompanhante, apontou para uma bonita mulher que estava de costas e perguntou:  
- Quem é aquela fidalga?* (MERCADANTE, 1966c, p. 27)

Mercadante atribui pela narrativa um enorme sentido positivo à figura de Costa e Silva ao chamá-lo, pela voz de uma figura legitimada via texto por ser uma atriz internacional, de

Ministro da Paz, além de encerrar a cena com um toque de informalidade à figura poderosa do militar.

Em “*O bom de Papo*”, o perfil aborda a relação de Costa e Silva com a imprensa. Antes, com declarações fortes e, agora, candidato, está “*caladão*”. Mercadante sugere um possível pacto com Castelo Branco, para não por “*lenha na fogueira*”. O episódio ainda traz algumas declarações do então candidato em algumas situações, em entrevistas coletivas realizadas em suas viagens para o exterior ou no Brasil mesmo, mas as respostas são sempre em tom evasivo ou até bem humorado.

A sequência seguinte, “*Um capote*”, reitera seguidas vezes a relação de amizade entre Costa e Silva e Castelo Branco. O capote, um sobretudo que *Seu Artur* tratava com muito cuidado nas viagens para o Oriente Médio e para a Europa, foi emprestado por Castelo Branco. Talvez para afastar qualquer desconfiança sobre a relação entre os dois militares, até mesmo pela questão da sucessão presidencial, o texto se torna forçado e repetitivo, reforçando o laço em cada afirmação, o que indica uma transição de governo pacífica e amigável. A própria figura do capote ganha um significado de zelo, de carinho, um objeto que carrega em si a representação de uma forte ligação, pois Costa e Silva não o perde de vista durante toda a viagem e o escova todos os dias. “*Quem lhe emprestou, para enfrentar o inverno europeu, foi um seu amigo, de muitos anos, de mais de 50 anos, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco*” (MERCADANTE, 1966c, p. 28). O texto mostra que a amizade vem desde quando eram meninos no Colégio Militar de Porto Alegre.

*Dêsse tempo, seu Artur guarda com carinho em sua estante um livro com dedicatória afetuosa: “Ao mais distinto aluno da nossa turma, oferece o Cearense”. Esse cearense da dedicatória é o próprio Castelo Branco, o mesmo que emprestou o capote que serviu para esquentar seu Artur na Europa.* (MERCADANTE, 1966c, p. 28)

A sequência encerra afirmando que a velha amizade entre os dois militares tem resistido às intrigas e ao jogo da política, com Costa e Silva caracterizando-a como “*indestrutível*”.

Em “*As crianças*”, Mercadante utiliza a figura dos netos para amaciar a personalidade de Costa e Silva. A sequência funciona quase como uma introdução para o episódio seguinte, “*Um durão*”, mostrando que existe ternura e leveza dentro do personagem, sempre com características bastante comuns a um avô, mas que, dentro desse contexto do texto, tornam-se excepcionais e produzem sentido, afinal dão um toque de humanismo ao personagem que provavelmente era idealizado pelo leitor como fechado, sério, autoritário. Entre esses traços afetuosos estão: preocupar-se com o neto que está no hospital para operar de uma apendicite;

sair com os quatro netos, “vão sempre comprar sorvetes ou doces. Os 4 netos e o avô que, apesar do regime, não resiste a sorvete nem a doce” (MERCADANTE, 1966c, p.28); brincam no quintal; já foi surpreendido por um empregado atrás de uma árvore brincando de esconde-esconde; conta histórias, quase sempre de soldados e de heroísmo pela Pátria. A construção do avô afetuoso também foi utilizada na narrativa de Mercadante sobre Castelo Branco e certamente é uma ótima forma de atribuir sentido positivo aos personagens, sensíveis no âmbito familiar, mas que na hora de cumprir sua missão pelo Brasil sabem enrijecer na medida certa e são capazes de assumir a responsabilidade com seriedade.

E é exatamente para essa dualidade que o texto recorre em seguida. Se por um lado tínhamos uma figura amável com os netos, o episódio seguinte inicia com um traço oposto na personalidade de Costa e Silva: “- Mas que êle é duro na queda, isso êle é – diz quem o conhece – e em matéria de disciplina é inflexível. Mais de uma vez teve que punir oficiais seus amigos, gente de sua inteira confiança e a quem êle quer muito bem. Não hesitou. Puniu mesmo. Até com prisão” (MERCADANTE, 1966c, p. 28). Agora, o personagem aparece como uma referência de moralidade. O fato de “punir gente de sua inteira confiança” mostra que seu compromisso com a disciplina, com o cargo, com a Pátria, está acima das relações particulares. Mercadante constrói uma imagem séria e incorruptível, reforçada com a passagem seguinte: “Além de duro, o general é rude quando quer. Se alguém lhe pede ou sugere alguma coisa menos honesta, seu Artur bota a bôca no mundo. Uma vez deu uma corrida num grupo de industriais que queriam usar seu prestígio para negócios particulares”. (MERCADANTE, 1966c, p. 28) Qualquer possibilidade de corrupção é afastada da imagem de Costa e Silva, um sentido valoroso para uma construção de uma figura que, agora, torna-se política e almeja a presidência da República nos próximos meses, pois transmite uma sensação de confiança ao leitor. Ainda em “Um durão”, Mercadante conta uma história sobre como Costa e Silva, certa feita, acabou com uma rebelião dos bombeiros apenas ordenando que as tropas rebeladas voltassem ao quartel, afirmando que aquilo era indisciplina. Essa sequência atribui um forte traço de autoridade e respeito ao personagem.

Mas essa não deve ser a imagem definidora do personagem prestes a se tornar presidente. Se Mercadante fez questão de atenuar o tom do relato antes de apresentá-lo como “durão”, faz isso de maneira ainda mais caricata depois. Inicia o episódio seguinte falando sobre como Costa e Silva só usa a mão esquerda quando está bravo, ou quando “a coisa fica preta” (MERCADANTE, 1966c, p. 28), um exemplo é quando acompanha os jogos do Flamengo e utiliza a canhota para dar soquinhos na palma da mão direita. O personagem ganha o traço de

flamenguista doente, outra característica geradora de identificação, e o narrador encerra a sequência incorporando uma doçura quase encantadora ao perfilado:

*Mas êsse homem franco, rude e autoritário, tem o seu lado ameno: gosta de dançar com a espôsa e, às vezes, põe um disco na vitrola e dá uns volteios com dona Iolanda pela sala; aprecia boas anedotas e as conta com muita graça; levanta-se sempre assobiando e arrisca um lá-lá-lá no chuveiro; é capaz de passar uma hora entretido com o nascer ou o pôr do Sol; acha o mar muito bonito mas se entusiasma mesmo é diante de montanhas; antes de ser ministro saía para longos passeios matinais carregando uma bengalinha e balas para as crianças que ia encontrando no caminho; e escreveu muita poesia quando môço. Uma delas começa assim:  
- Eu sou a abelha do amor. (MERCADANTE, 1966c, p. 28)*

Não por acaso a narrativa segue com um novo episódio nomeado por Mercadante como “*Uma aspiração*”; logo após o giro de durão para uma figura sensível, generosa e poética do velhinho de bengala que distribui doces, o perfil passa a abordar a maior pretensão de Costa e Silva: tornar-se presidente do Brasil. O texto aborda brevemente a trajetória do militar até se tornar candidato, ressaltando o seu prestígio dentro das Forças Armadas. Em mais de uma passagem, Mercadante supõe que esta é uma eleição já ganha, pois conta com quase unanimidade entre a oficialidade e no Congresso, responsável pela eleição indireta, “*já armou um esquema poderoso*” (MERCADANTE, 1966c, p. 28). Mas, claro, a narrativa também precisa legitimar seu nome para a população brasileira, mostrando que já possui inserção positiva na boca do povo: “*Seus partidários afirmam que na simpatia popular seu nome vem crescendo na medida em que êle representa as aspirações do povo por uma vida melhor, menos sacrificada, mais digna e mais humana*” (MERCADANTE, 1966c, p. 28-29) Ao afirmar que seu prestígio vem crescendo entre o povo e que ele representa os anseios da sociedade, a narrativa pode dar peso para a figura perfilada entre leitores que mal conheciam o militar.

Depois, a narrativa se volta para a plataforma de governo sonhada por Costa e Silva, apresentada de forma superficial e vaga, ela se baseia no binômio Paz e Produção, essenciais para o desenvolvimento, segundo “seu Artur”. “*E o que ele se propõe é pacificar a família brasileira e estimular a produção de tal modo que o País acelere sua marcha para o desenvolvimento*” (MERCADANTE, 1966c, p. 29). O discurso simplista nada diz de fato sobre como irá governar ou suas estratégias para solucionar problemas do Brasil, mas, dentro da proposta do texto, não deixa de ser uma plataforma convincente e sedutora para um leitor desatento e que procura soluções simples. O texto reforça sua capacidade para gerir o Brasil ao adicionar traços ao personagem como a preocupação em aprender com exemplos do exterior, mostrando que em sua recente viagem buscou conhecer como cada um dos sete países visitados

lidava com problemas de habitação, alimentação, educação e assistência social. Como se o fato de ter visitado “silos da Alemanha”, “casas populares da França e da Itália” e “escolas inglesas” legitimasse ainda mais sua capacidade de “desenvolver” o Brasil, com soluções de fora, ou melhor, da Europa, reforçadas pelos complementos. O final dessa sequência mostra um personagem pacificador, conciliador e comprometido com a democracia:

*Outro sonho do general é oferecer uma paz integral a tôdas as facções políticas nacionais e levar as correntes a trabalharem com êle pela prosperidade do Brasil. Êle não diz, mas seus colaboradores sabem que sua maior obra será a de encaminhar o País para uma redemocratização ampla e sem preconceitos. (MERCADANTE, 1966c, p. 29)*

É evidente que munidos da principal arma da História, a retrovisão, temporalmente afastada dos fatos, as palavras acima parecem irônicas e bastante incômodas, principalmente por referirem-se ao líder da ditadura no período de edição do AI-5, associado na narrativa a conceitos como paz e democracia. Entretanto, escritas enquanto Costa e Silva ainda era candidato, atribuem um sentido de conforto e tranquilidade aos leitores de *Realidade*.

Em seguida, o perfil é dedicado ao lado “político” de Costa e Silva:

*Surpreendentemente hábil, o general Costa e Silva vai consolidando sua candidatura dia a dia. Ora cala, ora solta uma frase e evita sempre os tropeços. Até agora vem contornando todos os obstáculos. Logo mais vai começar a saltá-los. Se ficar bravo, então passará a chutá-los. E dizem que êle chuta forte. (MERCADANTE, 1966c, p. 29)*

A frase final também é o entretítulo em destaque na página dupla final da reportagem, *Se ficar bravo, seu Artur vai chutar os obstáculos. E chutar forte.*

Figura 9. Feliz aniversário seu Artur – imagem 3



Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 02, maio de 1966.

A frase de Mercadante podia prenunciar uma expectativa de enrijecimento do regime com a eleição do novo presidente. Chutar os obstáculos era justamente a forma de governar instaurada com o Golpe de 64, seja por uma suposta institucionalidade, uma legalidade mascarada, como os atos institucionais, ou de forma mais repressiva, violando Direitos Humanos e promovendo o Terrorismo de Estado, institucionalizado pós-AI-5, em nome da Segurança Nacional. Portanto, dependendo do conceito de “obstáculo” assumido pelo leitor, é possível que Mercadante tenha tentado preaver os leitores do que imaginava estar por vir, dada a fama de autoritário da figura que perfilava.

Seja uma crítica consciente ou não, fato é que o texto logo volta ao tom moderado e enaltecedor do personagem. Mostra como divide o tempo entre a política (manhã e noite) e o ministério (tarde); como recebe em casa os deputados, senadores e líderes sindicais, conquistando cada vez mais admiradores, pois é um ouvinte atencioso e responde de forma descontraída, informal e tranquila. “*Deixa os visitantes à vontade. Não se preocupa em brilhar, mas em entender e em se fazer entendido. E consegue porque clareza é o que não lhe falta*” (MERCADANTE, 1966c, p. 29). A sequência ainda termina com uma fala de Vicente Rao, após um encontro de duas horas “- *Digam o que disserem, o general tem uma cultura esplêndida*” (MERCADANTE, 1966c, p. 29).

Em “*O candidato*”, são apresentadas diferentes opiniões a respeito de Costa e Silva. Para Ibrahim Sued: “*Depois de um Deodoro é preciso um Floriano para chegar a Prudente de Moraes*” (MERCADANTE, 1966b, p. 29). Para Nelson Rodrigues “-*Nunca houve um candidato tão candidato, tão eleito, e tão empossado*”. Carlos Lacerda espera um governo contrário ao que está posto e, por outro lado, Castelo Branco espera a continuidade do seu governo. Percebe-



se a eleição de Costa e Silva dada como certa, inquestionável; a associação da sua figura ao autoritarismo; e a crença em uma sucessão civil após o seu governo. *Realidade* coloca o que provavelmente seria a opinião editorial da revista na boca de um motorista qualquer com um teor crítico, a fim de evitar qualquer conflito com o sistema instaurado:

*Ao homem comum, da rua, do povo, a candidatura do seu Artur será a de um candidato em que não se vai votar diretamente. Um motorista do Rio afirma mesmo que se sente castrado em relação às eleições:  
- Se eu não votar, nem digo nada. Eles que se virem. (MERCADANTE, 1966c, p. 29)*

Essa estratégia pode ser compreendida como uma pequena forma simbólica contestatória em uma narrativa hegemonicamente favorável ao perfilado, mas nessas dissimulações sutis é possível desviar a atenção do leitor e inserir a opinião anti-sistêmica e pró-democracia da revista.

Mercadante cria a sequência final, “*Um presente*”, trazendo novamente um pouco da rotina de Costa e Silva, misturando a vida política a traços da vida cotidiana.

*E enquanto não se abrem as convenções partidárias, seu Artur vai indo, bom como sempre, levantando cedinho, lendo todos os jornais, tecendo com habilidade sua teia eleitoral, dirigindo seu ministério, onde vem realizando obras de vulto – como a construção de milhares de casas para os militares – tomando seu uisquezinho – puro, com gelo – relendo seus clássicos de vez em quando e deitando tarde. (MERCADANTE, 1966c, p. 29)*

Faz isso para mostrar que a rotina segue na expectativa pelo dia 3 de outubro, quando, *se tudo correr bem*, será eleito presidente da República pelos 475 parlamentares que votarão no Congresso. Mercadante elabora um jogo retórico com a data para retomar o título e o início do texto, numa espécie de fio condutor da narrativa. *Do outro concorrente, não se sabe o nome. Nem dos vices. Mas é muito possível que seu Artur esteja firme no páreo e também que ganhe disparado. Será a realização de um sonho e até um presente de aniversário. Seu Artur faz 64 anos a 3 de outubro”* (MERCADANTE, 1966c, p. 29).

O perfil que apresenta Costa e Silva aos leitores de *Realidade* foi publicado antes do perfil de Castelo Branco, analisado anteriormente. É possível notar semelhanças na estrutura narrativa de ambos, com o estilo de Mercadante bem demarcado, recorrendo a saídas muito parecidas em ambos os casos para construir os personagens: a afetividade com a família; traços pessoais privados, geralmente com cenas do cotidiano; a capacidade de mesclar perfeitamente a dureza quando se trata do trabalho, com seriedade e responsabilidade, e a leveza nas relações interpessoais. Nesse caso, a ideologia pode operar por meio da unificação, criando nos

personagens uma identidade que corresponde às expectativas do brasileiro médio leitor de revistas, utilizando a padronização como estratégia de construção simbólica, em ambos os casos, pois, analisados de forma mais geral, ambos os perfis, de Castelo Branco e Costa e Silva, partem de um mesmo referencial padrão como modelo de homem ideal para liderar a nação, produzindo identificação e confiança do público. Entretanto, o perfil de Costa e Silva é sutilmente menos simpático. A relação com o autoritarismo fica evidente, até mesmo nas cenas em que Mercadante tenta afastar essa característica, pois a imagem mais dura sempre volta, seja nas descrições do narrador, na fala de outras pessoas e até mesmo na fala do próprio perfilado. O incômodo no texto aparece principalmente quando fala sobre as eleições indiretas. O fato de ser parabenizado cinco meses antes, de todos já saberem o desfecho do pleito, e isso ser dito repetidas vezes, pode demonstrar uma crítica da publicação em relação ao regime ditatorial e à falta de democracia. A reiteração do fato ao longo de todo o texto evidencia isso.

Com a confirmação da chegada de Costa e Silva ao poder, *Realidade* toma a figura do novo ditador como pauta em outras oportunidades, mostrando uma necessidade maior de construir e reconstruir esse personagem por diferentes vieses, em um diálogo cada vez mais próximo e necessário com a Ditadura, por se tratar de um veículo da grande imprensa em um cenário que caminhava para o aumento da repressão e o cerceamento cada vez maior da liberdade de expressão.

### **3.3 A JORNADA DO HERÓI DO MENINO ARTUR**

Na edição de número 11, de fevereiro de 1967, *Realidade* publicou o segundo perfil do Marechal Artur da Costa e Silva. Nesse momento, ele já havia sido eleito Presidente da República de forma indireta e aguardava a data da posse, que aconteceria no dia 15 de março. Coincidência ou não, o fato é que a reportagem apareceu em momento oportuno, pós-edição 10, a edição sobre mulheres, censurada e apreendida. O número 11 abre com um extenso editorial explicando o caso, apresentando o requerimento de apreensão por conter reportagens “obscenas e profundamente ofensivas à dignidade e à honra da mulher” (REALIDADE, jan. 1967, p. 6). Além disso, o editorial “*A edição proibida*” traz as alegações da defesa da revista. Se o objetivo dos perfis dos líderes da ditadura era estreitar as relações com o governo como estratégia de sobrevivência, essa era uma excelente hora de publicar outro desses textos de Mercadante.

Dessa vez, Mercadante vai legitimar a figura de Costa e Silva retornando a sua cidade natal, Taquari, no Rio Grande do Sul. “*Um garôto chamado Artur*” é um exemplo da estratégia de construção simbólica da narrativização proposta por Thompson (2011), ou seja, retornar às origens do novo líder do governo ditatorial, buscar o passado, a história do seu pai e da sua mãe, sua infância, seus amigos, o tempo de escola, tudo isso a fim de justificar o exercício do poder no presente.

O trabalho de apuração do repórter é bem evidente nas linhas do texto. Mercadante circulou por Taquari, conversou com moradores, acessou jornais antigos como “O Taquaryense” e teve acesso a documentos do Colégio Militar de Porto Alegre, como as notas dos ex-alunos. A iconografia escolhida para compor a reportagem é do acervo familiar de Costa e Silva, funcionando quase como um álbum da família nas páginas do perfil: fotografia do militar quando era mais jovem, de uma recente visita que fez a Taquari, do seu pai, da sua mãe, da casa em que nasceu, do comércio do avô onde o pai e a mãe de Costa e Silva se conheceram, de uma parte da cidade em que costumava brincar com os amigos, da turma do Colégio Militar e o quadro de notas na escola.

Mercadante inicia a narrativa apresentando brevemente características de Taquari e mostrando que, no local, seu personagem perfilado é um cidadão comum, como qualquer outro habitante da cidade.

*No Bar Gaúcho, o melhor da Sete de Setembro, principal rua de Taquari, pequena cidade de seis mil habitantes do Rio Grande do Sul, o garôto Diógenes, filho dos proprietários, enquanto ajuda a servir as mesas, gosta muito de conversar com a freguesia:*

*- O senhor já conhece a última do Artur?*

*Em Taquari, é assim: lá o futuro presidente, marechal Artur da Costa e Silva, não é presidente, não é marechal, não é Costa e Silva e não é nem seu Artur. Lá, êle é o Artur. Para o garôto Diógenes e para todo mundo. Pois o Artur nasceu em Taquari. E a cidade é íntima do seu filho ilustre. (MERCADANTE, 1967a, p. 64)*

Então, o narrador volta ao passado para falar do dia do nascimento de Artur, no casarão dos Costa e Silva. Mercadante aproveita para utilizar o mesmo recurso do perfil anterior, criar uma relação entre o nascimento e a eleição, pois ambos os fatos ocorreram em um de 3 de outubro. Em um diálogo de terceiros, o personagem aparece como uma figura honrada, que cumpre seus compromissos.

*- Êle esteve aqui em julho, durante a campanha.*

*- Pois trouxe até o Pedro Aleixo.*

*- Êle prometeu voltar, depois da posse.*

*- Se o Artur falou que vinha, êle vem.*

*- O Artur tem uma palavra só.*

*- Ah! Isso é verdade. (MERCADANTE, 1967a, p. 65)*

Ao colocar essas palavras em um diálogo entre moradores que conhecem a essência do personagem, suas raízes, o “verdadeiro” Artur, a figura do novo presidente ganha força e a narrativa produz efeitos de responsabilidade e confiança.

Aleixo, o pai de Costa e Silva, passa a ser o foco da narrativa. Sua história de superação constitui um exemplo de esforço e meritocracia. Menino pobre, filho de agricultores, sonhava com a cidade. Estava destinado a passar a vida no campo, até conhecer um salvador, Antônio Porfírio da Costa, que ofereceu uma vaga no comércio, com possibilidade de fazer carreira. Ele se tornou o menino do armazém. Durante o dia, vendia, fazia entregas e cuidava da limpeza. E à noite, à luz de um candeeiro, aprendeu a ler sozinho, “*no sótão, lutava com os jornais até cair de sono*” (MERCADANTE, 1967a, p. 65). A valorização do sofrimento e da persistência de Aleixo, por associação, agregam sentidos positivos à figura do perfilado principal. E o esforço, no fim, traz uma recompensa: “*A seriedade, a força de vontade e o espírito do jovem Aleixo acabaram por conquistar a amizade do seu patrão Antônio Porfírio da Costa e o coração de uma de suas filhas, Almerinda. Môço, o guri de Beira do Rio tornou-se sócio do patrão. E, depois, genro*”. (MERCADANTE, 1967a, p. 65)

Já a mãe de Costa e Silva, Almerinda, representa o oposto. Ingrediente perfeito para a narrativa adquirir pitadas de um conto de fadas. Filha de comerciantes, ela não era pobre. Recebeu instrução, “*com um verniz de línguas e de música*” (MERCADANTE, 1967a, p. 65).

*Almerinda e Aleixo conheceram-se meninos. Ela, a filha do patrão. Êle, o menino do armazém. Mas, aos poucos, o guri foi se tornando gente de casa. Quando Aleixo pediu Almerinda em casamento não houve surpresa, como se a família, há muito, estivesse preparando a união.* (MERCADANTE, 1967a, p. 65-66)

Além da história do casal, Mercadante ainda faz menção a Adroaldo Mesquita da Costa, irmão de Almerinda, ex-ministro da Justiça no governo Dutra, procurador geral da República e Conselheiro de Costa e Silva.

Ao falar das características de Aleixo e Almerinda em relação aos filhos, Mercadante parece descrever Artur da Costa e Silva, muito semelhante ao personagem de “*Feliz Aniversário Seu Artur*”, como se o filho tivesse moldado sua personalidade em uma síntese perfeita do pai e da mãe:

*Menino Artur nasceu numa família de muitos irmãos – eram 11 ao todo – em que dona Almerinda, a mãe, funcionava como disciplinadora, e seu Aleixo, o pai, era uma espécie de poder moderador. Ambos deixaram fama de grande bondade, mas*

*enquanto o marido tinha gênio alegre e brincalhão, a mulher era mais fechada e severa.* (MERCADANTE, 1967a, p. 66)

A estrutura familiar de Artur apresentada no texto também é ideológica, apesar de soar com naturalidade, é preciso compreender que esse modelo de família adquire sentido positivo apenas porque é o modelo hegemônico aprendido culturalmente como forma para uma família feliz. O lar estável de Costa e Silva corresponde às expectativas tradicionais da época, com caracterizações que incorporam sentido ainda mais forte para essa construção, como o pai, a mãe, os filhos, a casa que era dos avós, o conforto, o calor humano em casa, o quintal, o jardim, a horta, o pomar. O personagem é fruto de uma estrutura sólida, que corresponde ao padrão e sustenta um modelo naturalizado, portanto, ideológico, pois a formulação mental automática esperada quando se pensa em alguém vindo dessas condições é de uma pessoa íntegra, boa, por isso, trazer esses elementos à narrativa pode levar a certos resultados de produção de sentido.

Esse episódio ainda aborda a cidade de Taquari na época do nascimento de Costa e Silva. Afirma que a cidade progredia, tornava-se um importante entreposto comercial e tinha um teatro. Mercadante mostra que a República acabava de completar dez anos e traz uma citação do jornal O Taquaryense da época: *“Límpidos e serenos parecem correr os dias da República Brasileira, sem nuvens que toldem a sua vida política, sem embaraços que entorpeçam as suas energias administrativas”*. (MERCADANTE, 1967, p. 66) Não se pode afirmar as reais intenções para tal escolha, mas pode soar ironicamente como um paralelo à situação oposta que o Brasil vivia durante a produção do perfil.

Por volta da metade do texto, Mercadante entra especificamente na figura do seu perfilado e na sua infância. Após cercar o contexto com informações sobre a família e a cidade, como uma primeira parte de uma biografia, o *“menino Artur”* entra em cena como personagem principal. Os primeiros passos apresentados na narrativa seguem toda a sequência lógica esperada: batismo, primeira comunhão, alfabetização, estudos em uma boa escola. Para agregar traços de distinção ao personagem que justifiquem seu protagonismo, o narrador afirma que ele era *“o primeiro”* na escola; e fora da escola também, como o mais *“arteiro”*. O autor corrobora suas afirmações com depoimentos de moradores de Taquari:

- *Era um menino atilado – diz o sr. Gontran Saraiva, notário aposentado, que foi vizinho e colega de Artur.*
- *Um guri autoritário. Mandão como êle só – afirma Doralino de Oliveira Reis, comerciante, também amigo de infância de Artur.*
- *Mas sempre teve um coração muito bom – assegura Hirandino, irmão de Doralino.*
- *Era o bamba em português e Matemática – lembra Camilo Pereira da Silva, sitiante, seu contemporâneo na escola.* (MERCADANTE, 1967a, p. 66)

Repare que a pecha de autoritário sempre se faz presente nas construções acerca de Costa e Silva. É difícil desassociar sua imagem dessa característica, e o narrador faz questão de ressaltá-la em ambos os perfis. Na forma como foi colocada aqui, torna-se extremamente sutil, uma boa estratégia para não soar agressivo com o perfilado, o que, certamente, não é a intenção de *Realidade*, nem da equipe, nem da *Abril*. A estratégia do *morde e assopra* fica nítida. Costa e Silva aparece como autoritário entre duas características positivas, tanto é que logo em seguida aparece a ressalva: “*mas sempre teve um coração muito bom*”. Além disso, o ato de colocar a característica na fala de um outro personagem, no formato de diálogo, entre três outras falas que o exaltam, exime a revista e torna o fato muito mais leve. Depois, a fala de Odorico José dos Santos, “*um velho negro de ar bondoso, que foi barbeiro do menino Artur*” (MERCADANTE, 1967a, p. 67), legitima a ascensão de Costa e Silva à presidência, mostrando como algo natural para quem o conhecia no passado, pois as expectativas eram altas sobre um personagem que se constrói como excepcional em sua cidade natal.

*- De menino, de môleço e de homem feito. Aqui em Taquari fui eu sempre quem o serviu. Vi nascer-lhe a barba. E sempre confiei nêle. Quando chegou a ministro eu disse, em casa, para a velha: agora vai a presidente. E foi. Para mim nem foi espanto. Há 60 anos eu sei que êle é uma cabeça.* (MERCADANTE, 1967a, p. 67)

Em seguida, o narrador destaca o lado “arteiro” do personagem na infância. A sequência apresentada justifica a vocação militar de Costa e Silva, que gostava de brincar de guerra. Com a instalação do Tiro de Guerra na cidade, os meninos marchavam atrás dos soldados. O instrutor aborrecido falava: “*-Sai daí gurizada! Seu dia de soldado ainda vai chegar...*” (MERCADANTE, 1967, p. 67) A fala colocada na narrativa parece predizer o futuro do “menino Artur”. Além disso, o episódio apresenta Costa e Silva como uma figura de liderança desde a infância:

*Mas o dia de se incorporar ao Tiro estava tão longe, que o menino Artur resolveu fundar com os amigos um tirinho de guerra particular, sob seu comando, com bandeira, capacetes de papel e espingardas e espadas de pau. Como bons gaúchos, porém, os cavalos que usavam em suas batalhas simuladas eram de carne e osso. Daí o desastre.* (MERCADANTE, 1967a, p. 67)

Isso leva a uma cena em que o tirinho se choca com um grupo semelhante fundado por meninos rivais da turma de Artur. Na batalha, Costa e Silva perseguiu o comandante rival e ambos invadiram uma loja de um amigo do seu pai, a cavalo, “*deixando atrás de si muita louça quebrada e pilhas de mercadorias derrubadas*” (MERCADANTE, 1967a, p. 67) A mesma

dualidade nas personalidades do pai e da mãe de Artur é reiterada: Aleixo pede desculpas e paga o prejuízo; Almerinda aplica um castigo no garoto. A cena é um ponto de virada na narrativa, mudando o rumo da vida do protagonista, que assume o papel ao qual estava destinado a cumprir, dando início a trajetória coerente e justificada até o posto de presidente da República. “- *O jeito é mandar êsse guri para o Exército. Se quer ser soldado, vá ser de verdade. Para comerciante é que êle não dá*” (MERCADANTE, 1967a, p. 67).

*Artur, então um garoto forte, dividido entre suas batalhas fictícias, banhos de rio, brinquedos em volta da lagoa e grandes galopes nos campos sulinos, tinha a vida por decidir. Seu pai sonhava formar todos os filhos. E Taquari já dera tudo quanto podia a Artur. A vocação do filho para as armas e a instalação do Colégio Militar em Pôrto Alegre eram coincidentes. Artur candidatou-se e foi aprovado. Mais do que isso, foi classificado para cursar o segundo ano, correspondente ao segundo ginásial. A escola de dona Ana Job e a irmã Alzira haviam-no preparado muito bem. (MERCADANTE, 1967a, p. 67)*

O personagem, então, recebe uma carga de sofrimento, para chegar à superação. No primeiro ano, não consegue se habituar à mudança de rotina e retorna nas férias apenas como um aluno “razoável”, devido ao novo ambiente, o rigor disciplinar e o regime de internato. A narrativa caminha como uma jornada do herói, e a irmã Alzira assume a figura do mentor (VOGLER, 2015), responsável pela reviravolta rumo ao primeiro lugar de sua turma. Sua irmã já tinha assumido esse arquétipo na narrativa em um momento anterior, ao ser a responsável pela alfabetização de Artur e prepará-lo para enfrentar a vida escolar.

*Estimulado por Alzira, a irmã mais velha, prometeu se atirar aos estudos:  
- Mas que fracasso, hem Artur? – espicaçava a irmã. Estás sendo passado para trás. Nunca pensei que que (sic) isso pudesse acontecer.  
Artur meteu-se em brios. E, desde então, foi o primeiro da classe. Nas férias seguintes, tinha galões para exibir a Alzira:  
- Olha aqui Ziloca. Teu irmão agora é capitão-aluno.  
De capitão-aluno foi promovido a comandante-aluno, com a patente de tenente-coronel, a máxima dentro de Batalhão Colegial. (MERCADANTE, 1967a, p. 69)*

No Colégio Militar, Costa e Silva foi colega de muitos militares que anos depois ocuparam postos de destaque, que são citados no texto. Mas um personagem em especial é introduzido na narrativa com mais evidência: Humberto de Alencar Castelo Branco. Mercadante cria uma espécie de rivalidade entre os dois. O título, destacado na página, é: “*Castelo foi seu colega e grande rival nas notas*”. Castelo Branco era seu subcomandante e tinha a patente de major, ou seja, ocupava postos hierarquicamente inferiores à Costa e Silva.

Em todas as comparações feitas, a superioridade de Costa e Silva é destacada. “*O aluno Artur foi sempre melhor que o aluno Humberto, ambos matriculados no Colégio Militar no mesmo dia, 17 de junho de 1912. [...] Humberto era aluno gratuito. Artur, aluno contribuinte. Eram rivais nas notas*”. (MERCADANTE, 1967a, p. 69) No boletim do último ano, apresentado no texto, Humberto não é melhor em nenhuma das disciplinas (português, francês, inglês, Geometria, História Natural e História do Brasil). E também não possui nenhuma nota mais alta em infantaria, tiro ao alvo, esgrima, equitação e ginástica-natação. Além disso, Humberto não participava da banda, enquanto Artur era bom clarinetista e melhor ainda na flauta. Ou seja, é narrada uma clara superioridade de Costa e Silva em diferentes aspectos quando comparado ao seu antecessor na Ditadura. A narrativa aponta que a transição de comando do governo ditatorial representa um avanço, com uma figura mais capacitada, um passo para o progresso do Brasil.

Depois, a narrativa aborda as férias de Costa e Silva quando retornava à Taquari e volta a apresentar traços da sua vida cotidiana. Ressalta como sua chegada no porto era uma festa, aguardada pela família e pelos amigos. Mostra que o tirinho deu lugar a um clube de futebol. E até nisso o personagem era bom: “*jogava na ponta esquerda, tinha boa corrida e chutava com os dois pés*” (MERCADANTE, 1967a, p. 69).

A rotina de Artur, descrita no texto, beirava a de um ser humano ideal: atlético, estudioso, familiar, erudito: “*de manhã, futebol ou natação; a tarde ficava dividida entre passeios a cavalo e o estudo das matérias em que se considerava mais fraco; e a noite com a família em torno do piano*” (MERCADANTE, 1967a, p. 69). Ainda é narrado como começou a frequentar um dos clubes de Taquari, o Renascença, “*onde aprendeu a dançar e arriscou seus primeiros namoros*” (p. 69). Mercadante não deixa de tecer suas impressões pessoais de sua visita à cidade: “*Havia, como ainda há hoje, muita moça bonita em Taquari*” (p. 69). E, como era de se esperar, o personagem obtém sucesso também nesse aspecto: “*E Artur, um moço muito galante, fazia sucesso dentro da farda impecável*” (p. 69). A essa altura a narrativa já se torna uma sequenciação de exaltação à figura perfilada, com uma série de êxitos e aspectos sempre muito positivos. Para fechar a cena das férias, o personagem ainda ganha a característica de poeta, “*dentro da mais absoluta métrica e de um romantismo derramado, como as da época*” (p. 69). E, evidentemente, a forte presença da religião em sua vida ainda é destacada antes do fim, pois opera ideologicamente como forma simbólica de legitimação, ao representar o personagem de acordo com os valores morais hegemônicos da sociedade da época: “*Durante as férias, Artur frequentava a igreja regularmente, assistia às missas dominicais e comungava. Sua mãe dera-lhe Nossa Senhora do Rosário por madrinha espiritual e êle tinha especial*



*devoção pela madrinha e por São José, o padroeiro da cidade”* (MERCADANTE, 1967<sup>a</sup>, p. 69).

Encaminhando-se para o final da narrativa, o personagem parte para o Rio de Janeiro, na Escola Militar do Realengo. Mais uma vez, as dificuldades aparecem e são superadas com a ajuda de uma figura mentora, que representa outra virada na vida do protagonista.

*Um sôldo modesto amarrava os alunos ao Realengo. Ganhava-se tão pouco que a única distração possível era chupar laranjas nos ambulantes da redondeza. Até que um professor gaúcho, o general Severo Barbosa, começou a convidá-lo para freqüentar sua casa, em Deodoro. Artur gostava do professor, gostava do churrasco dominical e do chimarrão, mas gostava, ainda mais, da filha do anfitrião.* (MERCADANTE, 1967a, p. 71)

O fato serve como gancho para introduzir Iolanda, sua esposa, na história, em uma cena com um amigo na casa do general Severo Barbosa:

*- Essa é a guria com quem eu vou casar.  
Agnaldo explodiu:  
- Não amola, Artur. É uma menina de dez anos. Uma criança!  
Artur bateu levemente na cabeça, gesto muito seu até hoje, e respondeu sem se alterar:  
- Mas ela vai crescer. Agnaldo. Ela vai crescer!  
A menina se chamava Iolanda. É hoje a senhora Costa e Silva.* (MERCADANTE, 1967a, p. 71)

Depois de concluir o curso, voltou para férias breves em Taquari. A narrativa sempre destaca como ele era recebido com festa na cidade, e como ele corava a cada nova visita em que alcançava um novo patamar na carreira.

Mercadante inicia um novo episódio indicando que abordará a atuação de Costa e Silva na política, mas a sequência é um pretexto para inserir novos elementos à narrativa que reforçam a história de amor. Ele narra um episódio em que Artur foi preso por seis meses na Baía da Guanabara, a bordo de um navio, quando tentava sublevar a Vila Militar em 1922. A cena inusitada no cárcere dá título à página final do perfil na revista: *“Pedi Iolanda em casamento quando estava prêso”*. Foi durante uma visita do general Severo Barbosa:

*- Não é muita ousadia pedir uma jovem em casamento quando se é prêso político e não se sabe do futuro?  
- É – concordou Artur.  
Mas, assim mesmo, obteve o compromisso de noivado.* (MERCADANTE, 1967a, p. 71)

Por fim, a narrativa apresenta um retorno recente de Costa e Silva a Taquari, no ano anterior a publicação do perfil, recebido com festa ao lado de Iolanda e de sua comitiva. A narrativa do retorno redentor possui ares épicos e emocionantes:

*Em tôda cidade brasileira a que chegava era recebido com festividades. Mas aquela era a sua cidade. E quando começou a percorrê-la a pé, entre alas de colegas que agitavam bandeirinhas, o caminho da igreja à casa da família, os velhos prédios seus conhecidos, os rostos amigos a lhe recordar o passado, Artur chorou.* (MERCADANTE, 1967a, p. 71)

Essa sequência final traz uma maior sensibilidade ao relato com o retorno do personagem a sua cidade natal. Mostra que Taquari tem esperança de voltar a progredir com a ascensão do “*seu filho*” à presidência, retomando o passado de glórias da cidade, pois ela estava reduzida a um município agrícola no momento da publicação.

A cena final traz três amigos de Costa e Silva conversando casualmente e tomando chimarrão em Taquari, enquanto comentam com naturalidade um feito do amigo ilustre. “- *Sim, senhor, hem – estará dizendo o Gontran – então o Artur estêve com o Johnson*”. (MERCADANTE, 1967a, p. 71)

Não é intenção deste trabalho a tentativa de encaixar os objetos analisados em modelos explicativos, mas, como afirmou Motta (2013), a gama de elementos que podem auxiliar na análise da narrativa é muito variada e, nesse caso, um olhar para a composição da história, dos acontecimentos e do personagem, dialogam de forma muito próxima com a Jornada do Herói, um padrão mental que Mercadante pode ter usado intencionalmente ou não.

O padrão da Jornada do Herói é universal, recorrente em todas as culturas e em todas as épocas. Como a evolução humana, ele é infinitamente variável e, ainda assim, sua forma básica permanece constante. A Jornada do Herói é um conjunto incrivelmente tenaz de elementos que brota incessantemente dos rincões mais profundos da mente humana; diferente em detalhes para cada cultura, mas fundamentalmente o mesmo. (VOGLER, 2015, p. 42)

Ou seja, o herói da narrativa, o menino Artur, sai do *Mundo Comum*, a cidade de Taquari e é *Chamado à Aventura*, pois seu espírito de menino “arteiro” e inteligente não pode ficar preso à pequena cidade. Ele parte rumo a Porto Alegre para o Colégio Militar e, após o *Encontro com o Mentor*, consegue fazer a *Travessia do Primeiro Limiar*, superando as barreiras encontradas e concordando em lidar com as consequências do desafio que surge. Na trajetória passa por *Provas, Aliados e Inimigos*, é criada uma rivalidade por notas com Castelo Branco, depois recebe um soldo baixo que não o permite fazer nada, encontra o futuro sogro como um

aliado importante e novo mentor, e é preso. Mas toda a trajetória faz sentido e caminha para a dupla *Recompensa*: conhece sua esposa e chega à presidência da República. Ao fim, acontece o *Retorno com o Elixir*, depois de passar por sua jornada e cumprir suas missões, ele retorna vencedor para Taquari, desfilando pela cidade prestes a se tornar o presidente do Brasil. Claro, o modelo de Vogler (2015), uma adaptação da proposta de Joseph Campbell em *O herói de mil faces*, é flexibilizado aqui, com algumas diferenças e supressões, apenas para mostrar como a figura mítica criada pela narrativa corresponde a estrutura mental de grandes mitos, filmes e livros a fim de incorporar traços heroicos ao protagonista e a sua jornada. Isso vai ao encontro dos pressupostos de Thompson (2011) e podemos afirmar que essa estruturação ao narrar o perfil de Costa e Silva é ideológica, pois opera como uma forma simbólica que sustenta sua posição de poder no momento da publicação, justificada pelo passado, pela sua jornada. A narrativa heroica reforça muitos traços positivos do personagem. Mercadante constrói uma figura com todos os elementos necessários para justificar o poder alcançado, legitimando a figura de Costa e Silva pela sua história de vida. Claro, uma história construída narrativamente por escolhas arbitrárias do narrador: a ordenação dos episódios e das cenas, as opções de palavras, as características acrescentadas ao personagem, os diálogos. Tudo isso torna o gênero perfil uma poderosa ferramenta de legitimação, que certamente também ganhou simpatia do próprio perfilado e colaborou para sustentar a imagem de *Realidade* com o terceiro narrador, o governo ditatorial e a nova figura de liderança, nitidamente mais autoritária que seu antecessor em um tempo em que liberdade de imprensa já era um conceito bastante flexível e incerto e, logo, tornar-se-ia inexistente.

### **3.4 A MORAL CATÓLICA DA PRIMEIRA DAMA MODELO**

A construção da figura do novo ditador do Brasil via perfis escritos por Mercadante se mostrou multifacetada e relevante dentro das proposições de pautas definidas editorialmente, pois apenas duas edições depois de ter narrado a história do menino Artur – além de já ter perfilado Costa e Silva em outra oportunidade, na edição 2 -, *Realidade* segue pautando a personalidade do próximo *presidente* da República. Dessa vez, ele aparece de forma indireta, mas não deixa de ter sua construção narrativa edificada, com novos elementos incorporados ao personagem, pode-se dizer que, agora, o narrador contou com a estratégia de construção simbólica do deslocamento, ou seja, utilizou a figura da sua esposa, Iolanda, para dar um novo ângulo de visão ao mesmo personagem que já vinha sendo construído e legitimado em edições

anteriores. O perfil da primeira dama complementa os demais, quase como um novo fascículo de uma história que vai se contando entre as edições da revista. O novo perfil é uma continuidade ao pacote de valores morais já apresentados e reiterados, reforçando que a esposa do marechal não foge à regra padrão criada socialmente, sendo mais um elemento dentro desse pacote ideológico necessário para consolidar a imagem de Costa e Silva, isto é, a grande esposa que fica na retaguarda do marido de sucesso e carrega consigo toda a carga de valores morais dominante.

O perfil intitulado **Dona Yolanda, a presidenta** inicia com a seguinte cena, ao lado de uma foto de página inteira da primeira dama sorridente e bem vestida em frente a um globo:

*A garotinha chegou em casa anunciando:*

*- Mamãe! A **presidenta** jogou um beijo para mim e eu atirei um pra ela.*

*- Que **presidenta**, menina?*

*Quem explicou foi a babá:*

*- É como ela diz, senhora. O carro ia bem devagar e nós a vimos.*

*- Vimos quem? – perguntou a patroa.*

*- A **presidenta!***

*- Mas que **presidenta** é essa? – esbravejou a dona da casa, diante da filha e da empregada.*

*A garôta e a babá se entreolharam. E a menina respondeu com a lógica irrefutável das crianças.*

*- A **presidenta** é a mulher do presidente. (MERCADANTE, 1967b, p. 29)*

Mas, logo em seguida, ao apresentar a personagem principal do perfil, a primeira informação descrita já afasta Yolanda dessa característica, de forma a mostrar que ela não toma o lugar do presidente de maneira alguma, ou seja, o presidente é Costa e Silva e, apesar da brincadeira na cena inicial com a figura da **presidenta**, esse não é o espaço dela. Isso é seguido de uma conjunção adversativa que evidencia que, por outro lado, se serve de consolo, a personagem possui outra grande competência: jogar beijo para todas as crianças, aptidão conquistada por ser avó. “*Yolanda Barbosa da Costa e Silva, mulher do presidente da República, não é a **presidenta**, como queriam a garotinha e babá, mas é capaz de jogar um beijo para cada criança que encontra. Mesmo porque, ela tem quatro netos*” (MERCADANTE, 1967b, p. 29).

Depois, surge a caracterização poética da figura da primeira dama, possível de ser visualizada enquanto as palavras são descritas, como um papel clichê e caricato de personalidades que ocupam tal posto, cumprimentando as pessoas na rua, sem distinções e com um sincero sorriso no rosto.

*O beijo para a menina, o aceno para os estudantes, o aperto de mão aos operários, o abraço à professorinha, um sorriso quase sempre e até mesmo uma lágrima de vez em quando – tudo isto que anima o dia a dia de dona Yolanda está acima da simples atitude e do cálculo político. Ela é assim: extrovertida, ativa e segura de si. Uma mulher de carne e osso, preocupada com o pêso do marido, o trabalho do filho e os estudos dos netos. Mas, ao mesmo tempo, uma mulher de olhos brilhantes, também preocupada com o destino do Brasil e disposta a tudo para auxiliar o marido a fazer um govêrno bom e justo. Ela sabe que tem pela frente um importante papel. Reconhece que sua atuação pode influir diretamente na imagem da Presidência. Dona Yolanda é o coração do govêrno de Costa e Silva. (MERCADANTE, 1967b, p. 29)*

Nessa sequência também se percebe o papel da mulher ocupando a parte emocional de uma relação, ela fica na retaguarda do marido a fim de garantir a sustentação da imagem do Presidente e da família, o alicerce por trás do sucesso de Costa e Silva, do filho e dos netos. Essa posição é claramente ideológica, valoriza a função de bengala que garante que a estrutura familiar permaneça em ordem: seu filho trabalhe, seus netos estudem e que seu marido possa ascender com tranquilidade e ficar com todo o reconhecimento merecido. Ela carrega junto todas as preocupações de todos membros da família e, se não bastasse, ainda se preocupa com o Brasil. E esse papel é bem aceito por ela, não só com fins políticos, pois essas atitudes animam o seu dia, ou seja, seu lugar como mulher está bem definido também em suas ideias, enraizado nas suas concepções, moldado de tal forma que pareça natural. Assim, a ideologia opera com a reificação, sustentando uma relação de dominação construída historicamente de forma que pareça atemporal, eliminando seu caráter sócio-histórico, construído simbolicamente na narrativa com essa naturalização dos fatos (THOMPSON, 2011). A personagem, pela posição que ocupa, colabora com essa naturalização, pois se torna um exemplo para as outras mulheres brasileiras. Portanto, ela segue o modelo ideológico dominante esperado e a construção da revista acaba disseminando ainda mais esse modelo e fortalecendo essa construção ideal e as relações de dominação.

Em seguida, Mercadante cria uma cena em que alguns estudantes de medicina esperam ansiosos pela ajuda da primeira dama, na porta de uma igreja. A missa era para que conseguissem vaga na universidade, pois haviam passado no exame, mas não existia a vaga. O texto mostra Iolanda como uma mulher sempre disposta a ajudar e que cumpre seus compromissos. Sua fé, marca constante na construção dessa personagem, é ressaltada: “- *Vamos rezar, que tudo vai dar certo!*” (MERCADANTE, 1967b, p. 29). Ela afirma aos estudantes que ganharão essa luta, até porque ela também se interessa pela pauta, visto que seu neto de 15 anos em breve estará lutando também por uma vaga na faculdade. Na cena posterior,

a conversa de Iolanda com a imperatriz do Japão também revela muito sobre a operação da ideologia no texto e o papel da mulher. A esposa de Hiroito diz:

*- É a primeira vez que com uma visita protocolar e oficial consigo conversar sobre assuntos como marido, filhos, netos, casa, empregados. E estou muito contente com isso.*

*No final da visita, a imperatriz presenteou Dona Yolanda com um corte de dez metros de seda produzida pela criação de bichos-da-seda do Palácio Imperial e ali fiada e tecida exclusivamente para uso da família imperial.*

*- Esta é a seda que, através dos tempos, veste as imperatrizes – explicou.*

*- Mas eu não sou imperatriz – disse Yolanda agradecendo.*

*- Mas vale tanto quanto uma imperatriz – replicou a anfitriã. (MERCADANTE, 1967b, p. 29)*

O caráter excepcional de Iolanda, que a diferencia de forma positiva, é justamente representar o papel de mulher dona de casa, em que os assuntos que gosta de abordar em suas conversas se referem à casa, aos filhos, ao marido. O sentido positivo e especial à figura de Iolanda ainda é reforçado ao ser retratada como merecedora da seda que veste as imperatrizes, e ainda se mostra humilde ao afirmar que não é uma imperatriz. A cena termina com a imperatriz sugerindo para a primeira dama que o filho dos imperadores, que fará uma visita de retribuição ao Brasil em breve, passe um dia com a família Costa e Silva, conhecendo o filho, a nora e os netos do casal.

A sequência seguinte aborda a candidatura de Costa e Silva e a vida política agora presente no cotidiano do casal. A narrativa ressalta como, no início, a primeira dama não gostou da ideia de o marido concorrer à presidência, pois almejava levar uma vida tranquila com mais tempo para os netos e Costa e Silva tinha prometido se aposentar antes de avisá-la que “*topou a parada*” de se tornar candidato:

*Dona Yolanda chorou. Chorou e ficou zangada. Até o coronel Mário Andreazza, que andava por perto, levou as sobras. Mas, aos poucos, ela foi se acalmando. A candidatura Costa e Silva já era um fato. Ele iria precisar muito dela. Enxugou, pois, as lágrimas, rezou e partiu para a luta ao lado do marido. Acompanhou-o em quase todas as viagens, foi sôzinha a algumas convenções a que ele não podia ir, deu entrevista, falou no rádio, apareceu na televisão, acompanhou as negociações políticas, nunca deixou faltar café nas reuniões que se prolongavam pela madrugada, fechou os olhos para a cinza que caía nos tapêtes. (MERCADANTE, 1967b, p. 29)*

Mais uma vez, o ato de rezar é destacado, com uma forte carga de devoção reiterada seguidas vezes na narrativa. Quando parece que a personagem terá certo protagonismo, o perfil retorna ao mesmo lugar comum do papel feminino, pois apesar ocupar lugar na mídia durante a campanha e acompanhar as negociações políticas, a função de Iolanda nas reuniões foi “*não*

*deixar faltar café*”, além de mais uma vez a preocupação doméstica se fazer presente, como a preocupação com a higiene da casa, nesse caso, com uma concessão para as cinzas que caíam no tapete.

Mercadante mostra que a política passou a fazer parte da rotina da primeira dama, agora conhecedora das diferentes facções envolvidas. Uma fala de Iolanda confere maior legitimidade à figura do marido, desviando o caráter pouco democrático de sua eleição, com uma falsa correlação embasada apenas em uma suposição acerca de um cenário hipotético, mas que, no contexto narrativo, produz sentidos positivos e justifica a escolha do marido, como algo inevitável em qualquer situação, portanto, pouco importa questionar a forma pela qual chegou ao poder: “- *Êle foi eleito pelo voto indireto, pois assim determinavam as regras do jôgo. Mas se as regras estipulassem a eleição direta e o Costa – é assim que ela chama o marido – tivesse tempo para fazer uma boa campanha, acredito que êle se elegeria facilmente*”. (MERCADANTE, 1967b, p. 29)

Nas páginas seguintes a escolha iconográfica segue a mesma linha do perfil do “garoto Artur”, uma espécie de álbum de família: Iolanda criança, Iolanda adulta e Iolanda com o marido e o filho ainda bebê.

Figura 10. Dona Yolanda, a presidente – imagem 1



Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano II, n. 13, abril de 1967.

A apuração nitidamente é fruto de uma entrevista de Mercadante com a primeira dama. Inclusive cada entretítulo separando os episódios é o destaque de uma frase dita por ela. A narrativa destaca rapidamente a participação da perfilada na “revolução”: *conspirei, tramei, trançei e torci*. Ao mostrar a opinião de alguns columnistas a respeito da nova primeira dama, ela ganha adjetivos como elegante, simples e digna. O texto também retoma o episódio em que Iolanda e o marido ofereceram um jantar e um baile no Ministério da Guerra em comemoração ao Dia do Soldado, rompendo com as tradições *sisudas*, a fim de *humanizar* o prédio

*aparentemente sombrio*. Até porque, na sequência do texto, afirma o temor de morar em uma residência oficial pelo seu caráter pessoal.

Mais uma vez, Mercadante constrói o aspecto feminino de acordo com os padrões conservadores, cuidar da família e da casa, cozinhar e costurar são características que a definem como “*uma mulher como as outras*”: “*Uma vida voltada para a família e para o lar é o que se encontra no passado de Dona Yolanda, uma mulher como as outras, boa dona de casa, ótima cozinheira. Até seu Artur chegar a coronel era ela quem costurava para si e para os seus*” (MERCADANTE, 1967b, p. 30). Aqui, é importante fazer uma ressalva e lembrar que esse tipo de abordagem se refere ao que Faro (1999) denominou como *aspecto conservador de Realidade*, sendo, nessa primeira fase, a transgressão o aspecto predominante nas páginas da revista. Mas é justamente em casos como esse que a ideologia opera a fim de sustentar os valores dominantes, e a questão feminina era um grande tabu, com valores muito arraigados e fortes na moralidade da época. Esse conservadorismo predominante no imaginário fica nítido com a apreensão da edição número 10 e as justificativas para tal feito. Uma edição inteira dedicada para a temática da mulher brasileira, abordando desquite, sexo, mães solteiras e protagonismo feminino incomodou e enfrentou os padrões morais, resultando na censura da revista e na proibição da circulação, sob a alegação de ser obscena e ofensiva à dignidade da mulher. Claro, os aspectos contestadores e transgressores não partiam originariamente de uma publicação combativa disposta a enfrentar a moralidade hegemônica, *Realidade* apenas dava espaço para essas discussões já presentes e bastante vivas em diversos círculos da juventude do final dos anos 60. Como bem definiu Zuenir Ventura (2018), *Realidade* era uma espécie de termômetro da juventude da época. Entretanto, nem sempre podia agir de tal forma, e a guinada ao conservadorismo, alinhada aos setores dominantes, é evidente em narrativas de Mercadante como o perfil de Iolanda e dos presidentes-ditadores.

Assim como nos outros perfis, o narrador faz alguns malabarismos retóricos para incorporar traços de humildade à personagem. Iolanda é caracterizada como econômica, não sabe “*se por índole ou por necessidade*” (MERCADANTE, 1967b, p.30). A ideia é reforçada pelo fato de ter feito feira durante anos seguidos. Essas colocações introduzem uma sequência que visa construir uma mulher livre e independente. Entretanto, os argumentos que lhe conferem tais características apenas reforçam os mesmos estereótipos anteriores, pois sua liberdade está relacionada apenas ao fato de não ficar mais presa às novelas, a conquista da independência foi largar o hábito de acompanhá-las. “*-Sou muito independente – diz hoje. Gosto da liberdade e quando percebi que estava ficando escrava do rádio, parei de uma vez. Hoje,*



*muito raramente, vejo um capítulo ou outro das novelas de televisão. Porém, ficar amarrada a elas, isso não*” (MERCADANTE, 1967b, p. 30).

A vida do casal passar ser o foco da reportagem. A nova sequência abre de forma romântica e parece introduzir um casamento perfeito: *“Seus 41 anos de casada foram 41 de felicidade e ela faz questão de frisar que ‘esta frase pode ser um lugar comum, mas nem por isso deixa de ser verdade’”* (MERCADANTE, 1967b, p. 30). Mercadante destaca a vida social e a quantidade de amigos do casal, e Iolanda faz questão de afirmar que, ao contrário do que se falava, eles não faziam *“vida noturna”*: *“Basta contar que só fui a boate uma vez e, assim mesmo, para receber a doação de um piano oferecido a uma obra beneficente de que eu estava encarregada”* (MERCADANTE, 1967b, p. 30). A narrativa fortalece a imagem de um casal reservado, tradicional, filantropo, caseiro, pois gostavam de dançar sozinhos em casa. Gostavam de apostar, ela em jogo de cartas e ele em corridas de cavalo, mas, nem de longe, a narrativa configura o fato como um defeito ou um vício, além de também afastar a personagem das bebidas alcoólicas e enfatizar a pequena quantidade de cigarros que ela consumia, formulando uma figura sóbria e perfeitamente encaixada nos padrões idealizados da moral conservadora.

*Nos cavalos, jôgo preferido do marido, nunca jogou. Mas apreciava ir ao prado e participar do entusiasmo de seu Artur.*

*- Que também jogava pouco. Só mesmo por distração.*

*Dona Yolanda não bebe álcool e fuma menos de um maço de cigarros com filtro a cada dois dias.*

*- Nos coquetéis - conta - dou uma provadinha, disfarço um pouco, e devolvo a bebida à bandeja. Não é atitude. É que eu não gosto. E eu não gosto de fazer o que não gosto* (MERCADANTE, 1967b, p. 30-31).

Ainda sobre o casal Costa e Silva, a cena seguinte mostra como Iolanda cede à vontade do marido e vai à uma ópera no Metropolitan House, em Nova Iorque. No fim, ela admite que, apesar de não ser uma obra prima, o espetáculo era *dos bons*. Portanto, percebe-se que a figura de Artur da Costa e Silva também se constrói de forma indireta durante o perfil com caracterizações positivas. Ainda nessa sequência, a perfilada faz questão de dizer sua idade verdadeira: *“- Nasci em 30 de outubro de 1909. Tenho, pois 57 anos. E nessa matéria acho a verdade indispensável. Prefiro que digam: puxa, até que para quem já beira os 60 ela não está má. Se eu dissesse que tenho 40, certamente comentariam: puxa, com essa idade ela está acabada”* (MERCADANTE, 1967b, p. 31).

Em seguida, Mercadante mostra como Iolanda está cercada de militares, seu avô, seu pai, seu marido, seu filho, seus netos no Colégio Militar, além disso, aparece como uma grande patriota. *“Ela se considera ‘milica cem por cento e verde-amarela até a alma’”*

(MERCADANTE, 1967b, p. 31). Entretanto, ela acredita que seus netos não seguirão a carreira militar, assim como seu filho, reformado, que se tornou engenheiro elétrico. Álcio, o filho do casal, ganha certo destaque e é introduzido na narrativa a fim de agregar novas valorações positivas à família, afastar qualquer desconfiança de corrupção, mostrá-los como íntegros, honestos e preocupados com a lisura e a dignidade de suas ações.

*Trabalhou algum tempo numa grande empresa norte-americana, mas – após a eleição do pai – pediu demissão e se integrou na Universidade Católica. Sua atitude foi vista por muitos jornais como prova de isenção: não quis ser, ao mesmo tempo, homem de empresa e filho do presidente. (MERCADANTE, 1967b, p. 31)*

Ao falar dos netos, a narrativa volta a tentar construir uma mulher independente e forte: os netos são “*possivelmente as únicas pessoas no mundo capazes de exercer um certo controle sobre ela*” (MERCADANTE, 1967b, p. 31). A avó Iolanda não em predileção entre os netos e considera sua nora *uma filha*.

Mas a narrativa volta a abordar Artur da Costa e Silva de forma mais direta. Em uma cena do passado, enquanto Iolanda cuida dos preparativos da festa de aniversário do marido, ele aparece como estudioso, atarefado e trabalhador. A esposa sempre fica na retaguarda, cuidando para que tudo fique em ordem no âmbito doméstico para o marido cumprir feitos grandiosos.

*O trabalho e o exército foram sempre os grandes rivais de dona Yolanda. Seu Artur andava sempre estudando ou absorvido pelo seu trabalho. Inevitavelmente, acontecia alguma coisa para atrapalhar os planos dele, como na véspera do aniversário do marido, em 1930. Dona Yolanda estava ocupada com os preparativos da festinha com que receberia alguns amigos de Seu Artur. Naquela noite, Costa e Silva demorou mais que de costume. E foi êle chegar e ela perceber que não haveria festa no dia seguinte. A cara do jovem tenente dizia tudo:  
- Vamos ter que deixar a Vila Militar esta noite. Vou levar você para a casa de seu pai, em Niterói, onde estará segura. A revolução vai estourar. (MERCADANTE, 1967b, p. 31)*

Enquanto a esposa fica na casa do pai, Costa e Silva assume o protagonismo. A cena mostra como o então tenente e seu companheiro Napoleão de Alencastro Guimarães incorporaram o 3º Regimento de Infantaria na Praia Vermelha e, para isso, precisaram apontar os revólveres para um barqueiro que recusava fazer a travessia. A questão moral por um bem maior se justifica por apresentar o personagem triunfante dias depois como porta-bandeira da revolução no centro do Rio de Janeiro. Iolanda (a perfilada, em tese a personagem principal) aparece nessa cena apenas como alguém conformada com a situação, enquanto o marido assume o destaque. “- *Mas eu já estava preparada para tudo isso. Afinal, fiquei noiva quando o Costa*

*estava prisioneiro num navio, por participação revolucionária, em 1922*” (MERCADANTE, 1967b, p. 31).

A página final do perfil abre com o título “*Meu grande sonho era ser cabeleireira*”. A narrativa volta a focar Iolanda, dessa vez como uma mulher vaidosa, *na média das mulheres brasileiras*. Ela gosta de joias, mas o *grande solitário* que usa no dedo “*não é brilhante não*” ela revela enquanto ri. Também é apreciadora de perfumes e *uma mulher elegante por natureza*. “*Já usou os vestidos de Pucci e Chane, mas prefere os costureiros brasileiros. Se divide entre os melhores, de José Ronaldo a Denner* (MERCADANTE, 1967b, p. 32). É fiel ao salão de beleza *Charming* há 20 anos. A narrativa pretende ressaltar que, apesar do status alcançado, é uma pessoa que valoriza e cultiva suas raízes. Essa produção de sentido é cuidadosamente realizada nessa sequência, alternando a mulher elegante que usa boas marcas de roupas e perfumes com a mulher brasileira média, que disfarça um falso brilhante, frequenta o mesmo salão, e está triste por só ter conseguido ir uma vez à praia no último ano, algo que gosta muito de fazer. Ou seja, apesar de ser um modelo de mulher para os padrões conservadores, construída de forma a ser admirada com deslumbre, sua figura nunca se distancia exageradamente da mulher “*tradicional*” provável leitora de *Realidade*, a fim de gerar não só admiração, mas identificação. Ela também tem ido pouco ao cinema e ao teatro. “- *Quem gosta muito de cinema é o Costa. Para êle, qualquer filme está bem. O Costa diz: quando não tem enredo bom, tem boa música, ou paisagem interessante, ou môça bonita. Alguma coisa sempre tem*” (MERCADANTE, 1967b, p. 32). A figura do marido é repetidamente retomada. Iolanda também gosta de ler, prioriza a poesia nos últimos tempos devido ao *corre-corre*, limitando-se a autores brasileiros. Ela também já escreveu algumas poesias, mais uma vez: *como o marido*. E, em um depoimento de uma professora do primário, além de exaltar a perfilada, Costa e Silva, de novo, ganha protagonismo: “- *Foi uma das melhores alunas que tive em minha vida. E eu digo isso há muitos anos, bem antes do marido dela ficar importante* (MERCADANTE, 1967b, p. 32).

Depois, o pai de Iolanda, general Severo Barbosa, é apresentado no texto. “*Perguntaram-lhe se êle era o sogro do seu Artur. A resposta veio rápida: - Eu não. Êle é que é meu genro*” (MERCADANTE, 1967b, p. 32). Apesar de se apresentar como outra figura masculina forte e de poder, mesmo essa resposta em nada ameaça o protagonismo de Costa e Silva, pois o tom foi nitidamente de humor. A narrativa retoma os mesmos fatos do primeiro perfil do ditador: Costa e Silva foi aluno do sogro; visitava a sua casa; e desde quando Iolanda tinha 10 anos o “*seu Artur*” já gostava dela. “-*Quando fiz 12 anos já havia um clima de namôro,*

aos 14 fiquei noiva e casei aos 16 (MERCADANTE, 1967b, p. 32). O namoro também assume caráter ideológico, pois, quando descrito, sustenta todo um padrão conservador e moralmente aceito e bem visto, com discrição, respeito, em frente aos pais, deixando claro os limites no início da relação, isto é, insere o acontecimento no modelo socialmente aceito, tratando-o como a forma *correta* de relacionamento, mantendo a tradição arraigada na visão hegemônica dos costumes da época, em contraponto com novas alternativas transgressoras que poderiam estar surgindo entre a juventude do período em busca de liberdade e contestação de valores, apresentando o namoro à *antiga* com sentido positivo. *Ela conta que o namôro foi à antiga, sempre perto da família, com conversas sempre diante dos pais. Ficou alguma saudade daquele tempo e em sua casa havia, até há pouco, duas pilhas de cartas; as dêle e as dela* (MERCADANTE, 1967b, p. 32). As cartas foram destruídas em comum acordo em meio às mudanças e falta de espaço. Ainda nessa sequência, a perfilada relembra de forma feliz a infância e o seu sonho de ser cabeleireira, *um desejo forte e irrefreável*. A mesma cena é descrita em uma fotografia da página anterior: uma criança *levada* de tesoura na mão que cortava os cabelos das bonecas e das amiguinhas. Certa vez, acidentalmente queimou o cabelo de uma das amigas, mas nada interferiu na amizade que seguiu ao longo da vida.

A sequência iconográfica das páginas anteriores destaca a visão de família tradicional e traz Iolanda em diferentes momentos da vida: uma foto de criança e uma fotografia atual. A legenda, “*O ar compenetrado esconde a garôta levada que dona Yolanda foi, capaz até de cortar o cabelo das amigas. Menina, ela conheceu seu Artur; e se casou mocinha. Álcio, o filho único, era criança bonita que encheu de alegria os pais corujas e deu netos a êles, corujas, agora, quatro vêzes*”, é uma síntese da constituição da família feliz e sólida do casal.

A sequência final do texto retoma e ressalta a fé católica de Iolanda, fortalecendo o sentido de uma mulher devota e religiosa, portadora e defensora dos valores cristãos, visto como ideal para o modelo ideológico dominante sustentado pela construção do perfil.

*Católica praticante, dona Yolanda é uma mulher de fé. Tem sempre uma Bíblia à mão e volta e meia abre-a ao acaso: - E encontro o que estou procurando: uma palavra de conforto e de esperança.*

*Carrega sempre, para rêzar, um terço consigo.*

*- Até no automóvel, de um lugar a outro, em vez de ficar divagando, eu prefiro a oração. E rezo. Porque acredito, e acredito cada vez mais* (MERCADANTE, 1967b, p. 32).

A narrativa ainda mostra que a primeira-dama não possui devoções especiais, mas possui uma *ternura filial por Nossa Senhora*. Além disso, perdeu o medo de viajar de avião: “*Não sei se é a idade ou a fé, pois ambas estão crescendo em mim*”. O texto também constrói

a personagem como uma porta-voz da moralidade conservadora em relação aos costumes, com suas opiniões calcadas na religião. “*Vai buscar na religião algumas respostas às grandes questões: é contra o divórcio e só aceita o controle da natalidade dentro dos preceitos da Igreja. Assim, também não acredita numa terceira guerra mundial, pois tem muita fé em Deus*” (MERCADANTE, 1967b, p. 32). A personagem sustenta as ideias dominantes do período. Esses mesmos assuntos: divórcio e controle de natalidade, já eram debatidos na época, sendo abordados até mesmo por *Realidade* sob outro prisma, dando luz às discussões contestatórias dos valores vigentes; entretanto, no caso do perfil, os temas voltam à tona pela perspectiva conservadora, reafirmados pela perfilada como o ideal por representarem o modo de vida guiado em consonância com a fé e a moral católica.

Por fim, a personagem ganha suas últimas características: não acredita em superstições, lê jornais, aprecia Chico Buarque, Elis Regina, Pelé e Paulo Autran, mas tem um carinho especial por Roberto Carlos. E a figura do marido é retomada, aparecendo como uma necessidade inconsciente sempre presente em suas falas, reforçando o sentido da conservação dos valores morais dominantes, mantendo certa “essência”, sem deslumbres com a posição que ocupam, guiados pela fé católica.

*Pára um pouco, fica alguns instantes pensando e continua, voltando a falar de si e do marido!*

*- Eu peço a Deus que não nos modifique. Nós queremos ser nós mesmos. Que Ele não nos deixe subir à cabeça as honras e as pompas da Presidência* (MERCADANTE, 1967b, p. 32).

A narrativa termina com bom humor. Ao ser questionada sobre o encontro com Johnson, ela responde: “*Muito simpático. Você sabe: os texanos são os gaúchos de lá*”.

A primeira-dama modelo é construída narrativamente naturalizando o papel da mulher como sombra de um marido protagonista, passiva, idealizada dentro de padrões morais conservadores, com caráter ideológico. Essa estratégia de construção simbólica pela qual a ideologia opera não é exclusividade dos anos 60. Vale lembrar que, quase 50 anos depois, em 18 de abril de 2016, Marcela Temer, esposa do então vice-presidente, foi perfilada na revista *Veja*, por Juliana Linhares, construída narrativamente dentro de um modelo idealizado muito semelhante, sustentando os padrões conservadores como requisitos para a posição de primeira-dama. Sob o título **Marcela Temer: bela, recatada e do lar** e o subtítulo “*A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice*”, ela assume um papel feminino muito parecido com o de Iolanda. Entre as construções feitas na narrativa estão: janta em locais caros e sofisticados;

o casal se chama por “Mar” e “Mi”; os dias de sol na praia planejados pela esposa foram frustrados pela ocupação do marido; além de ser bacharel em direito sem nunca exercer a profissão, o currículo de Marcela conta com dois concursos de miss, ambos em segundo lugar; ela é *do lar*, sua rotina é levar Michelzinho, o filho do casal, na escola, cuidar da casa e cuidar dela mesma, como nas consecutivas idas à dermatologista para cuidar da pele; o perfil traz um depoimento do cabeleireiro e um da estilista para adjetivá-la como educadíssima e recatada; a única relação apresentada no texto de Marcela com algum assunto ligado ao governo é ser o *braço digital* de Michel Temer; a mãe de Marcela a acompanhou no primeiro encontro com Temer; envia vídeos do Michelzinho pelo celular e é a inspiração para poemas escritos pelo marido. O perfil de Marcela Temer é uma clara construção de oposição à figura de Dilma Rousseff, mostrando uma mulher em um modelo antagônico ao da então presidenta que passava por um processo de impeachment, isto é, uma mulher passiva, submissa, preocupada excessivamente com a estética, à sombra de uma figura masculina mais poderosa; responsável pelos serviços domésticos. Entretanto, a produção de sentido que se pretendia positiva, sofreu amplas críticas nas redes sociais, tornando-se objeto de novas construções por parte de mulheres que de forma alguma se sentiam representadas por tal modelo e gerando campanhas contestatórias às formas simbólicas produzidas pela revista *Veja*. Ou seja, no nível da recepção, percebe-se, ao menos na publicação atual, forte resistência ao padrão apresentado na revista por parte de mulheres que não se identificam com a posição de esposa sem protagonismo e responsável pelas tarefas de casa devendo manter-se sempre com as preocupações estéticas em dia. Em relação ao perfil de Iolanda, não há informações que permitam medir a recepção por parte do público feminino, mas é mais provável que a construção correspondia às expectativas conservadoras dominantes da época e deve ter sido bem aceito por se tratar da primeira-dama. Apesar de ambas as construções apresentarem a sustentação de uma ideologia conservadora idealizando a figura feminina dentro de um modelo, utilizando inclusive narrativamente muitas saídas extremamente parecidas na construção das personagens, é curioso notar que o perfil de 2016 consegue ser mais escrachado e menos sutil do que o de 1967.

### **3.5 UM DITADOR COM SABOR DE ESPERANÇA E A LEGITIMAÇÃO PELA DIFERENÇA**

Publicado na edição 15, de junho de 1967, “Há um nôvo tempêro no poder” é mais um perfil de Mercadante com Costa e Silva como figura central. O personagem excessivamente representado em *Realidade*, dessa vez, é construído de forma diferente. A estrutura da narrativa

foge um pouco do habitual. Em vez de focar na personalidade, na história e no cotidiano apenas da figura perfilada, nesse caso, o personagem se constrói em oposição a outros ex-presidentes. Aqui, a ideologia opera por meio da fragmentação<sup>29</sup> (THOMPSON, 2011), isto é, sustenta a posição de poder do ditador por meio da segmentação de sua figura em relação a outras que já estiveram na mesma posição, de forma a ressaltar seus aspectos positivos, até então ausentes entre os presidentes do Brasil. O perfil de Costa e Silva é construído como uma forma simbólica pela estratégia da diferenciação (THOMPSON, 2011), com ênfase nas distinções e divisões entre ele e os ex-ocupantes do cargo: Juscelino, Jânio, Jango e Castelo Branco, a fim de constituir o perfilado como algo novo e melhor, sem os possíveis defeitos dos demais e com novas qualidades que justificam sua posição e engrandecem o valor, o mérito e a capacidade de mudar o Brasil positivamente do novo líder da ditadura.

A reportagem aparece na editoria de política com a seguinte chamada no sumário: *Juscelino era alegria; Jango indeciso; Castelo, severo. Costa e Silva procura outros caminhos.* Na matéria, antes do título, a mesma lógica da chamada é reescrita de forma ampliada, sugerindo o tom do texto nas páginas seguintes: *Juscelino tinha uma alegria contagiante. Jânio era um bicho-papão. Jango apareceu com ares de rapôsa. Castelo foi a severidade no govêrno. Agora, há um novo tempero no poder.* Costa e Silva é apresentado como o novo, diferente do que estava posto até então e todo o perfil será construído nessa estrutura de diferenciação dos demais, sempre incorporando os traços mais positivos ao atual ocupante do cargo de presidente. Nota-se a separação de Costa e Silva e de Castelo Branco, passando a severidade para o ditador anterior, e como todo o texto se baseia em oposições, o sentido produzido é de afastamento desse traço da figura de Costa e Silva, deixando a marca autoritária para o governo passado. A fotografia que abre a reportagem mostra o então líder do governo ditatorial com o braço estendido apresentado como o “novo tempero” que agora chegou ao poder.

---

<sup>29</sup> Nesse caso, especificamente, a “fragmentação” está sendo utilizada com sentido positivo. Diferentemente do sentido usual, aqui, coloca-se traços edificantes na construção simbólica de Costa e Silva que a diferenciam pela superioridade em relação aos seus antecessores. Da mesma forma, atribui-se esse sentido à “diferenciação” nesse caso específico de interpretação.

Figura 11. Há um novo tempêro no poder – imagem 1



Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano II, n. 15, junho de 1967.

O texto inicia com a apresentação de um cenário promissor para o futuro do Brasil ao relatar as novas preocupações dos ministros de Costa e Silva, vislumbrando avanços em todos os setores:

Os ministros Delfim e Beltrão, da Fazenda e do Planejamento, refazem o diagnóstico da inflação e começam a desapertar o cinto; o ministro Jarbas Passarinho, do Trabalho, acena com revisão dos salários; o ministro Ivo Arzua, da Agricultura, promete fartura; o ministro Mário Andreazza, dos transportes, anuncia que vai construir a ponte Rio-Niterói e asfaltar dez mil quilômetros de estradas; e o ministro Magalhães Pinto, do Exterior, fala da utilização da energia atômica e vislumbra um canal ligando a Bacia Amazônica à Bacia do Prata (MERCADANTE, 1967c, p. 27).

O desenho de um país que caminha a passos largos para o progresso continua nessa primeira sequência da narrativa, a fim de mostrar que ninguém ficará de fora desse novo Brasil cheio de perspectivas que está nascendo com Costa e Silva. Um pedreiro que mora com a família em um barracão comenta: “- *Acho que até o fim dêste ano a gente começa a levantar uma casa de alvenaria. Não aguento mais ver as crianças neste buraco*”. E em seguida a palavra passa para um professor de sociologia e política não identificado realizar a análise da conjuntura do Brasil: “- *O govêrno Costa e Silva restituiu ao povo o direito de sonhar*” (MERCADANTE, 1967c, p. 27). Ao ir além das perspectivas oficiais dos ministros, e incorporar depoimentos de um cidadão comum e humilde e de uma suposta autoridade, a



narrativa ganha força e o sentido de esperança é produzido para os leitores de *Realidade*, com a sensação de que momentos gloriosos se avizinham para a nação.

O Costa e Silva autoritário já não existe mais nessa nova construção do personagem, dando lugar ao Costa e Silva equilibrado: “*Dez semanas no poder revelam em Costa e Silva um presidente equilibrado, um homem de bom senso, que quer entrar na história como administrador e não como político*”. (MERCADANTE, 1967c, p. 27) O cenário para o novo governo iniciar os trabalhos é apresentado como tranquilo, diferente dos presidentes anteriores sempre colocados em oposição, produzindo um horizonte confiante e com segurança para governar. As primeiras semanas dos demais governos foi apresentada com as seguintes características:

- **Juscelino** – enfrentou uma rebelião da FAB e despejou sob o Congresso uma chuva de mensagens que consubstanciavam seu programa; temia ser derrubado; quis transformar suas promessas em leis.
- **Jânio** – investiu contra a mentira cambial e os jôqueis clubes; e o emperramento da máquina administrativa e as brigas de galo; os americanos e os biquínis.
- **Jango** – viveu de mãos atadas pelo parlamentarismo e conspirou para a volta do presidencialismo.
- **Castelo Branco** – passou a administração para Roberto Campos e ficou com a revolução.

Ou seja, a esperança por um Brasil mais bem governado se justificava pela diferenciação dos cenários anteriores, pois agora o foco poderia ser totalmente posto na administração. “*Sereno, forte política e militarmente, nas suas primeiras dez semanas de governo, Costa e Silva cuidou de administrar*” (MERCADANTE, 1967c, p. 29). Ao contrapor o quadro vivido por Costa e Silva, a tranquilidade e os valores positivos são ressaltados pela narrativa, pois sua figura emerge de forma salvadora frente a narração que cria um cenário de turbulência para Juscelino; as preocupações banais de Jânio; a inação de Jango; e a impossibilidade de Castelo Branco em cuidar pessoalmente dos rumos da administração. Vistos por esse prisma único do texto, as primeiras semanas de Costa e Silva apontam para algo extremamente promissor.

No episódio seguinte, uma nova série de adjetivações é feita a cada um dos personagens: “*Juscelino era eufórico; Jânio, instável; Jango, ensimesmado; e Castelo, amargo. Costa e Silva os sucede combinando dureza e brandura e difundindo um permanente bom humor em sua volta*” (MERCADANTE, 1967c, p. 29). Nota-se até aqui que Mercadante sempre é mais ameno com Juscelino, promove as maiores depreciações à construção de Jânio, é mais evasivo ao tratar

de Jango e chama a atenção a quase tentativa de expurgo da figura de Castelo Branco, antes enaltecido e narrado como próximo à Costa e Silva. Para o novo ditador a receita clássica é retomada: a combinação perfeita entre dureza e brandura; e o aspecto negativo quase some completamente ao ser complementado com a difusão permanente de bom humor, a construção do protagonista do perfil é exageradamente mais positiva que a dos demais personagens da reportagem, tornando-se quase caricata. As reações de cada um em um possível atraso no jantar são descritas por um funcionário do governo:

*- Se o jantar atrasasse meia hora, Juscelino seria capaz de não perceber; Jânio passaria uma descompostura no cozinheiro; Jango iria jantar fora; Castelo tomaria um chá e iria dormir; e Costa e Silva ficaria num comentário:  
- Isto não deve acontecer outra vez. Será que o cozinheiro é da oposição?  
Em dez semanas de govêrno, Costa e Silva manteve-se de temperamento inalterado.  
E cada nova manhã sugere mais um dia tranqüilo. A figura do presidente não arma temporais. (MERCADANTE, 1967c, p. 29)*

Apesar de expressar autoridade e seriedade, a ênfase fica no temperamento e na tranquilidade de Costa e Silva, afastando o durão autoritário provavelmente já no imaginário do leitor e criando narrativamente uma figura muito mais amena. Logo em seguida, é apresentado um presidente capaz de brincar com a oposição, chamando um dos líderes do MDB de “ranheta”, sorrindo ao afirmar que não o imaginava tão jovem. A sequência também mostra a intenção de Costa e Silva de, às vezes, levar o governo para diferentes regiões do Brasil, a fim de conhecer os problemas específicos de todos os Estados. “- Vou imitar o Jânio. Mas só nisso”. Essa é a sua única aproximação com Jânio, que é prejudicado até na iconografia, pois conta com a representação menos simpática na escolha das imagens de cada um dos presidentes e também na legenda, caracterizado como instável, enquanto Castelo Branco é *meio triste*; Juscelino é *eufórico* e Jango é *fechado*.

Figura 12. Há um nôvo tempêro no poder – imagem 2



Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano II, n. 15, junho de 1967.

Entretanto, a decisão de fazer o governo móvel só aconteceu após Costa e Silva fixar a administração definitivamente em Brasília. Diferente de Jânio, o planalto central não era um *banho de melancolia*; para o novo mandatário, Brasília tinha ares que *inspiram muito trabalho*. A intenção é tirar o governo *da praia*, como afirma o título desse episódio: *Govêrno sai da praia*, pois o Rio de Janeiro sempre trazia queixas a Costa e Silva. “*Na Guanabara, o cêrco dos políticos cria embaraços e traz aborrecimentos*” (MERCADANTE, 1967c, p. 29). O texto mostra como essa intenção já acontece na prática, com todos os ministros já despachando de Brasília.

A comparação seguinte entre os governantes é “*Quem são as eminências pardas?*”, isto é, as figuras capazes de “governar” atrás de cada presidente. Os nomes citados são os seguintes:

- **Juscelino** – José Maria Alkmin; Augusto Frederico Schmidt.
- **Jânio** – *o tal de* Quintanilha; Pedroso Horta; Castro Neves.
- **Jango** – Santhiago Dantas; Brizola; Almino Afonso; Darci Ribeiro; general Assis Brasil; Abelardo Jurema; Doutel de Andrade.
- **Castelo Branco** – Roberto Campos.

Para Costa e Silva, são citados: Andreazza; general Portela e dona Iolanda. Porém, em seguida, vem o grande traço de diferenciação, que legitima a figura de Costa e Silva, mais uma vez, como o melhor entre todos os outros, mostrando-se excepcional em todos os sentidos e o

claro sentimento de melhora, pois, apesar das especulações, a narrativa o mostra como uma figura forte e autônoma, que assume para si as responsabilidades, independente de influências:

*E enquanto os investigadores de influências se desentendem, os auxiliares diretos do presidente sorriem:*

*- É possível que nunca tenha havido, em toda a história, um presidente menos sujeito a esse tipo de influência. Se há homem forte no governo, ele se chama Costa e Silva. (MERCADANTE, 1967c, p. 31)*

Os hábitos noturnos na rotina de cada um dos presidentes também são objetos de comparação na narrativa. Costa e Silva inicia a sequência como um homem regrado, com horários certos para deitar e para levantar, meia-noite e sete horas da manhã. Os demais, são apresentados da seguinte forma:

- **Juscelino** – entrava pelas madrugadas; em rodas febris onde alimentava sonhos e traçava os contornos de suas realizações.
- **Jânio** – sofria de insônia e perambulava até o amanhecer pelo palácio deserto.
- **Jango** – varava dias dormindo apenas algumas horas e passava algumas tardes recuperando o sono perdido.
- **Castelo Branco** – recolhia-se cedo com seus livros e seus problemas.

Depois de apresentados os ex-presidentes, Costa e Silva volta a ser descrito, mais uma vez como a diferença positiva em meio aos problemas dos demais. Ao contrário das insônias e das preocupações, o então líder da ditadura é “*um homem de vida tão normal quanto lhe permitem os compromissos*” (MERCADANTE, 1967c, p. 31). Além disso, é mostrado como uma pessoa ativa, disposta, com o hábito de praticar exercícios físicos todos os dias, com passo acelerado, difícil de acompanhar. Mercadante também cita outra diferença entre os dois líderes do governo ditatorial: Castelo Branco era chamado de presidente pelos militares; Costa e Silva é chamado de chefe. Depois, uma detalhada rotina do atual governante é narrada, ressaltando uma grande carga de trabalho diária e como consegue conciliar as inúmeras tarefas, organizando o tempo para os vários encontros diários, com ministros, chefes das casas Civil e Militar, diretor do SNI, senadores, deputados. Para enfrentar essa jornada diária, ele diz: “ - *O que nos salva é o nosso bom humor*” (MERCADANTE, 1967c, p. 31). Mais uma vez opondo a imagem de durão e autoritário, construindo um personagem que cumpre as tarefas diárias com o espírito leve e sem preocupações.

Outro traço de fragmentação que diferencia o governo Costa e Silva dos demais é a comunicação direta com os auxiliares, *um estilo muito seu*. Enquanto:

- **Jânio** – não largava a caneta.
- **Juscelino e Jango** – sobrecarregavam a Casa Civil.
- **Castelo Branco** – não desgrudava do telefone.

Já Costa e Silva “*distribui os assuntos em pastas e discute diretamente com o ministro indicado. De cada hora de despacho formula caminhos e tira conclusões. Sua boa memória encarrega-se de vigiar cada assunto*” (MERCADANTE, 1967c, p. 31). A narrativa constrói um presidente inteirado de cada um dos assuntos da administração, cuidando diretamente de todos eles de uma forma pessoal, singular e presencialmente ao lado dos ministros.

Nesse mesmo episódio, intitulado “*Um fazendeiro toma reprimenda*”, Mercadante narra o encontro de Costa e Silva com alguns criadores de gado e a sua conversa com um deles:

*- Quando visitei Mato Grosso, em minha campanha presidencial, o senhor me procurou. Naquela ocasião, o senhor queria exportar e estava interessado em que os brasileiros comessem menos carne. A exportação era alto negócio. Agora, que exportar carne já não é tão bom negócio, naturalmente o senhor quer que o povo passe a comer mais carne e a preço mais alto. Se é isso o que diz o memorial que os senhores trazem, minha resposta é não.*

*Era isso. Exatamente.*

*Coisas duras assim, Costa e Silva é capaz de dizer sem mudar de tom, com a mesma voz pausada e encarando nos olhos quem estiver diante dêle. (MERCADANTE, 1967c, p. 35)*

A conversa apresenta um Costa e Silva que não se dobra frente a uma classe poderosa, o sentido produzido é de uma pessoa de caráter e que não é influenciado por interesses particulares de um grupo, sem entrar em jogos políticos pela posição que ocupa, um exemplo de moralidade. Além disso, responde com tranquilidade, não é nada duro ou autoritário, mas capaz de impor respeito e exercer a autoridade sem ser ríspido, com serenidade, construindo uma nova imagem de Costa e Silva, diferente da versão prévia já presente no imaginário dos leitores e antes até mesmo corroborada por outros perfis de *Realidade*, como o *seu Artur* que chuta forte os obstáculos.

Em seguida, é apresentada uma sequência sobre o grande volume de cartas e telegramas recebido diariamente por Costa e Silva e por dona Iolanda. Novamente, é feita a comparação com os ex-presidentes, e, obviamente, ele é quem mais recebe correspondências. Entre os motivos estão elogios, críticas, pedidos de emprego e denúncias. Todas as cartas recebem atenção e são respondidas por doze funcionários que trabalham nesse serviço. Apenas os pedidos de emprego são respondidos negativamente. Ainda são citados alguns *malucos* que escrevem por hábito aos presidentes, com dois casos no texto: uma mulher que endereçava

cartas de amor a Castelo Branco e, agora, segue escrevendo a Costa e Silva, *só por amizade*; e um homem que insiste que Costa e Silva deixe *de ser mau* e arrume um emprego para Castelo Branco para retribuir os anos de trabalho árduo.

Mercadante também mostra a grande importância que a pasta das relações internacionais assumiu com o governo Costa e Silva, afirmando que o ministro do Exterior, Magalhães Pinto, é quem mais se encontra com o presidente e se tornou uma figura de destaque, diferente dos outros governos, em que outras prioridades são apresentadas. A justificativa para tal importância do Ministério do Exterior é a seguinte: “*Num mundo cada vez menor, semeado de interesses em choque, esta Pasta ganha forçosamente dimensões novas*”. (MERCADANTE, 1967c, p. 39)

Por fim, a narrativa aborda as distrações de cada um dos personagens ao encerrar um dia de trabalho:

- **Juscelino** – ficava num bom papo, de gosto bem mineiro.
- **Jânio** – corria para o cineminha do Alvorada e desatava a ver filmes.
- **Jango** – gostava de um passeio entre as árvores ou de uma boa pescaria.
- **Castelo Branco** – ouvia música clássica e repassava livros.

Já Costa e Silva esquece de tudo durante uma hora assistindo tiroteios na televisão. Entretanto, após a hora de lazer, a narrativa ressalta que todas as preocupações com o Brasil retornam ao primeiro plano:

*Mas, quando os últimos tiros encerram o **bang-bang**, Costa e Silva volta às preocupações. Ele sabe que tem de colocar em execução a reforma administrativa; extrair as leis complementares do Congresso; estimular a agricultura, a pecuária e a indústria sem se afogar na inflação; lutar, enfim, como prometeu, contra a miséria, a fome, a doença e o analfabetismo. Ele sabe, também, que essas tarefas não são fáceis. Por isso, sua disposição é a de trabalhar e trabalhar.* (MERCADANTE, 1967c, p. 41)

Ou seja, até mesmo após o pouco tempo de distração, o sentido de grande preocupação com o país é retomado e, mesmo quando a narrativa trata de lazer, ela caminha para a disposição de Costa e Silva em *trabalhar e trabalhar*, intensificado pela repetição do verbo e já distante do divertido bang-bang que serviu de gancho para a sequência.

Depois, na fala de um parlamentar não nominado, aparece a única comparação entre Costa e Silva e os demais personagens com valores que possuem uma intencionalidade positiva e de aproximação: “ - *Ele fala em desenvolvimento, como Juscelino; planta-se em Brasília,*

*como Jânio; é gaúcho, como o Jango; e marechal, como o Castelo. Se souber misturar tudo isso vai acertar. É uma questão de dose.* (MERCADANTE, 1967c, p. 41)

Entretanto, para finalizar a narrativa, Mercadante volta a fazer uso da diferenciação:

*Pode-se dizer que, nos tempos de Juscelino, Brasília tinha ar de festa, clima de feriado nacional, pioneirismo e heróis. Quando veio Jânio, acabou-se a festa: bandeiras foram arreadas, a cidade levou um susto. Jango chegou no bôjo de uma crise. E de crise em crise, Brasília passou a viver de sobressaltos. Com Castelo, a capital respirou austeridade. Agora, vive dias de Costa e Silva, diferente dos quatro: um homem comum, capaz de sonhar; espera que um povo inteiro sonhe outra vez, pensando num destino melhor* (MERCADANTE, 1967c, p. 41)

Costa e Silva emerge novamente como excepcional, diferente do que o Brasil já havia experimentado até então, quase como uma figura messiânica e salvadora, um sujeito simples, característica geradora de confiança e identificação, mas capaz de restaurar a esperança de toda a nação. É provável que o afastamento de Costa e Silva até mesmo de Castelo Branco e o fato de apresentá-lo como algo novo na política brasileira de forma positiva se deva principalmente pela impopularidade com que Castelo terminou seu mandato, devido às políticas de saneamento financeiro:

Castelo chegou ao poder graças ao prestígio que desfrutava entre os militares e ao apoio que recebeu de lideranças civis. Terminou seu governo sem conseguir controlar os militares mais radicais e impopular diante da classe média, inclusive entre as mulheres que organizaram as Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade, insatisfeitas com a política econômica restritiva (FICO, 2019, p. 59).

Portanto, se a Ditadura mostrava sinais de não se sustentar mais com a classe média apoiadora do Golpe, com o sentido negativo da figura de Castelo Branco pairando no imaginário dessas pessoas, o perfil de Costa e Silva cumpre extremamente bem a função de relegitimar o regime, reacendendo a esperança na política e na nova figura que agora ocupa o poder e emerge como um salvador frente aos problemas do Brasil.

### **3.6 O REPÓRTER SE RENDE AO DITADOR: O MÉDICI DE MERCADANTE**

Em 1969, Costa e Silva sofreu um derrame e foi afastado da presidência. Em seu lugar, para impedir a posse do vice, Pedro Aleixo, que havia se posicionado contra o AI-5, uma junta militar composta pelos ministros da marinha, Augusto Rademaker, da aeronáutica, Aurélio de Lyra Tavares, e do exército, Márcio de Souza e Mello, assumiu o poder. A junta governou de agosto à outubro do mesmo ano, dando lugar ao ditador Emílio Garrastazu Médici.

O governo do general Médici correspondeu à fase de maior repressão, com muitas prisões, tortura e “desaparecimentos”. Entretanto, ele esteve à frente do chamado “milagre brasileiro”, como ficaria conhecida a fase durante a qual o crescimento econômico do país atingiria taxas muito elevadas. (FICO, 2019, p. 80)

O perfil de Emílio Garrastazu Médici foi publicado apenas na edição 57, de dezembro de 1970, mais de um ano após ter assumido o cargo de presidente da República. A linha de apoio após o título “Êste é o presidente” ressalta: “*finalmente uma revista publica um retrato do presidente*”. Este perfil escrito por Mercadante se situa em um contexto diferente dos demais. Além de o contexto político ser de forte repressão institucionalizada, sendo a única reportagem analisada neste trabalho que foi publicada pós-AI-5, *Realidade* também apresentava características distintas dos seus primeiros anos, estando na chamada “segunda fase” da revista. No período da publicação desse perfil, após uma grande mudança na equipe no final de 1968, Luiz Fernando Mercadante, além de repórter, ocupava o cargo de redator-chefe, posição ocupada, na primeira fase, por Paulo Patarra, principal idealizador da linha editorial de *Realidade*. Depois da demissão em massa ocorrida após a saída de Patarra, alguns jornalistas retornaram à revista e, nessa edição de 1970, o expediente apresenta alguns nomes conhecidos da primeira fase, como José Hamilton Ribeiro e José Carlos Marão. Nesta fase, as edições apostavam em grandes temas que eram desenvolvidos por diferentes prisms, mas também contavam com reportagens diversas sobre assuntos gerais. A edição que publicou o perfil de Médici, por exemplo, trazia o “AUTOMÓVEL” como tema central de uma série de seis textos em sequência.

A reportagem sobre Médici abre com uma foto de página inteira do rosto do ditador a frente da bandeira do Brasil, em consonância com o grande nacionalismo do período, presente também nas propagandas oficiais do governo. A narrativa inicia com uma cena de um ministro não identificado, cansado e abatido, suplicando pela exoneração. O presidente, caracterizado como um homem de sobrancelhas grossas e olhos muito azuis, antes de ser apresentado, responde: “*E a mim, ministro? Quem me exonera?*” (MERCADANTE, 1970, p. 10). Após essa cena introdutória, o personagem perfilado é apresentado:

*A tranquilidade, o brilho e a força dêste episódio revelam o homem: Emílio Garrastazu Médici, gaúcho de Bajé, 65 anos de idade, presidente da República há quatrocentos dias, muito de ouvir, pouco de falar, capaz de milagres como êste de ser popular sendo, ao mesmo tempo, o chefe de um govêrno de exceção.* (MERCADANTE, 1970, p. 10)



Já há mais de um ano no poder, somente em dezembro de 1970, *Realidade* conseguiu acesso ao novo líder da ditadura. Como também é destacado na chamada da matéria, Mercadante passou dez dias no Palácio do Planalto para acompanhar a rotina de Médici. Talvez por esse lapso temporal, ele inicie mostrando certa exaustão pelo trabalho, para ressaltar como o processo já caminha há algum tempo. Mas, ao introduzir o personagem, ele ganha características positivas como a tranquilidade, o brilho e a força, além da excepcionalidade de sua figura que consegue o "milagre" de ser popular mesmo em um governo de exceção.

A popularidade de Médici no período mesmo em tempos extremamente repressivos se deve pelo chamado “milagre brasileiro” e pela propaganda, que divulgava esse crescimento econômico, as grandes obras, o sucesso da seleção brasileira de futebol, além de ocultar quaisquer traços negativos por meio da censura, escondendo a violência da repressão da população (FICO, 2019).

Apesar do desenvolvimento inegável e da expansão capitalista, a maior parte da sociedade brasileira não pôde desfrutar os resultados materiais deste processo de maneira sustentável e equânime. O fato é que a economia ainda é um tema sobre o qual tanto os defensores quanto os críticos do regime gostam de medir seus argumentos. Para os nostálgicos da ditadura, o grande serviço dos militares ao Brasil foi o desenvolvimento econômico. Era comum ouvir discursos laudatórios das autoridades, dizendo que em 1964 o Brasil tinha o 64º PIB mundial, e em menos de dez anos já era a décima economia do planeta. Os críticos de primeira hora da política econômica do regime denunciavam que este salto impressionante, na verdade, tinha sido feito à custa de arrocho salarial, reforço dos laços de dependência estrutural do capital internacional e brutal concentração de renda, até para os padrões capitalistas. O problema é que nos dez anos que se seguiram no fim do regime militar os governos civis não apenas não reverteram este quadro como aprofundaram o caos econômico, gerando uma sensação de nostalgia do “milagre econômico” que até hoje é utilizado para defender as realizações da ditadura (NAPOLITANO, 2018, p. 147-148).

O “milagre”, fruto das políticas repressivas e de um cenário internacional favorável, durou de 1969 até 1973, com o Brasil crescendo em média 11% ao ano. Mas com a mudança do cenário internacional e a Crise do Petróleo, a dependência e a fragilidade financeira brasileira foram reveladas. (NAPOLITANO, 2018). Entretanto, é inegável que os empregos, os créditos para consumo, o futebol e as grandes obras impulsionadas pela forte propaganda governamental seduziram grande parte da população, e, por isso, em 1970, ano da publicação do perfil, a aprovação e a popularidade de Médici eram altas.

Voltando à narrativa, toda a oficialidade da chegada de Médici na segunda-feira pela manhã no Palácio do Planalto é apresentada. Os símbolos nacionais compõem a cena, como o hino e a bandeira. A banda toca "Pra frente Brasil". Mercadante utiliza essa sequência para

inserir um diálogo entre pai e filho e, de forma amena, consegue abordar a grande concentração de poder do ditador. Entretanto, a estratégia de colocar o fato em diálogos de outros personagens e, principalmente, com uma criança, traz leveza para a narrativa, em que a intenção pode não ter sido de crítica aos poderes excessivos, mas, sim, apresentar a inocência de uma criança incapaz de saber o fardo que carrega uma figura com tamanhas responsabilidades como o presidente da República, pois o teor da narrativa vai se tornando cada vez mais elogioso a Médici com o passar das páginas.

- Ô pai! Por que é que estão tocando a música da Copa do Mundo? - pergunta o garoto de Uberaba que o pai levava para ver a cerimônia.  
O pai, motorista de caminhão, ri, meio sem jeito, cercado de alguns olhares curiosos:  
- Uai, meu filho, o homem aí é amigo do Pelé.  
- E esses soldados, pai, são tudo dêle?  
- É, filho, mais ou menos, são dêle sim.  
- Poxa! Deve ser bom ser presidente... Manda um bocado... (MERCADANTE, 1970, p. 10).

No episódio seguinte, Médici é adjetivado como forte, alto e sereno. E, apesar de não ser um homem triste, ele "*não consegue afastar uma leve sombra de tristeza dos seus olhos muito claros*". A introdução desse episódio afirma que ninguém é capaz de fazer tudo o que desejar, a fim de mostrar que, no início, Médici não estava disposto a aceitar a posição de presidente:

*Quando o alto comando das Fôrças Armadas lhe ofereceu a presidência, êle se recusou. Conhecia o pêso do fardo. Quando seus pares, generais de quatro estrêlas, insistiram, êle acabou por aceitar. Conhecia a fôrça dos seus ombros. Ao receber a faixa proclamou-se "a oferta e a aceitação". E entregou-se, corpo e alma, à tarefa.* (MERCADANTE, 1970, p. 10)

Ou seja, apesar de não ser a sua vontade, a narrativa faz questão de não deslegitimar sua atuação, trazendo essa virada após a aceitação, entregando-se "corpo e alma", característica importante para que não predomine um sentido negativo desse fato.

No dia seguinte, a cena se passa no salão de audiências do Palácio do Planalto. Um grupo de mais de 30 estudantes universitários que estão em uma excursão em Brasília aguarda para conhecer o presidente. A cena se passa dentro do episódio nomeado "Médici e o povo", para construir uma relação de proximidade entre o ditador e a população. Em situações casuais como essa, alguns detalhes vão conferindo traços de popularidade e carisma ao personagem, como o fato de cumprimentar um a um os estudantes e fazer um breve comentário a respeito de cada um deles, como a cor da sombra de uma das jovens, o que deixa seus olhos "luminosos".

Além disso, ele sugere que todos se aproximem em um círculo para conversarem, pergunta sobre os estudos, sobre a viagem, concede autógrafa "com prazer" e responde a um estudante que se desculpa por estarem tomando o tempo de um homem muito ocupado, mas alega que o encontro é muito importante para os jovens ali presentes:

*- É muito importante para mim. Seria muito triste se os moços viessem a Brasília e não procurassem visitar o palácio, não quisessem ver o presidente. Eu não quero ser um homem solitário. É nestes encontros que eu revigoro minhas forças. O calor de vocês, a alegria, a esperança, e a sua mocidade retemperam a gente. Voltem sempre.* (MERCADANTE, 1970, p. 10-11)

O personagem é construído como uma figura receptiva e extremamente aberta para dialogar com diferentes grupos, sem distinções. *"Ele faz o possível para atender todos os grupos que o procuram. Grandes ou pequenos. Do norte ou do sul. Estudantes ou trabalhadores. Artistas ou professores. Ele sabe que o poder vem do povo e que só a sua presença o legitima"*. (MERCADANTE, 1970, p. 11)

Mercadante nomeia o episódio seguinte como "Um homem descontraído" e narra de uma forma inédita até então se comparado aos demais perfis dos ditadores. O repórter escreve alguns trechos em primeira pessoa, emitindo opiniões pessoais sobre a figura de Médici e sobre as suas impressões acerca dos dias em que passou no Palácio do Planalto, mostrando um verdadeiro apego ao perfilado, sem receio de expressar admiração pelo líder do governo ditatorial, de forma muito mais efusiva que nos demais textos analisados. O texto pode ser fruto do contexto vivido no Brasil, obrigando o repórter a isso, ou um colaboracionismo sincero de Mercadante com o governo Médici. Entretanto, em seu depoimento para Mylton Severiano (2013), anos depois, mostrou-se desconfortável em escrever esses perfis dos militares ditadores, e também não incluiu os perfis de Médici e nenhum dos perfis de Costa e Silva em sua seleção de 25 perfis publicados em livro no ano de 1995.

Esse episódio inicia com Mercadante afirmando ter visto o presidente receber e dialogar com diversos grupos durante uma semana: *"sempre interessado nos visitantes, sempre hábil em conduzir a conversa, sempre capaz de quebrar a frieza sem tropeçar no protocolo e sem se escravizar a ele"* (MERCADANTE, 1970, p. 11). Depois, o repórter passa para uma sequência extremamente elogiosa ao presidente, iniciando por uma descrição física bastante amigável de Médici.

*Roupa bem cortada, gravata bem escolhida, sapatos clássicos, abotoaduras discretas, a aliança, o relógio, o cabelo grisalho nas têmporas, bem penteado, a*

*costeleta alta, as rugas e as marcas de um homem da sua idade, um rosto com côr e de pele jovem. A postura bonita ainda que levemente arcada, os passos firmes, a voz grave e surpreendentemente baixa, o nariz forte, as sobrancelhas espessas mais brancas que o cabelo, os lábios finos e os olhos serenos, profundos. Uma figura bonita num país de presidentes feios. (MERCADANTE, 1970, p. 11)*

A narrativa segue de uma forma fortemente legitimadora da figura de Médici e de seu governo, com marcas de admiração pessoal do repórter pelo perfilado.

*Compõe extremamente bem a figura formal, protocolar, digna, que deve ter o presidente. Mas acho que a sua maior marca é a capacidade de descontrair, de desligar o presidente e ligar o homem, de rir, de caminhar de uma pessoa para outra, de dizer uma frase de espírito e de puxar o seu cigarro Minister e acendê-lo e fumá-lo, com aquêle seu jeito de segurar cigarro com três dedos, prendendo-o entre o indicador e o médio e ajudando com o polegar. Com o cigarro na mão, êle parece mais êle. É uma espécie de ajuda, quase um amigo, certamente um companheiro. (MERCADANTE, 1970, p. 11)*

Médici é diferenciado dos seus antecessores militares pelo fato de nunca ter desejado ocupar o cargo de presidente e, mais uma vez, o narrador exprime suas percepções pessoais acerca do perfilado: “*Dos três, certamente, êle me pareceu a melhor vocação, uma boa dosagem do autoritarismo de Castelo com o sabor popular de Costa e Silva*” (MERCADANTE, 1970, p. 11). Aqui, o autoritarismo parece adquirir sentido positivo. A narrativa segue com mais elogios à figura humana do perfilado: “*Esta dosagem é o segrêdo. Como poucos, êle sabe equilibrar o cargo e o homem. Como ninguém, talvez como Getúlio, êle sabe ser, ao mesmo tempo, próximo e distante, aberto e fechado, quente e frio. Êle não dá a mão inteira num cumprimento. Mas olha nos olhos*”. (MERCADANTE, 1970, p. 11) O depoimento de um deputado afirma que todos tem vontade de dar “tapinhas nas costas” do presidente, e o filho de Médici afirma que o poder não mudou-o em nada, apesar de os filhos terem mudado, pois, agora, quando falam sobre alguém, tudo precisa ser “bem pensado e bem medido”.

*Bem pensado, bem medido, é bem êste o estilo do homem, dêste homem que conseguiu ser popular, a ponto de ser aplaudido no Maracanã, sem cortejar nunca a popularidade. Se o presidente Castelo tinha a volúpia da impopularidade, se o presidente Costa e Silva teve a volúpia da popularidade, o presidente Médici tem, simplesmente, uma saborosa popularidade. (MERCADANTE, 1970, p.11)*

Os adversários atribuem a popularidade do presidente ao futebol, os aliados atribuem ao governo. Mercadante arrisca uma interpretação pessoal, mais uma vez fugindo das suas

características dos demais perfis de militares, e exaltando em primeira pessoa o perfilado: “*A mim, nenhuma das duas chaves satisfaz. Eu diria que é o homem comum, sem a vertigem das alturas, sem o deslumbramento dos bonecos, com uma extraordinária consciência da sua responsabilidade e uma invejável identificação com o Brasil e os brasileiros*” (MERCADANTE, 1970, p. 11).

Esse episódio encerra com uma cena em que Médici recebe um emissário e um embaixador coreano e os acompanha para que saiam pela mesma porta pela qual entraram, a fim de manter uma “tradição brasileira”.

O próximo episódio, intitulado “É ele que decide” inicia com a estratégia da diferenciação, mais uma vez, entre Médici e seus antecessores, dessa vez em relação à forma de trabalhar com os ministros, apresentando o então presidente como uma melhora na forma de governar.

*Castelo tinha um superministro; Costa e Silva delegava aos ministros; Médici tem um ministério. Isto quer dizer que, além de presidir, êle governa, decide, dirige a ação de govêrno. Seus ministros não são senhores feudais. Os ministérios não são baronatos. Formam uma equipe, integram o govêrno. O seu govêrno. O govêrno do Presidente Médici. (MERCADANTE, 1970, p. 11).*

Nesse episódio, são mostradas as estratégias de governo da equipe de Medici, com constantes reuniões integradas, mas sempre a palavra final é do presidente. A narrativa desemboca em uma cena em que alguns aconselhavam o presidente a não ir ao nordeste, enquanto outros sugeriam que fosse, até ele proferir sua decisão:

*-Eu vou. Vou ao nordeste. Ver a seca de perto. Ver o sofrimento daquela gente. Eu vou.  
E foi. E correu a região ferida. E encontrou homens que não sabiam sequer quem era Pelé. E encontrou fome. E dor. E chegou a ser duro. A um governador que o cortejava, perguntou:  
- O senhor não sabe que êsse povo está comendo sem sal? O senhor, que é dono de salinas? O senhor não sabe? (MERCADANTE, 1970, p. 12)*

Essa cena atribui traços altruístas ao presidente, sensibilizado com os problemas do nordeste e dos mais pobres, passando por cima de apoiadores, se for preciso, em prol das pessoas humildes, quase como um justiceiro, isso, sem dúvidas, agrega um sentido altamente positivo ao personagem perfilado, com características essenciais para a posição que ocupa e que a narrativa sustenta e justifica.

Em “Vida particular é particular”, a reportagem também inicia comparando Médici aos ditadores antecessores. Primeiro, em relação à entrada no Palácio do Planalto: Castelo utilizava a rampa; Costa e Silva a entrada lateral. Agora, Médici mescla as duas formas: utiliza a rampa nas segundas e sextas e a outra entrada nos demais dias. Também são comparados os horários de chegada. Castelo às vezes chegava cedo demais e Costa e Silva, às vezes, tarde demais. Médici sempre chega no mesmo horário, 8h30min. Isso mostra como ele quebra uma “velha tradição”, destacada também no olho presente na página: “*Enfim um presidente que não faz questão de se levantar às 6*”. Nessa sequência, tenta-se aproximar Médici dos leitores, com marcações cotidianas geradoras de identificação com a vida comum dos brasileiros como, por exemplo, levantar às 7h30 “*como qualquer mortal*”, gosta de deitar tarde, não é um madrugador, não faz ginástica, é capaz de “*puxar um soninho*” após o almoço em uma poltrona e de dormir “*como qualquer eleitor*”.

A cena seguinte mostra que Médici faz questão de preservar sua intimidade. Uma estudante sugere que ele deixe uma revista escrever uma reportagem sobre a sua vida particular; ele deixa um assessor responder que ela não verá essa matéria por enquanto. A intimidade do Alvorada só foi violada quando os portões foram abertos para a final da Copa do Mundo. A seleção brasileira de futebol, usada como símbolo de propaganda nacionalista do governo, aqui, também sustenta a imagem de Médici, que saiu “*com a bandeira nas mãos*”, “*festejou com o povo*” e, no dia de receber os atletas, “*como tanta gente, o presidente chorou*” (MERCADANTE, 1970, p. 13).

Apesar de anteriormente a reportagem afirmar a dificuldade e a improbabilidade de algum repórter narrar a vida particular e em família de Médici, Mercadante apresenta uma cena do “avô Médici” em seu momento de descanso, nas quartas e sextas, quando não vai ao Planalto. Esse recurso também foi utilizado nos perfis de Castelo Branco e Costa e Silva, pois a intimidade do personagem, retratado em seu cotidiano familiar e afetuoso com os netos, reforça o sentido positivo da imagem construída. A cena mostra o avô de camisa esporte na beira da piscina recebido com beijos pelos três netos; pergunta sobre as namoradas para os netos e sobre a escola para a neta. A fala do filho de Médici reforça esse sentido: “- *Não são avô e netos. O velho é irmão dos netos*” (MERCADANTE, 1970, p. 13), pois mostra um presidente com espírito jovem e leve, contrastando com a imagem séria de presidente da República, gerando empatia com o personagem.

O episódio seguinte foi nomeado pelo narrador como “Liberdade se conquista”. Inicia com mais um dia na rotina de trabalho de Médici e apresenta sua família, a esposa, as noras, os

filhos - um deles secretário particular do presidente -, a cadela, os empregados que o acompanharam do Sul até Brasília. O sentido é o mesmo produzido em perfis anteriores: afirmar que a simplicidade continua a mesma, que o cargo não mudou a “essência” da família, apesar de ter mudado suas vidas. Após essa introdução, são elencados diferentes “êxitos” do governo até então, atribuindo um sentido altamente positivo à condução administrativa de Médici, encerrando com a fala de um colunista do Jornal do Brasil que afirma que essas medidas “*restituem à alma brasileira seu perdido otimismo*” (MERCADANTE, 1970, p. 13). Toda essa construção legitima o governo e corrobora a mesma imagem da propaganda oficial, servindo praticamente para os mesmos fins, ou seja, sustenta a imagem oficial de prosperidade e esperança propagada pelo governo. O texto segue enfatizando o trabalho da equipe e, ainda, reforçando o sentido positivo, apresentando o governo como um time coeso, sem egos nem pretensões personalistas, que trabalha em silêncio, dedicado apenas ao Brasil.

*[...] êste govêrno tem algumas características muito especiais, que o levaram a estes resultados. É um govêrno integrado, em que não há ministros estrêlas. É um govêrno que não anuncia que vai fazer. Os assuntos são estudados, debatidos, decididos, e só são anunciados quando estão prontos, acabados. O próprio Programa de Integração Social foi um segrêdo de poucos ministros e surpreendeu os outros. É um govêrno de segredos de Estado, em que a discríção marca seus personagens, em que o pouco falar ajuda a eficiência. Os ministros raramente dão entrevistas sensacionais. Mas, quando o presidente Medici surge na televisão para um pronunciamento, o povo ouve atentamente. Os anúncios são dêle. Porque êle é o chefe.* (MERCADANTE, 1970, p. 13).

A sequência marca uma diferenciação do método de trabalho deste governo para os outros, com o sentido de um salto qualitativo e mudança de foco, em que os ministros não pretendem aparecer e o presidente assume efetivamente o papel de líder. A diferenciação segue quando se fala do caráter antidemocrático do regime, conseguindo suavizar e inverter o sentido negativo da ditadura ao falar de Médici.

*É o terceiro presidente que promete a redemocratização. Das intenções dos anteriores já fala a história. Da sua, êstes quatrocentos dias, a maioria de distensão, com um uso, da sua parte, moderado dos podêres discricionários, dos quais, ainda há pouco, disse que não abre mão tão cedo. Mas êle nunca enganou ninguém. No seu primeiro discurso, disse claramente que liberdade não se dá, liberdade se conquista.* (MERCADANTE, 1970, p. 13)

Ou seja, diferente de Castelo Branco e Costa e Silva, a honestidade de Médici em relação ao uso dos poderes discricionários alivia o sentido negativo que a forma de regime possa passar

aos leitores, além disso, fez uso “moderado” desses poderes e foi sincero desde o início. Mais uma vez, Mercadante se insere no texto e apresenta a sua visão: *“De uma coisa o repórter está convencido: a chamada reabertura depende do fortalecimento, da dignificação, da ascensão do poder civil. E não, como querem alguns, mais apressados ou mais ingênuos, do abrandamento do poder militar”*. (MERCADANTE, 1970, p. 13).

Após essa sequência um pouco mais espinhosa, Mercadante fecha o episódio com uma descrição da sala onde Médici trabalha. Como já havia feito em outros perfis, o repórter faz questão de afastar o luxo da vida dos militares e coloca o seu trabalho em comparação a outros cargos, a fim de mostrar que não há nenhum abuso fora da normalidade, apesar de a comparação ser sempre com altos cargos, como o de diretor de banco. O gabinete do presidente *“não é maior, nem mais luxuoso, nem mais equipado que um gabinete de diretor de banco”* (MERCADANTE, 1970, p. 13).

Em “É preciso ter estrêla”, o tom de bajulação retorna à narrativa, iniciando a sequência com uma pergunta já extremamente enviesada desde a sua formulação: *“Quais seriam as maiores qualidades desse homem comum que chegou à presidência num momento de crise e que, em tão curto tempo, conseguiu ser respeitado e ser popular?”* (MERCADANTE, 1970, p. 13). Ou seja, chamá-lo por “homem comum” e partir da premissa que é um homem respeitado e popular já na concepção do questionamento atribuem um sentido muito favorável ao entrevistado. E a resposta reforça esse sentido de forma muito mais contundente. Com base em depoimentos de ministros, assessores, auxiliares, familiares e “gente do povo”, Mercadante elenca cinco grandes virtudes do presidente. Uma após a outra, as características vão moldando um personagem ideal para o cargo de presidente da República, a série de elogios o legitimam e justificam sua posição, de forma bastante exagerada em alguns momentos. Resumidamente, as qualidades elencadas são:

1) **Tranquilidade** - cabeça fria para quase todo problema; coragem serena. A única forma de abalar essa virtude é com a mentira.

2) **Firmeza inabalável** - vem do seu espírito forte “**sem autoritarismo**” mas onde não cabem fraquezas.

3) **Poder de comunicação invejável** - se apresenta bem, boa voz, elegante, afabilidade, o olhar, o riso e o dom de se fazer sentir e entender.

4 - **Imensa capacidade de escolher** - escalar o homem certo no lugar certo.

5 - **Estrela** - sorte, destinação. *“Sem esta última, as quatro anteriores não valeriam tanto”* (MERCADANTE, 1970, p. 14).



A construção do personagem ganha elogios explícitos, inclusive numerados, diferente da forma narrativa tradicional dos perfis como um todo e também dos escritos por Mercadante. Pois, normalmente, mesmo quando se pretende agregar traços positivos ao personagem, a estratégia dificilmente é utilizar essa forma explícita, adjetivada e direta, mas sim a construção de uma cena que demonstre por meio de descrições e diálogos a ideia que se pretende transmitir. Essas características, como precaveu Mercadante, são advindas de um extenso grupo de pessoas que conhecem Médici, inclusive de “gente do povo”, ou seja, essas atribuições são legitimadas por diferentes grupos que confirmam esse personagem quase perfeito para seu cargo. O sentido é positivo até quando tenta subverter um dos traços, que é o da tranquilidade, pois ele deixa de ser tranquilo quando se depara com a mentira, isto é, segue com sentido positivo. Também vale destacar a ressalva feita em um dos itens: “sem autoritarismo”, traço marcante dos ditadores, sempre afastado nesses perfis. A narrativa é fortemente adjetivada nessa sequência, com adjetivos positivos e gradativos que aumentam a força das palavras, por exemplo, “imensa”, “invejável” e “inabalável”, deixando o sentido muito mais potente e exagerado, evidenciando ainda mais a série de caracterizações positivas dadas ao presidente, quase irrompendo para uma série de elogios personalistas de um repórter deslumbrado com a figura perfilada.

Nas cenas seguintes, Mercadante incorpora novos traços ao presidente perfilado. Ele afirma que só fala português, apesar de ler francês e inglês. Mas o personagem não é apresentado como intelectual: não é um homem de grandes leituras, não acompanha o teatro e não se delicia com música de câmara. Apesar disso, foi assistir à “Morte e Vida Severina” e gostou, mesmo que alguns considerassem a peça subversiva. Também é narrado um encontro do ditador com nomes do cinema, ele aparece como alguém preocupado com as artes e em ouvir as requisições de todos e todas: “- *Um momento, estamos sendo indelicados. Só os homens falam. Vamos ouvir um pouco Dona Marisa Urban*” (MERCADANTE, 1970, p. 14). Ela pergunta sobre a regulamentação da profissão de atriz, o presidente acena positivamente e ainda comenta como recentemente conversava sobre a regulamentação da profissão de bailarina e também precisa cuidar disso.

Em “*Um presidente informado*”, último episódio narrado no perfil, Mercadante mostra como Médici gosta de ter uma visão ampla dos problemas e só toma decisões após grande conhecimento dos assuntos. O personagem afirma que “*conhece o direito e o avêssos dos homens e dos problemas do Brasil*” (MERCADANTE, 1970, p. 14), sua forma de trabalho vai ao encontro de uma citação de Kennedy colocada logo em seguida sobre a maneira de tomar decisões de um presidente. Em outros momentos anteriores do texto, Mercadante também

inseriu comparações entre citações de Kennedy e a figura de Médici, tentando aproximá-los. Por fim, o perfil aborda a relação de Médici com as pessoas em quem confia, mostrando a seriedade com que trata as relações pessoais:

*Não é homem aberto a amizades. Conquistar a sua é demorado, custoso, difícil. Para confiar precisa conhecer bem, precisa de tempo, precisa amadurecer. Equilibrado, ainda assim é homem de paixões: amigo é amigo, inimigo é inimigo. Tem extremos de torcedor de futebol, que êle é. E apaixonado.* (MERCADANTE, 1970, p. 14-16)

A cena final aproxima Médici de um traço comum a grande parte da população brasileira: o futebol, popularizando a figura presidencial, com características que geram identificação. Ele está com três assessores, João Leitão de Abreu, Chefe da Casa Civil, João Batista Figueiredo, Chefe da Casa Militar, e o chefe do SNI, Carlos Alberto da Fontoura, grandes amigos, assistindo a uma partida de futebol. “*De pouco beber, não recusa um uísque em casa*” (MERCADANTE, 1970, p. 16). Como em outros textos, Mercadante encerra o perfil de Médici com humor:

*Durante o jogo Brasil x Inglaterra, êsses três amigos levaram um susto. O presidente Medici assistia à partida contraído como 90 milhões. Cruzava e descruzava as pernas, com aquêles chutes no vazio que todo torcedor autêntico sabe dar. De repente, Medici se ergue, segurando uma perna, com um espasmo de dor. Temeram um enfarte. Não era. Era cãibra.* (MERCADANTE, 1970, p. 16)

A cena de encerramento, ao focar justamente o futebol, reforça a propaganda política oficial positiva da ditadura. Com o Brasil já tricampeão mundial e o futebol supervalorizado, embalado pelas obras e pelo “milagre”, o perfil extremamente simpático de Médici é mais um elemento nessa construção positiva do imaginário a respeito do governo e dos rumos do Brasil. Por trás disso, fora das linhas do texto, a fase mais repressiva da ditadura matava, torturava, perseguia e censurava.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise de cada um dos perfis dos líderes do governo ditatorial publicados em *Realidade*, pode-se arriscar algumas inferências e novos questionamentos a fim de compreender as finalidades, os efeitos produzidos e os motivos que levaram até a versão hegemônica dessas reportagens de Luiz Fernando Mercadante que chegaram aos leitores.

Por meio da análise crítica das narrativas, sustentada pelas colaborações de Motta (2013), percebe-se, em um primeiro momento, os perfis como um instrumento de dupla legitimação dos ditadores e do governo ditatorial e também da própria revista. Nos livros de memórias consultados ao longo do trabalho e em outras vezes em que *Realidade* recebeu um olhar crítico em pesquisas de pós-graduação das mais diversas áreas, esses perfis aparecem como forma de manutenção da revista frente ao governo autoritário, como uma estratégia de acalmar os ânimos dos militares enquanto a publicação abordava temas mais polêmicos em relação aos costumes da época. Ou seja, legitimava a revista para seguir publicando, afastando qualquer imagem ameaçadora que poderia ter.

Faro (1999) classifica as pautas sobre os militares como o polo “conservador” de uma revista “transgressora”, falando apenas de seus primeiros anos (1966-1968), como uma espécie de negociação entre *Realidade* e o governo. E, como vimos, faz sentido a redação buscar se precaver com os donos do poder. A revista, pelos dados consultados, não sofreu censura política. Os casos relatados como, por exemplo, a edição sobre as mulheres e a pesquisa sobre o sexo na juventude, foram casos da censura moral, algo já instituído e naturalizado nos padrões conservadores do Brasil da época. E foi justamente por isso que *Realidade* ganhou essa memória transgressora quando se pensa na revista, pois suas páginas traziam os anseios de parte da população brasileira que não se sentiam mais representadas por esses padrões, de uma geração em busca de liberdade, novas experiências, rompimento com a moralidade conservadora. Entretanto, esse caráter transgressor não deve ser associado ao combate à ditadura. A revista nunca partiu para o enfrentamento. Assim como grande parte da imprensa. Claro, é possível perceber algumas críticas, mais ou menos sutis, como a matéria de Mercadante que questiona a existência de liberdade no Brasil. Mas é preciso desconstruir a memória de uma imprensa predominantemente combativa no período, como mostram os trabalhos de Barbosa (2007) e Kushnir (2004), por exemplo. Os veículos da chamada imprensa alternativa foram um local de resistência e, em alguns casos, cumpriram este papel. Mas a grande imprensa, em sua maioria, não fez oposição e apoiou o Golpe. Também não havia a possibilidade de opor-se a

um governo repressivo que não permitiria as denúncias e coibiria através da censura qualquer tentativa de fazê-las, principalmente após o AI-5, mas, mais do que a omissão, parte da imprensa foi colaboracionista durante a Ditadura (KUSHNIR, 2004), usufruindo de benefícios vindos do regime.

Um veículo de comunicação é uma empresa e busca lucros. A revista da editora Abril não poderia correr o risco de ser fechada por discordâncias da redação em relação ao regime ditatorial, isto é, mesmo sem uma censura política explícita, a autocensura já restringia a liberdade de atuação da equipe, pois certamente os fins mercadológicos e a direção da editora não permitiriam ataques diretos ao governo. A redação, predominantemente de esquerda em seus primeiros anos, contava com Mercadante para transitar entre a direita e seus textos revelam a complexidade de tirar conclusões apuradas sobre a relação de *Realidade* com a Ditadura.

As análises mostram que a narrativa de Mercadante sustentou o poder exercido pelos ditadores militares, ou seja, legitimou o governo para o público leitor da revista. Mais do que isso, sustentou também a ideologia dominante conservadora, algo que parece paradoxal, tendo em vista o caráter e a pretensão transgressora da publicação no plano dos costumes. Entretanto, as análises desses textos evidenciam isso, padrões ideológicos fortemente arraigados e reforçados nos textos de Mercadante, como: o conceito tradicional de família; o papel da mulher no caso de Iolanda; a moralidade católica; o capitalismo; o nacionalismo; o sacrifício pela pátria. Essas características são naturalizadas na narrativa, assim como, provavelmente, em grande parcela da população conservadora do período, como se não existissem perspectivas diversas ou possibilidades além disso. O *status quo* é plenamente justificado nas linhas do texto. O exercício do poder por esses homens é racionalizado de forma a se apresentar lógico e com sentido.

Por isso, esse trabalho procurou desvelar o grande poder contido na narrativa. Por mais simples, informal, asséptica que pareça ser. A imprensa é um dos locais onde o poder age com a possibilidade de edificar personagens construídos narrativamente, ou seja, um dos palcos onde a memória é criada e disputada. Mas a construção do personagem pelas escolhas do narrador pode produzir múltiplos efeitos; um deles, é manter relações de dominação. O encadeamento de ideias contido nos perfis, todas as escolhas feitas em detrimento de outras, os traços presentes, os traços omitidos, tudo isso, presente na versão hegemônica, auxilia na construção da figura perfilada no imaginário do leitor, nesse caso, agregando um sentido amplamente positivo e justificando sua posição.

Isso de forma alguma quer dizer que o repórter foi injusto, mentiroso, procurou enganar o leitor ou que as informações eram falsas. Mas as escolhas das cenas, das características, dos diálogos, das descrições, dos episódios, sem dúvidas, fortaleceram a imagem dos ditadores, atribuindo sentido extremamente positivo aos ocupantes do poder. Por outro lado, características negativas que deturpassem suas imagens, consciente ou inconscientemente, dificilmente compunham a versão final da narrativa.

Por isso, é importante buscar desvelar como a ideologia opera por meio dessas narrativas na imprensa, pois qualquer personagem pode ser construído heroicamente por meio de escolhas e estratégias. Mercadante parecia ter uma concepção idealizada de um modelo de bom presidente, tanto é que se colocados lado a lado, os perfis compõem uma unidade, um padrão ideal na construção dos personagens, isto é, elementos que o narrador provavelmente considerava positivos ao apresentar seus perfilados e que também contribuía para o efeito de real em seus textos, como: a aproximação dos ditadores à qualquer possível leitor, pela inserção de traços íntimos, do cotidiano, que ligam essas figuras a qualquer cidadão; a afetividade com os netos e a preocupação com a família; a sabedoria para dosar entre dureza e afeto; o apreço ao trabalho; a vida simples; o respeito conquistado. Mesmo que factuais, essas características constituem o sentido pelo qual a ideologia se faz presente. Ou seja, as construções não precisam ser enganosas para conter uma carga ideológica.

O contexto e a subjetividade do próprio jornalista também precisam ser levados em conta ao olhar para esses perfis. Por isso, a concepção de Motta acerca dos três narradores envolvidos no processo de produção jornalística é muito valiosa. O poder opera de forma, às vezes, imperceptível, em uma disputa silenciosa até chegar no resultado publicado nas páginas da revista. É difícil dosar o quanto cada fator esteve presente em cada um dos perfis, mas tanto os anseios da revista, as percepções do narrador e o contexto externo estão presentes em cada um deles.

As impressões pessoais encontradas pelo repórter ao se deslocar para o Palácio do Planalto, para a terra natal de Costa e Silva ou ao conversar com os próprios perfilados ou com amigos tem um peso grande e não devem ser deixadas em segundo plano. Apesar de dizer a Mylton Severiano (2013), muitos anos depois, que esses trabalhos “lhe fizeram mal”, mas que alguém precisava ter feito, é possível que, durante os anos em que trabalhou em *Realidade*, Mercadante considerasse de fato os traços positivos relatados como a “verdade” sobre seus perfilados, acreditasse no caráter transitório e na boa intenção dos militares, por mais que pudessem haver discordâncias em relação ao autoritarismo e a restrições de liberdade. Afinal,

ele estava cumprindo seu papel e cobrindo uma pauta legítima: perfilar os homens que ocupavam o cargo máximo da República, mesmo que de forma anti-democrática, mas que, com certeza, atendia aos critérios de noticiabilidade da época e eram de interesse público. A leitura de um contexto enquanto se vive nele é bastante complexa. Pelos relatos dos ex-colegas, Mercadante era, sem dúvidas, o mais conservador entre o nicho originário da equipe. O repórter pode ter mudado sua visão com o passar dos anos. Assim como a própria revista não foi uniforme durante sua existência, apresentando claras mudanças ao longo do tempo. Nos próprios perfis, pouco espaçados temporalmente, percebem-se nuances. Como a transição da exaltação de Castelo Branco para uma posterior diferenciação da sua figura para a de Costa e Silva, atribuindo sentidos negativos ao primeiro ditador tempos depois. Também vale destacar uma possível admiração por Médici e certo deslumbre com o perfilado após conviver alguns dias com o ditador.

Portanto, ao analisar os perfis, constata-se, nessa tensão entre transgressão e conservação, mais do que uma pluralidade nas páginas de *Realidade*, mas uma espécie de crise de identidade editorial necessária e legítima. Como visto, o contexto era conveniente para a publicação dessas matérias, pois, em suma, elas: 1) legitimavam a revista perante à ditadura; 2) legitimava os ditadores ao público; 3) no primeiro momento, de incertezas em relação aos limites, serviam de barganha da revista para ousar em outras pautas; 4) sustentavam a editora Abril mercadologicamente, tornando menores os riscos retaliação à revista por parte do governo; 5) apresentavam os militares que ocupavam o poder ao público leitor da revista, mesmo que de forma enviesada ideologicamente.

Entretanto, mais importante do que isso, é observar o conteúdo dessas narrativas e as formas como o sentido agiu em suas cenas. O jornalismo literário, recurso utilizado na redação das reportagens, é propício para essa forma de construção dos personagens. O estilo suaviza o texto, tornando-o conveniente para construções simbólicas que sustentam o poder e todo o pensamento dominante sem parecer algo escancarado ou intencional. O tom casual e as cenas do cotidiano escondem uma carga ideológica que não necessariamente é proposital, pode estar já enraizada no processo de escrita do texto, mas contribui fortemente para a legitimação dos perfilados em relação aos leitores de *Realidade*. Por isso, é preciso ficar atento a esses padrões de construção narrativa personalista, que exaltam valores casuais, apresentam características comuns como de caráter excepcional, justificam o poder com malabarismos retóricos, fortalecem valores conservadores, naturalizando-os, enquanto deturpam imagens contrárias,

apresentando-se como diferente de tudo o que estava posto até então, pois podem mascarar ditaduras e validar discursos que podem ressoar em graves violações dos Direitos Humanos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amanda; MAIA, Gustavo. **Planalto divulga vídeo que exalta golpe militar de 1964**. O Globo, 31/03/2019. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/brasil/planalto-divulga-video-que-exalta-golpe-militar-de-1964-23563896> > Acesso em junho de 2019.

AZEVEDO, Carlos. **Cicatriz de Reportagem: 13 histórias que fizeram um repórter**. 1 ed. São Paulo: Editora Papagaio, 2007.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e Literatura em Convergência**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

DANTAS, Audálio (org.). **Repórteres**. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

FARO, J.S. **Revista Realidade, 1966-1968**. Tempo da reportagem na imprensa brasileira. Porto Alegre: Ulbra/AGE, 1999.

FERNANDES, Terezinha Tagé Dias. **Jorge Andrade, repórter Asmodeu: leitura do discurso jornalístico de autor na revista “Realidade”**. São Paulo, 1988. Tese (Doutorado), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

FERREIRA, Tiago da Silva. **Revista Realidade: gênero e sexualidade na imprensa brasileira (1966-1968)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal Fluminense, 2013.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Veja 10 frases polêmicas de Bolsonaro sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar**. 28 de março de 2019. Disponível em <



<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml> > Acesso em junho de 2019.

GIELOW, Igor. **Reação de militares a protesto causa preocupação na cúpula do governo.** Folha de São Paulo, 29 de maio de 2018. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/reacao-de-militares-a-protesto-causa-preocupacao-na-cupula-do-governo.shtml> > Acesso em junho de 2019.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade.** Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KORNIS, Mônica. **Castelo Branco, Humberto** (Verbetes) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco> >

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda:** jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LEISTER FILHO, Adalberto. **Entre o sonho e a realidade:** pioneirismo, ascensão e decadência da revista realidade (1966-1976). Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2003.

LEMONS, Renato. **Artur da Costa e Silva** (Verbetes). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Jornalismo Literário para iniciantes.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2014.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas:** o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri, SP: Manole, 2004.

LINHARES, Juliana. **Marcela Temer:** bela, recatada e “do lar”. Veja, 18 de abril de 2016. Disponível em < <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/> >. Acesso em novembro de 2019.

LVOVICH, Daniel y BISQUERT, Jaquelina. **La cambiante memoria de la dictadura:** discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática. 1a ed. - Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. **Imagens da Sociedade Porto-Alegrense: vida pública e comportamento nas fotografias da Revista do Globo (década de 1930)**. São Leopoldo: Oikos, 2009.

MANJABOSCO, Ângelo Augusto. **O Brasil não é para principiantes: Lew Parrella, Geoge Love e David Zingg, fotógrafos norte-americanos na revista Realidade (1966-1968)**. Dissertação de Mestrado em Estética e História da Arte. Universidade de São Paulo, 2016.

MARÃO, José Carlos; RIBEIRO, José Hamilton. **Realidade re-vista**. Santos, SP: Realejo Edições, 2010.

MARÃO, José Carlos; SOUZA, Afonso de. **Isto é proibido**. Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 15, junho 1967.

MARTINS, Ana Luiza. **Da Fantasia à História: folheando páginas revisteiras**. In: História. Volume 22, número 1. São Paulo: UNESP, 2003. Pp. 59-79.

MEMÓRIA GLOBO. **Luiz Fernando Mercadante**. Disponível em < <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/luiz-fernando-mercadante.html> > Acesso em janeiro de 2019.

MERCADANTE, Luiz Fernando. **Há liberdade no Brasil?** Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 06, setembro 1966a.

MERCADANTE, Luiz Fernando. **Êste é o Humberto**. Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 3, junho 1966b.

MERCADANTE, Luiz Fernando. **Feliz aniversário Seu Artur**. Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 2, maio 1966c.

MERCADANTE, Luiz Fernando. **Um garôto chamado Artur**. Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano II, n. 11, fevereiro 1967a.

MERCADANTE, Luiz Fernando. **Dona Yolanda, a presidenta**. Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano II, n. 13, abril 1967b.

MERCADANTE, Luiz Fernando. **Há um nôvo tempêro no poder**. Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano II, n. 15, junho 1967c.

MERCADANTE, Luiz Fernando. **Êste é o presidente**. Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano V, n. 57, dezembro 1970.

MERCADANTE, Luiz Fernando. **20 perfis e uma entrevista**. São Paulo: Siciliano, 1994.

MORAES, Letícia Nunes de. **Leituras da revista Realidade 1966-1968**. São Paulo: Alameda, 2007.

MORAES, Vaniucha. **Realidade (re)vista**: O papel do intelectual na concepção de um projeto revolucionário. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2010.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

PADRÓS, Enrique Serra. **História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos**. Florianópolis: Tempo e Argumento, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009.

PANIAGO, Paulo Roberto Assis. **Um retrato interior**: o gênero perfil nas revistas The New Yorker e Realidade. Tese de Doutorado em Comunicação – área de Jornalismo e Sociedade. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PATARRA, Paulo. **A história das doze capas**. Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano II, n.12, p.31-35, março 1967.

PATARRA, Paulo. **Êste rosto não existe mais**. Realidade. São Paulo: Ed. Abril, ano III, n. 33, dezembro 1968.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

REALIDADE. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 1, abril 1966.

REALIDADE. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 05, agosto 1966.

REALIDADE. São Paulo: Ed. Abril, ano I, n. 06, setembro 1966.

REALIDADE. São Paulo: Ed. Abril, ano II, n. 10, janeiro 1967.

REALIDADE. São Paulo: Ed. Abril, ano II, n. 11, fevereiro 1967.

REALIDADE. São Paulo: Ed. Abril, ano IV, n. 47, fevereiro 1970.

SEVERIANO, Mylton. **Realidade** – história da revista que virou lenda. Florianópolis: Insular, 2013.

TEIXEIRENSE, Pedro. **Os presidentes da Nova República e a memória do golpe de 1964** (Artigo). In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/nova-republica-ditadura-militar-golpe-de-1964/> Publicado em: 1 abr. 2019.

THOMPSON, John B. Ideologia. In: **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 43-99.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VILAS BOAS, Sérgio. **Perfis e como escrevê-los**. São Paulo: Summus, 2002.

VOGLER, Christopher. **A jornada do escritor: estrutura mítica para escritores**. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2015.